UBEC | UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Padre Helenês Oliveira de Lima
Reitor

Rilu Dani Cosme de Lima
Pró-Reitor Administrativo

Mariana Lacerda Barboza Melo
Pró-Reitora Acadêmica

MAIO, 2018

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO.....8

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES, DA REGIÃO E DO CURSO 9

1.1. Contexto da Instituição..... 9

2.1. Dados da mantenedora..... 10

2.2. Dados da mantida..... 10

2.3. Breve histórico da instituição 10

2.4. Identidade Estratégica da IES 13

2.4.1. Missão 14

2.4.2. Visão de futuro 14

2.4.3. Princípios institucionais 14

2.4.4. Valores institucionais..... 15

2.4.5. Eixos Estruturantes 16

2.5. Contexto da região 19

2.5.1. Área de influência..... 23

2.5.2. Cenário Socioeconômico 23

2.5.3. Cenário Cultural 25

2.5.4. Cenário da Infraestrutura 26

2.5.5. Cenário da Saúde 28

2.5.6. Cenário Educacional 33

2.5.7. Educação Superior..... 34

2.5.8. O desafio do Curso de Direito..... 36

2.6. Contexto do Curso 37

2.6.1. Missão: 37

2.6.2. Visão: 37

2.6.3. Valores: 37

2.6.4. Vocação do Curso: ... 38

2.6.5. Breve histórico do curso ... 39

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA ... 40

3.1. Objetivos do curso ... 42

3.1.1. Geral ... 42

3.1.2. Específicos ... 42

3.2. Perfil do egresso do curso ... 43

3.3. Atribuições no mercado de trabalho ... 44

3.3.1. Diferenciais competitivos do curso ... 45

3.4. Políticas Institucionais e sua correlação com o curso ... 46

3.4.1. O ENSINO ... 46

3.4.2. A PESQUISA E A INICIAÇÃO CIENTÍFICA ... 48

3.4.3. DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL ... 49

3.4.4. A EXTENSÃO ... 50

3.4.5. Redes de Cooperação ... 51

3.4.6. Dia de responsabilidade social ... 51

3.5. Organização curricular ... 51

3.6. Matriz Curricular ... 51

3.7. A integralização da carga horária total do Curso ... 58

3.8. Conteúdos Curriculares ... 59

3.9. Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil do egresso ... 62

3.10. Adequação dos Conteúdos Curriculares à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS ... 63

3.11. Adequação dos conteúdos curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais ... 63

3.12. Adequação dos conteúdos curriculares à Política Nacional de Educação Ambiental ... 64

3.13. Coerência do PPC com as Diretrizes Curriculares ... 64

3.14. Ementário e Bibliografia 65

3.14.1. Adequação e atualização das ementas 65

3.14.2. Descrição do ementário e bibliografia do curso 66

3.15. Proposta Pedagógica 113

3.15.1. Metodologia de Ensino 113

3.15.2. Desenvolvimento do Processo de Ensino e Aprendizagem 114

3.15.3. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino e Aprendizagem 115

3.16. Atividades de Tutoria – Modalidade Semipresencial 117

3.17. Coerência do Currículo com a Proposta Pedagógica 118

3.18. Atividades Articuladas ao Ensino 120

3.19. Estágio Curricular 120

3.20. Acompanhamento do estágio 121

3.21. Relevância do estágio e da prática profissional 122

3.22. Trabalho de Conclusão do Curso 123

3.22.1. Acompanhamento do trabalho de curso 124

3.22.2. Relevância do trabalho de curso 125

3.23. Atividades Complementares 126

3.23.1. Acompanhamento das atividades complementares 127

3.23.2. Relevância das atividades complementares 129

3.24. Programas ou projetos de pesquisa (iniciação científica) 130

3.25. Programas ou projetos de Extensão 131

3.26. Sistema de Avaliação do Curso 133

3.26.1. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem 134

3.27. Sistema de autoavaliação do curso 135

3.28. Avaliações oficiais do curso 136

3.29. Autoavaliação institucional 136

3.30. Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) 136

3.30.1. Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). 137

4. CORPO SOCIAL DO CURSO 138

4.1. Corpo discente – Forma de acesso ao curso 138

4.1.1. Ingresso por Processo Seletivo para Acesso ao Ensino Superior 138

4.1.2. Ingresso mediante o Programa Universidade para Todos – Prouni (Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005) 138

4.1.3. Ingresso por Transferência Externa Facultativa 138

4.1.4. Ingresso por Transferência Externa Ex-Officio 139

4.1.5. Ingresso de Portador de Diploma de Graduação 139

4.1.6. Outras Formas de Ingresso 139

4.2. Atenção aos discentes –..... 140

4.2.1. Apoio psicopedagógico ao discente 140

4.2.2. Mecanismos de nivelamento 141

4.2.3. Apoio às atividades acadêmicas 142

4.2.4. Ouvidoria 142

4.2.5. Acompanhamento de egressos 143

4.3. Registros acadêmicos 143

4.4. Gestão do Curso 144

4.4.1. Formação acadêmica da coordenação do curso 144

4.5. Composição e Funcionamento Colegiado de Curso 146

4.5.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE 146

4.6. Plano de Carreira e Incentivos ao Corpo Docente 148

4.7. Corpo de Tutores 150

5. INFRAESTRUTURA 150

5.1. Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso 150

5.2. Sala de professores e sala de reuniões 152

5.3. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos. 153

5.4. Salas de aula 153

5.5. Laboratórios e Equipamentos 154

5.6. Acesso a equipamentos de informática pelos alunos 155

6. BIBLIOTECA 155

6.1. Apresentação 155

6.2. Espaço físico 156

6.3. Instalações para o acervo 158

6.4. Instalações para estudos individuais 158

6.5. Instalações para estudos em grupos 159

7. REFERÊNCIAS.....159

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO						
Denominação do Curso:	BACHARELADO EM DIREITO (CÓDIGO 89418)					
Modalidade:	EDUCAÇÃO PRESENCIAL					
Endereço de Oferta:	AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, 1402 SUL, QUADRA 1402 SUL – CONJUNTO 1 – CEP 77061-002					
Regime de matrícula:	SEMESTRAL					
Tempo de integralização	5 ANOS					
Turno de Funcionamento:	**Integral**	**Matutino**	**Vespertino**	**Noturno**	**Totais**	
Vagas anuais:		100		100	200	
Alunos por turma Teórica:	50					
Alunos por turma Prática:	12					
Carga Horária Total	**DISC.**	**ES**	**AC**	**PP**	**TCC**	**TOTAL**
	2960	260	400		80	3700
Situação Legal do Curso	**Autorização:**			**Reconhecimento:**		
Documento	PORTARIA			PORTARIA		
N. Documento	4.093			272		
Data Documento	30/11/2005			19/07/2011		
Data da Publicação	01/12/2005			20/07/2011		
N. Parecer/Despacho	Parecer CNE/CES nº 372/2005, de 6/10/2005			14		
Conceito MEC (CC)	**4**			**4**		
Conceito Preliminar de Curso (CPC)	**Ano:**	**2015**		**Conceito:**	**3**	

Legenda:
Disc.: Carga horária destinada às **Disc**iplinas
ES: Carga horária destinada ao **E**stágio **S**upervisionado
AC: Carga horária destinada às **A**tividades **C**omplementares
PP: Carga horária destinada às **P**ráticas **P**edagógicas, se for o caso.
TCC: Carga horária destinada ao **TCC**

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES, DA REGIÃO E DO CURSO

1.1. Contexto da Instituição

O Centro Universitário Católica do Tocantins – UniCatólica (código 2365) é mantido pela União Brasileira de Educação Católica (UBEC), instituição credenciada junto ao Ministério da Educação (código 278), associação privada sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.331.801/0001-30, representada por seu diretor presidente José Nilton Dourado da Silva, constituída por um conjunto de instituições católicas com atuação em Educação Básica e Superior.

A UBEC começou a tomar forma em 8 de agosto de 1972, quando um grupo de diretores de colégios religiosos de Brasília-DF, vinculados a congregações religiosas com forte vocação educacional, idealizou um ensino superior diferenciado dos demais, que contemplasse a formação integral da pessoa.

Atualmente a UBEC é composta por cinco congregações e uma diocese com o Instituto Católico de Minas Gerais – ICMG. As congregações que compõem a UBEC são: Inspetoria São João Bosco (Salesianos de Dom Bosco), União Brasileira de Educação e Ensino (Irmãos Maristas das Escolas), Inspetoria Madre Mazzarello (Salesianas de Dom Bosco), Sociedade Porvir Científico (Irmãos da Escolas Cristãs – La Salle) e Associação Planalto de Assistência e Instrução Popular (Padres Estigmatinos).

Com a presença das tradições educativas trazidas secularmente por essas congregações religiosas, a UBEC destaca-se mantendo instituições educacionais, de educação básica, profissional e superior em todo o país: no Distrito Federal, a Universidade Católica do Brasília – UCB e o Centro Educacional Católica de Brasília – CECB; no Leste de Minas, o Centro Universitário Leste de Minas Gerais, o Colégio Universitário Padre de Man, o Instituto Monsenhor Rafael e a Escola Técnica de Formação Gerencial (em parceria com o SEBRAE); no nordeste brasileiro, a Faculdade Católica de Recife e no Estado do Tocantins, o Centro Universitário Católica do Tocantins (UniCatólica).

A UBEC, inscrita sob o n.º 00.331.801.0001-30 no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) é uma sociedade civil, de direito privado e de caráter educacional,

assistencial, filantrópico e sem fins lucrativos, fundada em 8 de agosto de 1972, na cidade de Silvânia/GO, foi registrada no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, sob o número da ordem 1.132, no Livro A-6, a 12 de agosto de 1972.

2.1. Dados da mantenedora

Mantenedora:	UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CATÓLICA						
End.	SMPW QUADRA 5, CONJUNTO 13, LT 8					**n.:**	
Bairro:	NÚCLEO BANDEIRANTE	**Cidade:**	BRASÍLIA	**CEP:**	71.735-513	**UF:**	DF
Fone:	(61) 3383-9000		**Fax:**				
E-mail:	ubec@ubec.edu.br						
***Site*:**	www.ubec.edu.br						

2.2. Dados da mantida

Mantida:	Centro Universitário Católica do Tocantins - UniCatólica						
End.	AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, QUADRA 1402 SUL, CONJ. 01					**Nº:**	CJ 1
Bairro:	PLANO DIRETOR SUL	**Cidade:**	PALMAS	**CEP:**	77.024-710	**UF:**	TO
Fone:	(63) 3221-2121		**Fax:**	(63) 3221-2105			
E-mail:	helenes.lima@catolica-to.edu.br						
***Site*:**	www.catolica-to.edu.br						

2.3. Breve histórico da instituição

O Centro Universitário Católica do Tocantins - UniCatólica, com sede em Palmas, Estado do Tocantins, uma associação civil, confessional, de direito privado, sem fins econômicos, de caráter educacional, assistencial, cultural e filantrópico, foi credenciado por transformação da Faculdade Católica do Tocantins (FACTO-TO) pelo Ministério da Educação – MEC, pela Portaria nº 1059, de 31 de maio de 2019, publicado no DOU nº 105, 3 de junho de 2019, Seção 1, página 33, e está situado na

Avenida Teotônio Segurado, quadra 1402 Sul, lote 01 CEP 77061-002, Palmas, TO, Endereço Eletrônico: www.catolica-to.edu.br.

A Faculdade Católica do Tocantins foi criada dia 25 de novembro de 1999, pela 56ª Assembleia Geral da União Brasiliense de Educação e Cultura – UBEC, sua Mantenedora, iniciou suas atividades no dia 06 de março de 2003, tendo como Sede uma pequena instalação do Colégio Marista Palmas, com os cursos de Administração de Empresas, bacharelado, com habilitações Planejamento e Gestão em Turismo e Planejamento e Gestão de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Normal Superior, licenciatura com as habilitações para o Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

No dia 26 de maio de 2004, num terreno de 103.000 m², da Avenida Teotônio Segurado, a UBEC, a Mantenedora, iniciou uma obra de 6.089 m² com o escopo de firmar a identidade, proporcionar maior visibilidade e fixar em sede própria, sua Unidade de Missão (Mantida), a Faculdade Católica do Tocantins - FACTO. A inauguração da obra aconteceu em 25 de fevereiro de 2005. Neste mesmo mês e ano, com o quinto processo seletivo, foram incorporados à FACTO os bacharelados em Sistemas da Informação e Ciências Contábeis.

O ano de 2006 foi marcado pelo início do Bacharelado em Direito e pelo início de novas obras, um complexo de 5.961,28 m², numa área de 500.000 m², no Loteamento Coqueirinho, Lote 7, na Rodovia TO-050. Consolidou-se, assim, a Unidade II da FACTO que foi inaugurada no dia 10 de fevereiro de 2007. Nesta mesma data, começaram as atividades dos Bacharelados em Agronomia e Zootecnia. No segundo semestre do ano de 2007, iniciou-se o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

O ano de 2011 foi dedicado às Engenharias. No primeiro semestre a FACTO ofereceu o Bacharelado em Engenharia Elétrica e, no segundo, o Bacharelado em Engenharia Civil e em Engenharia da Produção. Além disso, no mesmo ano foi ampliado o prédio da Unidade I, em mais 1.549,72m².

Outro destaque deste ano de 2011 foi a recomposição e reorientação dos mecanismos de Avaliação Institucional, ocasião em que redimensionou a Comissão Própria de Avaliação - CPA, com procedimentos alinhados às exigências do MEC.

No segundo semestre de 2012, perseguindo o caminho das Engenharias, e atenta à sua vocação para a sustentabilidade, a FACTO decidiu-se pela oferta do Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária.

Sensível ao seu contexto social e suas demandas por profissionais preparados no nível de pós-graduação, e atenta à necessidade de elevar o grau de sua proposta educacional, a FACTO, ao longo dos anos de 2007 a 2013, passou a oferecer Cursos de Pós-graduação Lato Sensu.

O Ensino de Pós-graduação *Lato Sensu* no Centro Universitário Católica do Tocantins é ofertado em consonância com os cursos de graduação existentes dos Centros Superiores de Ciências Sociais e Aplicadas, de Ciências Agrárias e Ambientais e do Politécnico, buscando focar os princípios de valores institucionais. Em 2016 e 2017, a FACTO ofertou os seguintes Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*: Desenvolvimento de Softwares para Dispositivos Móveis e Direito Civil e Processo Civil.

Na busca de responder à necessidade de preparação dos talentos institucionais e da região Norte, a FACTO, no ano de 2012 iniciou o procedimento de implantação de seu primeiro Doutorado Interinstitucional em parceria com a Pontifícia Universidade de Minas Gerais – PUC Minas, com projeto aprovado pela Capes e efetivado em 2013.

A partir de 2014, no que tange à Graduação, as áreas de conhecimento abrangidas pela Instituição se referenciam no seu projeto de inserção para o desenvolvimento regional e tiveram, como parâmetros, a atuação segmentada em: Centro Superior de Direito por meio do curso de Direito Matutino e Noturno; Centro Superior de Negócios por meio dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Curso Superior de Tecnologia em gestão Ambiental; Centro Superior Politécnica por meio dos cursos de Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia Ambiental e Sanitária e a Escola de Ciências Agrárias com os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia.

Em 2015 o Conselho de Ensino Pesquisa/Iniciação Científica e Extensão (CEPE) aprovou, após uma consulta acadêmica realizada pela Vice-Diretoria Acadêmica da Instituição, alteração na estrutura de seus Centros Superiores. Assim, a partir de 2015-02, a FACTO passou a contar com três Centros, a saber: Centro Superior de Ciências Sociais Aplicadas, com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e

Direito Matutino e Noturno; Centro Superior Politécnico com os cursos de Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia Ambiental e Sanitária, todos no turno noturno. Centro Superior de Ciências Agrárias e Ambientais com os cursos de Agronomia, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e Zootecnia, no turno noturno e Medicina Veterinária, curso com oferta em tempo Integral, e autorizado por ofício.

Em 2016, a FACTO foi autorizada a ofertar o curso de Arquitetura e Urbanismo, que compõe mais um curso do Centro Superior Politécnico e ampliou as vagas para o Curso de Agronomia.

Fiel à sua missão institucional, o UniCatólica projeta seu futuro, desejando tornar-se Centro Universitário de referência. Para isto, propõem-se duas grandes metas de ampliação: a física e a acadêmica com qualidade e excelência.

O UniCatólica é concebido com a finalidade de ministrar Ensino Superior, “atuar para o desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade, promover a educação integral de discentes, formando profissionais comprometidos com a qualidade e com os valores éticos e cristãos”, cristalizou sua missão nesta reformulação: “Potencializar a educação integral do cidadão, por meio da geração e transferência do conhecimento e da educação evangelizadora, na perspectiva do desenvolvimento sustentável”.

O UniCatólica foi credenciado com 3.560 alunos, assim distribuídos: Agronomia, 545; Zootecnia, 213; Tecnologia em Gestão Ambiental, 03; Engenharia Elétrica, 221; Engenharia de Produção, 95; Engenharia Ambiental e Sanitária, 155; Engenharia Civil, 382; Medicina Veterinária, 381; Administração, 97; Sistemas de Informação, 55; Ciências Contábeis, 89; Direito, 1007, Arquitetura e Urbanismo, 134. Para tanto, possui um corpo docente composto por 22 doutores, 59 mestres e 28 especialistas, totalizando 109 professores.

2.4. Identidade Estratégica da IES

O UniCatólica, Instituição de Ensino Superior, distingue-se das demais pela sua confessionalidade cristã/católica. Dois movimentos, o da apropriação e o da configuração, interagem na operacionalização vital dos conteúdos cristãos, expressos, de modo especial, em valores.

O movimento da apropriação torna os valores cristãos ingredientes institucionais viscerais e, da configuração, os imprime no universo de toda e qualquer escolha e atividade institucional, transformando-as.

Na busca de tornar aderente a confessionalidade, sua apropriação e configuração institucionais, o UniCatólica define sua Missão, sua Visão de Futuro, seus Princípios de Ação, seus Valores e Eixos Estruturantes.

2.4.1. Missão

Com o enunciado de sua Missão de confessionalidade, sua apropriação e configuração institucional expressa as suas razões e missão direcionadas a confessionalidade: “Potencializar a formação integral do cidadão por meio da construção do conhecimento e da educação evangelizadora.

2.4.2. Visão de futuro

A visão de futuro anuncia como uma organização que quer ser percebida e reconhecida. O UniCatólica, consciente de sua Missão e alinhada a ela, expressa sua significação e relevância social, na formulação: “Ser até 2022, Centro Universitário de referência em serviço educacional no norte do país, caracterizado pela pastoralidade, empreendedorismo e sustentabilidade”.

2.4.3. Princípios institucionais

O princípio é um enunciado, cujos conteúdos balizam ações. O Centro Universitário Católica do Tocantins - UniCatólica, desejando ser reconhecido pela excelência dos seus processos de ensino e aprendizagem, define a integridade, o respeito, a inovação, a transparência, a cooperação e integração, a equidade e a liderança responsável como sinalizadores de caminhos na consolidação do seu novo status institucional, buscando tornar-se excelente no ensino e na aprendizagem, na extensão e na pesquisa/iniciação científica.

A **Integridade** está relacionada à conduta reta, leal e imparcial no agir em relação aos colegas, parceiros, clientes e sociedade. Significa também a submissão às leis do país e às normas que regem as atividades de nossa Organização. Orienta o desempenho pessoal nas atribuições diárias e defende, como compromisso moral e profissional, os objetivos, diretrizes, valores e os legítimos interesses da UBEC.

O **Respeito** é um valor intangível que delimita o campo de ação e de atuação de um indivíduo em relação ao outro. Ao respeitar o próximo, compreendemos que opiniões divergentes não são afrontas pessoais; reconhecemos que os direitos e deveres do próximo são iguais aos nossos. A quem respeita, cabe zelar para que as futuras gerações tenham esse princípio como parte integrante e indissociável de sua cultura, ou seja, de seu modo normal de agir e pensar.

Transparência: uma organização é transparente quando obedece a critérios de abertura e de relevância em sua comunicação interna e externa, ao divulgar informações que, ainda que não sejam obrigatórias por lei ou regulamentos, podem afetar significativamente os interesses das pessoas ou entidades envolvidas.

A **Cooperação e a Integração** derivam de uma soma de esforços em direção a uma cultura de solidariedade e ao bem comum em qualquer fase da vida de uma organização, com maior ênfase nos períodos de dificuldades.

A **Equidade** é a total imparcialidade no reconhecimento dos direitos de cada pessoa ou entidade: é a valorização do MÉRITO como critério preferencialmente em todas as decisões relativas à admissão e promoção de nossos colaboradores e alunos.

Na **Liderança Responsável** os líderes têm por principal missão garantir o êxito de seus liderados, seja no lar, no trabalho, no estudo ou em organizações de qualquer natureza.

2.4.4. Valores institucionais

Os valores estão apresentados a partir dos comportamentos desejados e que deveriam influenciar todos os envolvidos na comunidade acadêmica. O UniCatólica elege como valores a espiritualidade, cidadania, inovação, excelência, família como possibilidade de vivências atitudinais que a caracterizam, diferenciadamente como

IES Católica. Uma organização comprometida com a educação e pautada pelo comprometimento social. Os valores proporcionam diferenciais, profundidade e consistência ao processo de formação pessoal dos colaboradores e acadêmicos, com impacto efetivo na qualidade institucional. O Centro Universitário Católica do Tocantins - UniCatólica associa seus valores a comportamentos desejáveis.

Espiritualidade: comportamentos desejáveis – ser tolerante, priorizar os vulneráveis, vivenciar a fé, isto é, ter convicção no que faz.

Cidadania: comportamentos desejáveis – praticar ações claras e justas, servir as pessoas, cuidar da "Casa Comum";

Inovação: comportamentos desejáveis - promover o aprendizado, assumir atitudes proativas, agir com criatividade;

Excelência: comportamentos desejáveis - buscar a qualidade, ter visão sistêmica, gerar resultados sustentáveis;

Família: comportamentos desejáveis – respeitar as diferenças, trabalhar em equipe, valorizar e respeitar as pessoas;

Espera-se que valores direcionem o comportamento individual e coletivo refletido nos processos, clima organizacional e liderança.

2.4.5. Eixos Estruturantes

O Eixo estruturante remete às vigas de amarração de um edifício. Metaforicamente, nas organizações sociais, os eixos estruturantes dizem respeito aos fios condutores que alinhavam, de forma estrutural, o arcabouço institucional: a gestão, os processos, as atividades, os produtos e as atitudes dos indivíduos.

O UniCatólica constituiu como seus eixos estruturantes a **pastoralidade,** a **inovação**, a **pertinência**, as **metodologias ativas** e a **sustentabilidade.** O cuidado, o novo, a coerência, a autoria, a equidade, o equilíbrio e a conservação são os alinhadores da

gestão, dos processos, das atividades, dos produtos e das atitudes individuais, proporcionando-lhe unidade e um rosto bem definido.

Desta feita, no curso de Direito, a presença destes eixos está quando:

- A pastoralidade, sensibilizando os acadêmicos para a responsabilidade social, o vivenciar no coletivo e o respeito à individualidade. Esta conscientização no curso de Direito é motivada nos seguintes momentos:
- Pelos professores em sala de aula e através de correções fraternas individuais em situações de vulnerabilidade de acadêmicos;
- Pelos projetos “Pacificar Itinerante” e “Fazendo Direitinho”, implantado aos líderes acadêmicos, compostos pelos alunos do curso de Direito, orientados pelos professores;
- Pelas visitas da coordenação em sala de aula para acompanhar e conscientizar os alunos da importância do respeito mútuo e da responsabilidade social.
- A inovação, por meio de:
- Semestres propostos com integração de disciplinas com variados eixos, objetivando a motivação contínua do acadêmico do curso de Direito;
- Visitas acadêmicas que oportunizam aos alunos a síntese dos conhecimentos técnicos adquiridos no decorrer do curso, cuja programação dar-se-á anualmente e em conformidade com os anseios do meio acadêmico e/ou profissional. Também serão contempladas viagens com foco nas temáticas abordadas em sala de aula, cuja escolha dar-se-á por meio da reunião junto ao corpo docente e acadêmicos com objetivo de abranger os diversos conteúdos que compõem a grade curricular do curso, tanto no âmbito regional, nacional e/ou internacional.
- Projeto “Multiplicando Conhecimento”, em que os alunos dos períodos iniciais são recebidos pelos veteranos no Núcleo de Prática Jurídica, numa relação de troca de aprendizagem e vivência profissional desde os períodos iniciais.
- Metodologias ativas, principalmente PBL (*Problem Based Learning*), oportunizando aos acadêmicos o estudo e o desafio de resolução de problemas reais que possam agregar aos estudos teóricos a aplicação

prática. Além disso, outras técnicas inovadoras de aprendizagem são utilizadas em sala de aulas, a partir dos treinamentos institucionais.

- Projetos Integradores que trabalharão o PBL;
- Interdisciplinaridade entre os componentes curriculares e da formação do corpo docente.
- A pertinência ocorre por meio da integração dos acadêmicos às atividades da instituição.
- As metodologias ativas são incentivadas por meio do corpo docente com o intuito de otimizar o processo de aprendizagem tornando o acadêmico como o maior responsável pelo processo de aprendizado, sendo prioritariamente adotada a metodologia do PBL.
- A sustentabilidade é trabalhada com vistas a integrar a identidade estratégica institucional, já que o UniCatólica se encontra numa região em plena expansão no qual o futuro profissional em Direito poderá contribuir com ações voltadas para a equidade, o equilíbrio e a conservação do meio.

2.4.5.1. Objetivos:

1 – Potencializar a marca UniCatólica
2 – Prestar serviços institucionais de excelência
3 – Ampliar as relações interinstitucionais
4 – Consolidar o modelo profissionalizado de gestão
5 – Evidenciar a identidade institucional
6 – Garantir a sustentabilidade financeira

2.4.5.2. Metas

Com vistas ao alcance de seus objetivos, o Centro Universitário Católica do Tocantins buscará realizar as suas metas no período de vigência deste plano, conforme o Planejamento Estratégico Institucional.

Meta 1 - Atingir a excelência em relação à visibilidade da marca, às potencialidades e ao portfólio do UniCatólica na região em que atua.

Meta 2 - Melhorar a qualidade global dos serviços institucionais na perspectiva de uma gestão profissionalizada, por meio de um Programa de Qualidade.

Meta 3 - Estabelecer uma convivência de reciprocidade entre o acadêmico e colaboradores da IES, com vistas à atração, à permanência, ao alto desempenho discente e à construção de sua formação humana integral.

Meta 4 - Proporcionar meios para a melhoria do desempenho e desenvolvimento dos docentes e técnicos administrativos.

Meta 5 - Aumentar e diversificar as fontes de receita e a consequente possibilidade de ampliação dos serviços educacionais – ensino, iniciação científica e extensão, com vistas à inclusão.

Meta 6 - Consolidar-se enquanto polo de EaD da Universidade Católica de Brasília.

Meta 7 - Melhorar a comunicação interna.

Meta 8 - Imprimir em todas as decisões, objetivos, projetos e ações a Identidade Institucional, evidenciando a Pastoralidade.

2.5. Contexto da região

O Estado do Tocantins, embora esteja na região norte, participa do Consórcio Interestadual Brasil Central, que reúne os estados da região centro-norte: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.

O Estado do Tocantins se destaca como uma das economias mais promissoras da região Norte. Fatores como sua excelente localização geográfica e ritmo acelerado de crescimento, faz com que esta localidade conviva com grandes obras estruturantes, fazendo do Estado um centro logístico de fundamental importância para o desenvolvimento do País.

Obras como a Ferrovia Norte-Sul, a hidrovia Araguaia-Tocantins, o Ecoporto Praia Norte, o Terminal de Cargas (Teca) do Aeroporto de Palmas, a ampla malha asfáltica e as hidrelétricas que fornecem energia suficiente para abastecer o Estado e exportar seu excedente, são exemplos de infraestrutura que atraem empresários nacionais e internacionais interessados em investir no Estado.

Porém, a baixa empregabilidade demonstrada pelos dados do CAGED revela um grande desafio aos cursos de Graduação nas instituições privadas. A necessidade de ampliar a área de atuação da IES para além dos limites do município, será uma forma de ultrapassar este desafio.

A relevância do Curso de Direito na região se justifica pela seguinte premissa: a queda da empregabilidade nos diversos setores produtivos no último ano no Estado do Tocantins aumenta a possibilidade do empreendedorismo individual. Estes novos empreendedores poderão contar com um profissional capacitado para garantir a segurança jurídica do seu empreendimento.

O Estado do Tocantins possui um grande potencial econômico. A capacidade energética, as oportunidades provenientes do turismo, a implantação de grandes empreendimentos do agronegócio, a posição territorial estratégica do Estado e a logística de escoamento da produção, seja por meio de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário criam condições para um crescente desenvolvimento econômico.

O potencial econômico do Estado não reflete em crescimento e desenvolvimento do ponto de vista da abertura de novas oportunidades de trabalho. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados da Secretaria do Trabalho e Emprego - CAGED[1], em janeiro de 2019, no Estado do Tocantins foram admitidos 5.761 trabalhadores. Porém, o total de desligamentos foi superior. Ele atingiu a marca de 6.190, uma variação de empregabilidade negativa (-0,23%).

O setor que mais demitiu foi da Construção Civil com queda de -2,86. Em números absolutos o setor contratou 586 empregados, mas demitiu 944. A falta de investimento no setor e o aumento das chuvas no mês de janeiro de 2019 podem ser fatores que explicam o fenômeno.

Em um período de 12 meses a queda do setor da Construção Civil também foi a mais alta em comparação com outros setores, -6,43%. Setores como a Indústria da Transformação (variação de empregabilidade nos últimos 12 meses foi de 3,71%), do

[1] Dados extraídos do sítio http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default

Comércio (variação de empregabilidade nos últimos 12 meses foi de 3,07%), dos Serviços (variação de empregabilidade nos últimos 12 meses foi de 3,11%) e a Agropecuária (variação de empregabilidade nos últimos 12 meses foi de 0,41%), apesar de cresceram as suas taxas de emprego, não demonstraram crescimento significativo no último ano, ao ponto de alterar a realidade econômica do estado.

O setor público cobre aproximadamente 5% da população local com um contingente de servidores de 50 mil funcionários diretamente ligados ao governo estadual. O gasto com o funcionalismo público estadual tem um valor superior ao da sua arrecadação[2] e que a capital Palmas possui cerca de 40% das pessoas no funcionalismo público, em relação ao total de trabalhadores formais[3] não apresentou, no último ano, crescimento. Fenômeno associado às constantes trocas de governos e as demissões de cargos comissionados ou de contratos.

A baixa empregabilidade no Estado poderá criar oportunidades para o desenvolvimento do empreendedorismo individual. Segundo os dados do Sebrae, Data SEBRAE, o município de Palmas abrigava, em 2014, 17.856 empresas e 18.830 estabelecimentos. A mesma plataforma de pesquisa revela que o faturamento das empresas optantes pelos SIMPLES em Palmas foi de R$1,519 bilhões.

Em termos gerais, no aspecto empresarial, a economia de Palmas apresenta-se predominantemente formada por sociedades limitadas, EIRELIs, empresários individuais e microempreendedores individuais, sendo o tipo de empresa mais comum, as microempresas, que compõem aproximadamente 80% das empresas palmenses. Sua influência econômica e comercial abrange todo o Estado do Tocantins, além do sul do Pará e do sul do Maranhão.

---

[2] Segundo reportagem do G1 - Tocantins de 8 de maio de 2018. Disponível em:< https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/levantamento-aponta-que-o-tocantins-e-o-2-estado-que-mais-gasta-com-servidores.ghtml>

[3] Segundo relatório da Revista Exame. Disponível em:< https://exame.abril.com.br/brasil/as-30-cidades-brasileira-onde-ha-mais-funcionarios-publicos/>

Neste cenário de baixa empregabilidade, o planejamento, execução e desenvolvimento das atividades econômicas são instáveis, exigindo segurança jurídica aos atores inseridos neste contexto.

O Curso de Direito do UniCatólica busca formar profissionais capazes de atuar neste cenário econômico, inseridos no mesmo mercado de trabalho, nas áreas pública e privada, aptos a conferir sustentabilidade jurídica ao processo de consolidação econômica e social do Estado do Tocantins e Região.

O curso de Direito encontra-se alinhado não só ao contexto econômico e social do Estado do Tocantins e Região, mas à própria atuação do UniCatólica nas áreas do agronegócio e engenharia.

O desenvolvimento da atividade econômica carece de sustentabilidade jurídica, e o profissional do direito confere a todos os setores esta segurança, considerando não só o conjunto normativo aplicável à cada atividade, mas suporte para o progresso, conferindo um cenário atrativo e seguro para investimentos em todas as áreas.

Na administração pública, o profissional do direito formado pelo UniCatólica está inserido nos três poderes da República e nas três esferas federativas, destacando atuações diretas junto ao Poder Judiciário, Ministério Público, Segurança Pública, Procuradorias e Defensoria Pública. A consolidação das instituições republicanas pressupõe a existência de quadro de servidores bacharéis em Direito, comprometidos com o interesse coletivo, a ética e a moralidade.

O curso de Direito do UniCatólica insere em sua grade curricular conteúdo disciplinar apto a dotar este profissional de condições necessárias ao alcance deste perfil, não só para sagrar-se aprovados nos respectivos certames públicos, mas, sobretudo, para exercerem suas funções comprometidos com os valores instituições republicanas, alinhados com a própria missão do UniCatólica.

Por fim, ainda como pressuposto de funcionamento e consolidação das instituições republicanas, o profissional da advocacia se encontra inserido em todas as relações, pública e privadas, sendo essencial para garantia de todos os direitos fundamentais, e a efetivo desenvolvimento da justiça. O UniCatólica proporciona aos seus bacharéis não só plenas condições de aprovação no exame de ordem, mas uma formação ética, progressista e comprometido com o contexto social.

2.5.1. Área de influência

Os dados da Região

A atuação do UniCatólica é, prioritariamente, na Região Metropolitana da cidade de Palmas. A Região é composta pelos municípios de Aparecida do Rio Negro, Barrolândia, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Pugmil, Silvanópolis e Tocantínia. Estimada para 2018 com mais de 437.000 habitantes.

Segundo dados fornecidos pelo IBGE (2018), o Estado do Tocantins, no último censo em 2010, tem uma população estimada, para o ano de 2018, de 1.555.229 habitantes. A capital Palmas, pelo último censo populacional, conta com 228.332 habitantes. As outras maiores cidades, Araguaína e Gurupi, contam, no ano de 2018, 177.517 e 85.737 habitantes, respectivamente.

Na Capital, em "2016, o salário médio mensal era de 3.8 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 48.6%." A pirâmide etária aponta acentuada população jovem entre 15 a 29 anos, entre homens e mulheres. No ano de 2017 foram contabilizados 13.076 jovens matriculado no Ensino Médio, somente na capital. Do universo total de habitantes de Palmas, pouco mais da metade, 124.613, se autodeclara seguidor da religião Católica Apostólica Romana. (Fonte: IBGE)

Dos dados apontados, conclui-se que os jovens de Palmas e suas famílias têm uma condição financeira favorável e uma religiosidade que corrobora com os princípios filosóficos religiosos da UniCatólica. São características favoráveis também ao Curso de Direito já que este público almeja a continuar os estudos.

2.5.2. Cenário Socioeconômico

O Tocantins tem 139 municípios e possui onze distritos agroindustriais em franca expansão, instalados nas cidades-polo de Palmas, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Araguaína, Colinas e Porto Nacional – sendo estas cidades as mais populosas.

O Tocantins reúne os principais fatores para o desenvolvimento de diversas áreas econômicas.

No tocante à agricultura, tem-se fertilidade do solo, clima temperado, regime pluviométrico regular, abundância de água e extensas áreas planas. O Estado dispõe da infraestrutura necessária ao processo produtivo do agronegócio: eletrificação rural, assistência técnica e vias de escoamento da produção para os mercados consumidores.

A EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária desenvolve ações técnicas determinantes para o êxito do agronegócio no Tocantins, juntamente com Instituições de Ensino Superior e Profissionalizantes do Estado, além de organismos públicos e privados ligados a esse segmento econômico, com destaque para a FAET – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins.

Quanto à pecuária, o Estado do Tocantins possui um dos maiores rebanhos de gado de corte do Brasil e exporta carne de qualidade para diversos países. O Estado, livre de aftosa, investe em aprimoramento genético dos rebanhos, beneficiamento de matéria-prima e qualificação de mão de obra no campo.

A bovinocultura de leite no Tocantins cresce de forma continuada, favorecida pelas condições climáticas, abundância de água, terras planas e férteis. A cadeia produtiva do segmento lácteo investe, também, no melhoramento dos rebanhos para aumentar a qualidade e produtividade.

Quanto ao setor estrutural, estruturar cadeias produtivas neste âmbito é um dos mais relevantes desafios dos estados brasileiros. No Tocantins, agregar valores à produção do Estado, dentro de processos de vanguarda tecnológica, geração de emprego, capacitação profissional e competitividade dos produtos fazem parte da política de desenvolvimento do Governo Estadual.

O cenário de oportunidades para a industrialização é amplo e diversificado. O Tocantins é uma das regiões do Brasil com maiores atrativos para a instalação de empreendimentos industriais.

O Tocantins possui uma excelente Malha Logística, composta pelos modais ferroviário, rodoviário, hidroviário e aeroviário. O Planejamento Logístico Estratégico do Tocantins está centrado na intermodalidade de transportes, de forma a reduzir custos, promover a agilidade na movimentação de cargas e garantir a segurança.

A Rodovia Belém-Brasília, que contempla o Tocantins na sua extensão longitudinal, possui um dos mais relevantes fluxos de cargas do País: é um importante corredor de integração regional, ligada à excelente malha rodoviária estadual.

A Ferrovia Norte-Sul é uma realidade no Tocantins, ligando várias regiões aos portos marítimos do Norte do País. As cargas originárias nas regiões produtoras do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), seguem pela FNS para o Porto do Itaqui, localizado em São Luís - MA, com destino à exportação. A Ferrovia Oeste-Leste, com extensão de 2.675 km, partirá do Porto de Ilhéus, na Bahia, até Vilhena, em Rondônia. Interliga-se com a FNS no município de Figueirópolis – TO.

A FNS tem 850 km no Tocantins, com 6 pátios multimodais. Os Pátios Multimodais da FNS no Tocantins atraem grandes empreendimentos logísticos, como é o caso da VLI – Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield, instalada em Porto Nacional.

O Matopiba é considerado a nova fronteira agrícola brasileira e abrange os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Criado por Decreto do Governo Federal, tem por objetivo alavancar o desenvolvimento dessas regiões.

As ações na área, previstas pelos órgãos de fomento governamentais, visam desenvolver infraestrutura para redução de custos de armazenagem, de estradas, ferrovias, hidrovias, portos, energia e aumentar a competitividade da região nos mercados nacional e internacional. Além de fortalecer e fortalecer as ações no campo, promovendo a qualificação profissional, assistência técnica e extensão rural.

A região conta com uma área de cerca de 73 milhões de hectares, 38% pertencentes ao Estado do Tocantins. O Matobiba é responsável por, aproximadamente, 10 % da produção de grãos do País.

2.5.3. Cenário Cultural

O Estado do Tocantins possui uma cultura popular rica que resulta da presença marcante do negro e do indígena. Manifestações religiosas (a peregrinação de romeiros à cidade de Bonfim), cenários culturais (a igreja dos “escravos” em Natividade), o artesanato e as manifestações culturais populares (Sússia e Jequitaia).

Segundo dados do IBGE (2010) a população indígena brasileira é de 817.963 e que habitam todos os Estados da Federação. Não consta deste universo grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista - FUNAI. A região Norte do País concentra o maior número de indivíduos, 305.873 mil, equivalente a 37,4% do total. O Estado do Amazonas representando 55% do total da região.

O Estado do Tocantins, segundo dados da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), possui cerca 13.000 indivíduos das etnias: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô Kanela, Apinajé e Avá Canoeiros. As terras indígenas se subdividem em comunidades tradicionalmente reconhecidas como aldeias. “A continuidade do uso de suas línguas maternas é um dos aspectos que representa e singulariza a diversidade dos povos indígenas do Tocantins.”

Há no Estado do Tocantins cerca de 38 comunidades quilombolas, segundo as informações da Fundação Cultural do estado. O decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 viabiliza o reconhecimento e certificação das comunidades como remanescentes de quilombo. O documento “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Estas áreas culturais abrigam uma oportunidade para o Curso de Direito do UniCatólica na medida em que poderá formar egressos preparados para o reconhecimento, a interação e a defesa dos Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais.

Não há neste momento, Instituições de Ensino superior do Tocantins focadas nestes temas. O Cursos de Direito do UniCatólica por meio de eventos de graduação, linhas de pesquisa e extensão e cursos de pós-graduação poderá explorar esta oportunidade.

2.5.4. Cenário da Infraestrutura

Infraestruturas de transportes, tema valoroso como componente de crescimento e desenvolvimento econômico de uma região. O Estado do Tocantins possui uma economia em plena progressão, no seu território há uma reserva de crescimento e

desenvolvimento, cuja realização efetiva requer, entre outros fatores, a melhoria da acessibilidade dos polos existentes, além do atendimento nas outras infraestruturas.

Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tocantins, há um cenário evolutivo quanto ao sistema aeroviário em vários municípios do estado, destaca-se a cidade de Mateiros, onde se prevê a construção de um novo aeroporto para atender a demanda turística com destino à região do Jalapão. Além dos municípios de Araguaína e Gurupi que já possuem aeródromos com previsão de ampliação e reforma. A capital possui o Aeroporto Internacional Lysias Rodrigues na capital Palmas, de responsabilidade administrativa da Infraero, conta com voos comerciais e o TeCa (Terminal de Logística de Cargas - do Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues) opera com a movimentação de carga nacional, com possibilidade de expandir as operações para importação e exportação.

No sistema hidroviário há cenário tendencial identificando a presença de ações em infraestrutura em diversos municípios, onde estão previstas obras de derrocamento, dragagem, sinalização e construção de sistemas de eclusas, entre outras. Destaca-se Aguiarnópolis, Barra do Ouro, Miracema do Tocantins, Peixe e Tocantínia por serem áreas consideradas propícias para instalações portuárias, a partir de 2020, segundo o Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH). Com uma área de aproximadamente 27 milhões de hectares, o estado está inteiramente inserido na bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, com 91,8 milhões de hectares. A vazão média é de 13.799 m³/s (8% do total do país) e as reservas hídricas subterrâneas exploráveis são de 996 m³/s com precipitação média anual de 1.744 mm.

As rodovias como principais meio de transportes e escoamento de suprimentos tanto as redes rodoviárias federal, estadual e municipais existentes, apontam melhoramentos nas redes rodoviárias. O sistema rodoviário para o cenário tendencial refere-se à previsão de investimentos em infraestrutura pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), PBLog (Plano Brasil de Infraestrutura Logística), PDRIS (Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins). Segundo estes investimentos, vislumbra-se a construção e recuperação da BR-242, a implantação e pavimentação da BR-010 nos trechos situados em Córrego da Aldeia e Santa Maria do Tocantins; a adequação da capacidade da BR-153, no trecho compreendido entre Paraíso do Tocantins e Aliança do Tocantins; a

construção da Ponte Rio Araguaia, na BR-153, no trecho que liga o município de Xambioá ao estado do Pará; e a construção e pavimentação da BR-325, que integraria a região do Matopiba. Sob a jurisdição estadual, estão previstos os projetos de construção da TO-050, que consiste na implantação do trecho da BR-242 que atravessa a Ilha do Bananal/Terra Indígena do Araguaia; pavimentação da TO-030; e melhoramentos nas rodovias TO-444/TO-447 e TO-239. Além da Ordem de serviço para pavimentação asfáltica do trecho da rodovia TO-141, que liga a cidade de Palmeirópolis à divisa do Estado de Goiás nas proximidades da cidade de Minaçu.

A rede ferroviária, apresenta a previsão de criação do terminal intermodal sudoeste no município de Peixe e a implantação de um segundo pátio ferroviário em Gurupi. A rede foi fortalecida com a implantação da Ferrovia Norte e Sul (FNS), que intercepta o estado entre os municípios de Aguiarnópolis e Talismã. Além da concessão realizada para a EF-151 compreendendo o trecho que vai de Porto Nacional (TO) a Estrela d'Oeste (SP), com 1.537 quilômetros.

Na medida em que o transporte seja compreendido e tratado como sistema, torna-se assim imprescindível que um conjunto de profissionais detenham uma visão sistematizada, sabendo articular as ações e componentes do sistema de transporte. O cenário requer na complementação da rede mediante novos investimentos, como também na restauração e adequação técnica da rede existente. O sistema de circulação gerado pela composição dos sistemas aeroviário, hidroviário, ferroviário e rodoviário e vislumbra potencialidade de crescimento, estimulando a abertura de novas oportunidades aos profissionais de engenharia.

2.5.5. Cenário da Saúde

Estado do Tocantins, segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado, aderiu ao processo de regionalização da saúde, como um dos princípios presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8080/90. A Regionalização da Saúde é ainda entendida como um "processo de organização das ações e serviços de saúde numa determinada região, visando à universalidade do acesso, a equidade, a integralidade e resolutividade".

O Território tocantinense é composto de 139 municípios, grande parte, municípios de pequeno porte e que necessitam de estrutura econômica e social (92,8% dos municípios possuem até 20.000 habitantes destes 54,26% possuem menos que 5.000 habitantes). Assim, a configuração territorial da saúde foi organizada em 08 regiões, consoante ao Decreto Federal n.º 7.508/2011, sendo elas: Bico do Papagaio, Médio Norte Araguaia, Cerrado Tocantins Araguaia, Cantão, Capim Dourado, Amor Perfeito, Ilha do Bananal e Sudeste. O recorte regional foi definido a partir de ações e serviços de saúde mínimos para composição da Região em 05 eixos: **Atenção primária** - 80% de cobertura ESF e suficiência da Atenção Básica na região; **Urgência e emergência** - 1 Pronto Socorro funcionando 24 hs todos os dias da semana com cirurgião geral e atendimento obstétrico de risco habitual (cesárea) na região; **Atenção psicossocial** - pelo menos 1 CAPS I na região; **Atenção ambulatorial especializada e hospitalar** - atendimento ambulatorial em clínica médica e cirurgia geral e hospitalar nas clínicas médicas, cirúrgicas e obstétricas; **Vigilância em saúde** - equipe de vigilância constituída legalmente no município.

Apesar de o Estado ter uma das mais altas coberturas de atenção básica do País, ainda possui um grande número de internações sensíveis à atenção básica, com 34% em 2013 e 29,95% em 2014 e baixa cobertura de homogeneidade das vacinas de rotina, com 45,11% em 2014. O fortalecimento da Atenção Básica no Tocantins possui como desafios a constante necessidade de qualificação, apoio institucional, monitoramento e avaliação da Estratégia, visando não apenas ampliar as equipes, mas dar qualidade às ações e serviços relativos aos ciclos de vida (homem, adolescente, mulher, criança, adulto, idoso), garantindo uma assistência e promoção da saúde às famílias tocantinenses.

O Tocantins assumiu a responsabilidade sanitária de redução da mortalidade materna e infantil, visando o seu enfrentamento por meio de ações e serviços da atenção primária e especializada. A taxa de mortalidade infantil do Estado vem decrescendo, passando 15,63/1.000 nascidos vivos em 2011 para 13,6/1.000 em 2013. Tal fato reflete a melhoria das condições de vida da população às intervenções públicas nas áreas de saúde, saneamento, incentivo ao aleitamento materno e declínio da fecundidade no Tocantins.

O Tocantins continua endêmico para as doenças transmissíveis como dengue, leishmaniose visceral e hanseníase, apontando que ainda existem sérias lacunas na operacionalização de ações e serviços, mesmo com os avanços inquestionáveis ocorridos na melhoria do acesso à saúde no Estado, com o aumento do número de consultas de pré-natal, redução da mortalidade infantil, o sucesso no controle da malária e erradicação do sarampo, e atualmente com a ampliação do acesso com o programa “Mais Médicos”; mas permanece uma dependência histórica dos municípios em relação ao estado na média complexidade hospitalar. A Secretaria Estadual de Saúde executa 85% dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares em 62% dos leitos gerais existentes.

Com a finalidade de garantir a qualidade do diagnóstico, a fim de prevenir, controlar e eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana e do meio ambiente, o Tocantins possui o Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN-TO em Palmas-Capital, referência no Estado, com uma unidade descentralizada na Região Macro Norte, localizada na cidade de Araguaína.

Na rede de assistência ambulatorial e hospitalar, as estruturas existentes ainda são insuficientes para atender as necessidades de saúde da população. Hoje esta rede possui os ambulatórios integrados aos hospitais e o estado como o maior ofertante dos serviços, sendo a descentralização desses aos municípios um grande desafio. Os hospitais da rede pública no Estado do Tocantins, identificados pela forma de gerenciamento em: Regionais de gerência estadual; municipais, e de Pequeno Porte de gerência municipal, cujo financiamento é tripartite pela União, Estado e Município, representando 90% dos leitos cadastrados no Sistema Único de Saúde - SUS (63% em Hospitais Regionais e 27% em Hospitais Municipais), restando, apenas 10% dos leitos em instituição privada conveniados ao SUS. São dezoito os Hospitais Regionais, localizados em dezesseis cidades distintas, dos quais três são unidades que concentram serviços de alta complexidade, a saber, o Hospital Geral de Palmas e o Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos em Palmas-Tocantins, e o Hospital Regional de Araguaína.

A Rede de Atenção às Urgências (RAU) no estado possui 08 Centrais de Urgência e Emergência com SAMU- 192 nas cidades de Palmas, Araguaína, Gurupi, Lajeado, Paraíso, Novo Acordo, Miranorte e Porto Nacional com uma cobertura populacional

de cerca de 491.537 mil habitantes, além dos serviços de Pronto Socorro da Rede Hospitalar própria estadual e de 05 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

O Tocantins desde 1996 começou a estruturar a Rede de Atenção Psicossocial com a abertura de 4 NAPS (Núcleo de Apoio Psicossocial). Hoje esta rede conta com 08 CAPS I (Centro de Atenção Psicossocial), 02 CAPS II e 01 CAPS AD (Álcool e Drogas), 01 Unidade de Saúde Mental em Hospital Geral, propondo-se implantar as atividades terapêuticas de Saúde Mental (USM) em 05 (cinco) dos 18 hospitais regionais do estado, ampliando assim esta rede.

Os serviços de hemoterapia do Tocantins encontram-se estrategicamente localizados nas regiões que possuem serviços hospitalares de média e alta complexidade. A Hemorrede do Tocantins é constituída por 01 Hemocentro Coordenador, 01 Hemocentro Regional, 01 Núcleo de Hemoterapia, 02 Ambulatórios de Hematologia, 02 Unidades de Coleta e Transfusão, 01 Unidade de Coleta; 14 Agências Transfusionais Intra-hospitalares, cujos serviços de produção e distribuição são integralmente públicos.

A assistência farmacêutica, componente essencial do Sistema Único de Saúde está estruturada em três componentes: (I) assistência farmacêutica básica; (II) assistência farmacêutica para programas estratégicos; e (III) assistência farmacêutica especializada.

A saúde pública no Tocantins possui o desafio de fortalecer e integrar a atenção básica à vigilância em saúde; estruturar e expandir a assistência hospitalar/ambulatorial especializada que requer um aporte tecnológico mais amplo e de maior custo, visando reduzir os gastos com demandas de Tratamento Fora do Domicílio, tornando o Estado autônomo no atendimento de sua população.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Tocantins, destaca que o Tocantins conta com 1.771 médicos ativos para atender uma população de 1.383.453 pessoas, o que representa uma média de 1,28 médicos para mil habitantes, atendendo o que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A Capital Palmas tem 408 profissionais da medicina para uma população de 223.817.

No Tocantins, assim como nos demais Estados brasileiros, há proporcionalmente muito mais médicos à disposição de usuários privados que de usuários exclusivos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Tocantins possui 1.940 postos de trabalho médico público que atendem à população usuária do SUS: 1.293.048 pessoas, o que dá 1,50 por mil habitantes, em contrapartida o setor privado ou população coberta pelos planos de saúde contam com 884 postos de trabalho para atender 90.405 mil pessoas, proporcionalmente temos mais postos de trabalho em prol da rede privada, o que contabiliza 9,78 por mil habitantes. O estudo do CFM revela então que o Tocantins possui uma discrepância entre os números de postos de trabalho público/privado, 1,50 público para 9,78 privado, número é infinitamente maior o que torna evidente o índice de desigualdade entre os dois que é de 6,52, que está acima da média nacional de 3,90.

O crescimento da população do Estado e a ampliação da rede de saúde pública e privada, aumenta o número de questões jurídico-legais envolvendo os profissionais e instituições de saúde e as pessoas que utilizam seus serviços. Médicos, enfermeiros, farmacêuticos, psicólogos, odontólogos, administradores de clínicas e hospitais, gestores de planos de assistência à saúde estão a cada dia sendo pressionados pela quantidade de normas e regulamentações relacionadas com o seu exercício profissional. Este cenário demanda atuação do profissional da área jurídica capaz de prover a proteção jurídica das partes envolvidas nos direitos relacionados à saúde.

De outro lado, a judicialização da saúde é um fenômeno complexo e um grande desafio para o Poder Público e para profissionais da área jurídica, pois quando o Estado não consegue efetivar o Direito à saúde do cidadão, é comum, diante de uma negativa de atendimento de saúde, o cidadão buscar a efetivação de seus direitos por via do Ministério Público, Defensoria Pública e advogados para conseguir a assistência necessária.

Este cenário representa uma oportunidade para que os egressos do Curso de Direito do Centro Universitário UniCatólica possam atuar de forma consultiva e/ou contenciosa na resolução das mais diversas demandas e questões relacionadas com a assistência à saúde.

2.5.6. Cenário Educacional

A oferta do Curso de Bacharelado em Direito é empreendimento educacional estratégico para a região, considerados seus contexto e conjuntura, especialmente quando tomados como referenciais os objetivos estampados em nossa Constituição (CRFB/1988), dentre os quais "[...] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;", e as metas que informam o Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024.

Pode-se afirmar, sem dúvida alguma, que os impactos socioeconômicos resultantes de sua implementação são extremamente positivos em âmbito estadual e federal, vez que presta contributo de peso para a mitigação das diferenças regionais de um país como o nosso, com dimensões continentais e que abriga grande diversidade desdobrada em múltiplos aspectos, dentre os quais se destacam condições socioeconômicas, infraestrutura e peculiaridades culturais a que se submete determinado contingente populacional.

Então, qualquer empreendimento educacional que busque resultados concretos de excelência deve harmonizar sua dinâmica e exigências técnico-científicas com as características, necessidades e interesses sociais regionais específicos, fortemente marcados pelas diferenças de cunho social, econômico e cultural.

Ressalte-se ainda que, conforme PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014 o qual apresenta as pautas básicas do retro citado PNE, tem como Meta 12 propostas "elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta [...]". Coerentemente, estão previstas como estratégias para a satisfação da meta, dentre outras, a expansão do financiamento estudantil (Item 12.6) e a ampliação da "[...] participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei." (Item 12.9), o que obviamente se aplica a população estabelecida na região do Município de Palmas, que historicamente pouca atenção estadual e federal teve ao longo do tempo, antes que o Estado do TO fosse criado.

Importa então apresentar uma visão geral do contexto socioeconômico, geopolítico, institucional e histórico-cultural no qual se insere esta IES e seu Curso de Bacharelado em Direito, a fim de demonstrar sua justificativa pela perspectiva da demanda social.

2.5.7. Educação Superior

O Brasil, nos últimos 20 anos, passou por um notável processo de crescimento no que se refere ao ensino superior. Conforme Ministério da Educação, no início dos anos noventa, 1.540.080 estudantes encontravam-se matriculados em cursos de graduação no Brasil. Esse número saltou para 2.694.245 de estudantes em 2000 e para 7.037.688 em 2012, número este que continua em crescimento.

Em 2012, aproximadamente 8,3 milhões de brasileiros se matricularam no ensino médio, sendo 770 mil somente na região Norte e 71.158 (SEDUC, 2013) no estado do Tocantins. Porém observa-se que, o percentual de acadêmicos matriculados – faixa etária 18 a 24 anos – no Ensino Superior, na região norte é de apenas 6,7%.

O Estado do Tocantins, criado por determinação da Constituição de 1988, originou-se a partir da divisão da região Norte e Centro-Norte do Estado de Goiás, se tornando uma unidade autônoma na região. Seus 139 municípios já somam uma população de quase 1,4 milhões de habitantes (IBGE 2010). Dados do INEP/2012 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) mostram que o Estado possui 35 Instituições de Ensino Superior, entre públicas e privadas, sendo 02 federais, 01 estadual, 07 municipais e 25 particulares.

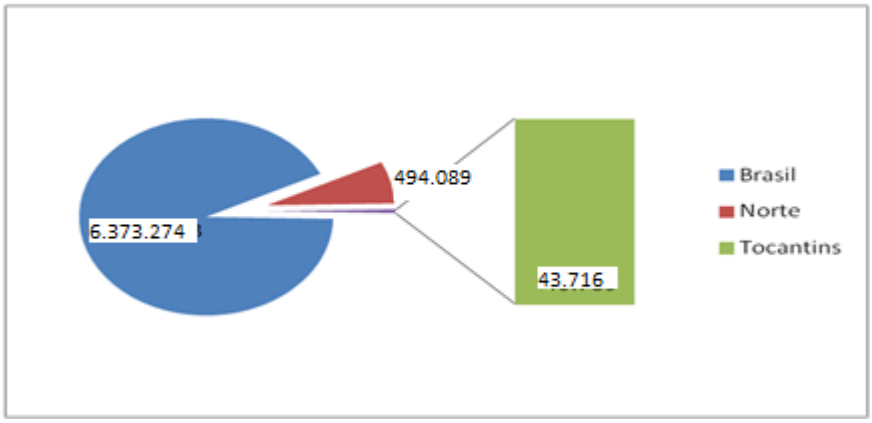
Nos últimos 20 anos, a quantidade de Instituições de Ensino Superior no Tocantins passou de 02 para 35, a oferta de cursos saltou de 13 para 204 e as vagas ofertadas a população passaram de 610 para mais de 15.000, caracterizando, portanto, um avanço significativo no ensino superior tocantinense.

No entanto, apesar de todo esse crescimento, as Instituições de Ensino Superior tocantinenses representam apenas 1,44% do total das mais de 2.400 IES brasileiras, os cursos 0,64% e as vagas apenas 0,048%.

Todos esses números, demonstram que apesar do estado ter avançado bastante, ainda há muito a ser feito e o fortalecimento do ensino superior se faz necessário,

tanto através de incentivos governamentais, que facilitem a acesso as Instituições a uma parcela maior da população, quanto de investimento das próprias Instituições na expansão de seus cursos, respeitando claro, as características próprias da região.

Total de Matrículas em Cursos de Graduação – IES Privadas



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior (2018)

Tabela 4. Matrículas na educação superior presencial e a distância segundo a dependência administrativa – 2017

Modalidade de ensino	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Educação Superior Presencial					
Matrículas	1608	-	-	-	1608
Concluintes	198	-	-	-	198
Educação Superior a Distância					
Matrículas	-	-	-	593	593
Concluintes	-	-	-	66	66

Fonte: MEC/INEP

Tabela 5. Ensino superior – número de alunos, e cursos presenciais e a distância 2006 a 2015

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de cursos	267	268	163	191	199	213	219	212	248	262
Nº de alunos	32562	85888	235434	50110	65791	95723	89504	77463	72978	7505

Fonte: INEP – Censos de Ensino Superior/SEPLAN – TO/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas

2.5.8. O desafio do Curso de Direito

O curso de direito do UniCatólica oferece semestralmente 100 (cem) vagas para ingressantes, sendo 50 (cinquenta) para cada um dos dois períodos, matutino e noturno.

Há na cidade de Palmas outros 7 cursos de Direito entre Universidades Públicas, Universidade Privadas, Centro de Ensino e Faculdade.

Segundo dados coletados nos sites das instituições, o quadro de vagas é assim disposto:

Instituição	Vagas Matutino	Vagas Noturno
CEST - Centro de Ensino Superior do Tocantins	50	100
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil	50	50
FASEC - faculdade Serra do Carmo	50	50
FAPAL - Faculdade de Palmas	100	----
IEPO - Instituto de Ensino e Pesquisa de Palmas	100	----
UNITINS - Universidade do Tocantins	---	40
UFT - Universidade Federal do Tocantins	50	50

Fora da área de influência do Curso de Direito, mas próximo o suficiente para o deslocamento de estudantes até a capital, encontra-se Paraíso do Tocantins com seguinte instituição:

Instituição	Vagas Matutino	Vagas Noturno
UNEST/FCJP - Faculdade de Ciências Jurídicas do Tocantins	50	50

2.6. Contexto do Curso

2.6.1. Missão:

Potencializar por meio da aprendizagem ativa o saber jurídico, desenvolvendo sólida formação ética, profissional e humanística.

2.6.2. Visão:

Promover o melhor ensino jurídico da região Norte do Brasil, sendo referência nacional na utilização de metodologias inovadoras de aprendizagens em cursos jurídicos.

2.6.3. Valores:

- **Ética:** De acordo com a tradição filosófica, a Ética é entendida como um hábito, um comportamento. Este se concretiza na coletividade, na *pólis*. É na vida com a coletividade que podemos perceber que tais comportamentos são ou não são éticos. Portanto, Ética e Política são indissociáveis. Deste ponto de vista é pensado o curso de Direito do UniCatólica. Ele objetiva a formação de uma postura ética que se manifestação na promoção do coletivo. De um sujeito capaz de coordenar as suas ações individuais com vistas a uma finalidade maior, o bem-estar do coletivo.

- **Responsabilidade Social:** O curso de Direito do UniCatólica trabalha para a formação de profissionais que sejam capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, sendo capazes de agir com consciência das consequências das suas ações diante da sociedade. Nesse sentido, a responsabilidade social é entendida como a capacidade de contribuir para o desenvolvimento da Ciência do Direito como mecanismo de aperfeiçoamento do tecido social. Nesse sentido, busca-se o estímulo constante ao desenvolvimento da alteridade, solidariedade e fraternidade como instrumentos de uma formação integral do acadêmico.

➢ **Inovação:** A descoberta da tecnologia como instrumento educacional possibilita o alinhamento entre o ensino superior e o dinamismo social. O curso de Direito do UniCatólica agrega plataformas tecnológicas de comunicação à rotina pedagógica do seu corpo docente, viabilizando a interação com o discente através da exposição de conteúdo, da transmissão de tarefas, da avaliação e respectivos *feedbacks*. A capacitação do corpo docente se efetiva de forma permanente, acompanhando os investimentos em novas tecnologias e descobrindo novos caminhos para a prática pedagógica comprometida com a excelência no ensino jurídico.

➢ **Excelência acadêmica:** Significa formar profissionais competentes, capazes de resolver problemas complexos e comprometidos com a vida e o progresso da sociedade. De um lado, a formação acadêmica está relacionada ao desenvolvimento das dimensões espiritual, política, social, cultural, ética, técnico-científica. De outro lado, a competência profissional só pode ser alcançada por meio de processos de ensino e aprendizagem que desafiem constantemente o estudante diante de situações autênticas. Para isso, utilizamos como meio diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista, possibilitando aos acadêmicos as melhores oportunidades de carreira e formando sujeitos capazes de transformar a realidade em que vivem.

➢ **Alteridade:** No desenvolvimento do conceito de igualdade, deve-se ir além da busca pela efetivação de direitos de segunda dimensão, passando-se para o sentido de que as relações entre os diferentes grupos sociais são imprescindíveis para a construção de uma sociedade livre e justa, objetivada pela Constituição da República. Para tanto, a Instituição se compromete com a promoção da inclusão social no meio acadêmico, além da realização de atividades que promovam o desenvolvimento desse sentimento de alteridade em relação à comunidade por meio da iniciação científica e projetos extensionistas que tenham esse viés.

2.6.4. Vocação do Curso:

➢ **Vocação extensionista:** A prática extensionista é vocação institucional. O UniCatólica, atenta ao seu compromisso social, mantém o Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ do curso de Direito no setor de maior concentração populacional da

cidade de Palmas/TO, denominado Aureny III, o que viabiliza a interação direta do aluno com a comunidade local, além de possibilitar o desenvolvimento de práticas jurídicas voltadas ao atendimento da população, possibilitando a utilização e exercício do seu conhecimento, junto com a conscientização da realidade social que se encontra inserido. Esta proximidade entre academia e comunidade permite ao curso de Direito do UniCatólica manter práticas extensionistas permanentes já agregadas na cultura da comunidade local.

- **Formação profissional embasada na promoção da ética e da cidadania:** Ao longo do curso, serão promovidos conhecimentos e habilidades que preparem o acadêmico para o mercado profissional dinâmico e inovador que se apresenta na contemporaneidade, por meio do incentivo do uso de tecnologias e da capacitação para a autonomia do aprendizado. Além disso, será dada ênfase para que a formação do profissional seja embasada na ética nas relações com outros profissionais, com os clientes e com toda a sociedade, com responsabilidade social e promoção do bem comum

- **Estímulo ao aprendizado autônomo:** O aprendizado autônomo encontra amparo na teoria da Educação Construtivista. Segundo Jean Piaget, o aprendizado se dá quando o indivíduo interage com o conteúdo. Neste sentido, o que se aprende é uma construção individual, fruto da sua interpretação pessoal da experiência vivenciada em busca do aprendizado. Por isso, é preciso estimular o acadêmico a aprender a aprender, a adotar a perspectiva teórico-crítica e desenvolver a autonomia em busca da aprendizagem constante. Para tal, cabe desenvolver a sua capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo, ao longo da vida profissional. Nesse sentido, caminha-se para a mudança da concepção de ensino, adotando a perspectiva da valorização da autonomia do acadêmico na busca pela sua formação.

2.6.5. Breve histórico do curso

O Curso de Direito do UniCatólica iniciou suas atividades em janeiro de 2006 em prédio, recém-inaugurado, situado na avenida Teotônio Segurado LT - 01 - Bairro

centro (Quadra 1042 sul), CEP 77025-970. O telefone de contato direto da coordenação do Curso é (63) 3221-2119.

O Curso foi autorizado pela portaria do MEC nº 4.093 de 30 de novembro de 2005 e reconhecido pela portaria do MEC nº 272 de 19 de julho de 2011, publicada no diário oficial de 20.07.2011, nº de ordem 14, para ofertar 200 vagas anuais. Em 2015 recebeu parecer da OAB - 13 de abril de 2015 - para Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Direito.

A estrutura curricular do Curso foi alicerçada pela Resolução CNE/CES nº09, de 29 de setembro de 2004, com carga horária total de 3780 horas. A estrutura curricular do Curso foi alterada, através da Ata nº 21 - CEPE, de 29 de maio de 2009. Nesta, o Curso, possuía uma carga horária de total de 3.780 horas, incluindo 300 horas de atividades complementares e mais 300 horas de estágio profissionalizante, com aulas exclusivamente na modalidade presencial.

O seu objetivo era formar umas conscientes de seu papel e de sua atuação enquanto agentes transformadores da realidade social, proporcionando uma sólida formação teórica e prática, com o necessário embasamento nos diversos campos da Ciência Jurídica.

Em 2018, o Curso sofre nova reformulação. Disciplinas na modalidade ensino à distância (EaD) foram incorporadas à sua estrutura, a carga horária é alterada para 3700 horas, sendo que 720 horas na modalidade EaD. Esta reformulação pretende formar bacharéis para a nova configuração do mercado de trabalho, que exige profissionais autônomas e domínio de novas tecnologias de informação e comunicação, bem como, às exigências da Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Resolução CNE/CES nº 5 de 17 de dezembro 2018.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O curso de Direito do UniCatólica em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2018) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, Resolução CNE/CES nº 05/2018 (CNE, 2018) estará centrado nos pilares do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Profissão e será alicerçado pela Metodologia Baseada em Problemas (*Problem Based learning* – PBL) e pela

Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) adaptadas às necessidades institucionais do UniCatólica e do Curso.

O PBL tem o problema real como elemento motivador do estudo. A tentativa orientada para encontrar soluções provoca, além do desenvolvimento de competências e habilidades práticas profissionais, à tomada de consciência da realidade social; a formação de um senso crítico, de um olhar atento para as questões sociais, de uma postura ética, humanística e de responsabilidade, em outras palavras, a formação humanística do acadêmico.

O trabalho com problemas reais traz para a dinâmica da sala de aula situações vivenciadas no ambiente profissional. Esta necessidade é exigida pelo PDI para o PPC do Curso de Direito.

> Os projetos pedagógicos, por conseguinte, subsidiam a formação para as carreiras profissionais; o desenvolvimento de competências, de habilidades e de atitudes; o aprimoramento do caráter e a vivência de um itinerário em busca do transcendente. (PDI, 2018, p. 22)

O problema estimula o desenvolvimento de habilidades e competências que serão úteis para a trajetória profissional do egresso do UniCatólica “desenvolvendo seu protagonismo por meio das metodologias inovadoras de aprendizagem.” (PDI, p. 21). A escolha da Metodologia Baseada em Problemas se justifica pelo cumprimento dos critérios gerais para a seleção de conteúdos apresentados pelo PDI. (PDI, 2018, p. 24)

> Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições locais e regionais no que se refere à atuação dos profissionais da área (...).
> Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos (...).
> Potencialidade para o desenvolvimento intelectual autônomo dos alunos (...).
> Interdisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos (...).
> Conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento (...). (PDI, 2018, p. 24)

Além do mais, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (em homologação) exigem do PPC os “modos de integração entre teoria e prática, especificando as metodologias ativas utilizadas” (art. 2º, §1º, VI) com ênfase na resolução de problemas de modo transversal (Art. 4º - §1º). Daí a utilização da ABP,

que terá a função de integrar a teoria à prática, a partir do Projeto Multiplicando Conhecimento, direcionado para que os alunos dos primeiros quatro períodos do curso estejam presentes no Núcleo de Prática Jurídica, recebendo instrução didática e profissional dos alunos estagiários.

3.1. Objetivos do curso

Em harmonia com o disposto na Diretrizes Curriculares Nacionais e com a Missão Institucional estampada no PDI do UniCatólica, em primeira análise a "formação integral do cidadão", o curso de graduação em Direito do UniCatólica terá como norte a sólida formação técnica, ética e humanística dos seus acadêmicos.

3.1.1. Geral

Habilitar acadêmicos ao pleno e eficaz exercício profissional, por meio do estímulo à aprendizagem autônoma e crítica, pelo domínio dos métodos consensuais de resolução de conflitos e de uma sólida formação ética e humanística para contribuir para o desenvolvimento da cidadania e de uma sociedade mais justa.

3.1.2. Específicos

Objetivos específicos do Curso de Direito foram separados em três dimensões:

- **Cognitivo:** dimensão que desenvolve competências basilares para o estudo e o desenvolvimento do exercício profissional.
- **Instrumental:** dimensão que capacita o aluno a operacionalizar as normas e a técnica jurídica.
- **Interpessoal:** dimensão que estimula o princípio de alteridade, a tolerância e o entendimento mútuo.

Cognitivo

1. Habilitar o acadêmico ao desenvolvimento de técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos para propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
2. Treinar o acadêmico ao uso de novas tecnologias aplicadas à prática judiciária;

3. Desenvolver no acadêmico a competência da leitura, a compreensão e elaboração de textos, de atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.

Instrumental

4. Capacitar os acadêmicos para conhecer, interpretar e utilizar as normas do sistema jurídico nacional e as diretrizes do Direito Internacional, articulando o conhecimento teórico, a resolução de problemas e o estudo de caso;

5. Preparar os acadêmicos para o domínio de instrumentos da metodologia jurídica para aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

6. Aprimorar na comunidade acadêmica o desenvolvimento de ações de acordo com a deontologia profissional e da transversalidade dos Direitos Humanos.

Interpessoal

7. Desenvolver nos acadêmicos, nos professores e na comunidade a cultura do diálogo, a aceitação e promoção da diversidade e do pluralismo cultural;

8. Estimular a comunidade acadêmica (professores e estudantes) à realização do trabalho social em grupo e o compartilhamento de ideias em grupos interdisciplinares.

9. Criar para os acadêmicos as condições para aplicação dos meios consensuais de resolução de conflitos nas práticas judiciárias;

10. Incitar a comunidade acadêmica à percepção e propostas de solução para problemas da realidade local, regional, nacional e internacional com os mecanismos, institutos e conhecimentos jurídicos.

3.2. Perfil do egresso do curso

Os egressos do Curso de Direito do UniCatólica deverão levar consigo o *saber* que desenvolveram ao longo da sua trajetória acadêmica de forma ética, humanista, crítico-especulativa e reflexiva, que desemboca na produção proativa de conhecimentos.

A partir da opção metodológica que orienta seu desenvolvimento o curso busca assegurar aos seus egressos um perfil:

- Autônomo para o exercício de suas atividades profissionais;

- Acadêmico para contribuir para com o desenvolvimento da Ciência Jurídica;
- Cidadão, cuja postura ética e humanística contribua para o desenvolvimento da cidadania;
- Consciente das questões econômicas, ecológicas e culturais de forma global;
- Competente ao uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- Intérprete e aplicador das normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- Capaz de dominar as tecnologias e os métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
- Preocupado em investir na sua formação continuada.
- Ademais, considerando o contexto da região de abrangência do curso e o contexto regional, o egresso terá condições de promover o amparo jurídico ao
- Desenvolvimento do empreendedorismo individual que assegure a formalidade dos empreendimentos para fomentar negócios;
- Grupos tradicionais e minorias marginalizadas ou em situação de risco ou de desigualdade social para garantir proteção, assistência e acesso à justiça.

3.3. Atribuições no mercado de trabalho

O campo profissional que o Curso de Graduação em Direito do UniCatólica disponibiliza ao bacharel o insere no perfil exigido pelo mercado nacional na medida em que oferece uma formação atual conectada ao processo político, ideológico e econômico tanto nacional quanto globalizante. A capacidade de entendimento, análise e solução dos problemas que surgirão pressupõem uma formação alicerçada em conhecimentos multidisciplinares, que caracterizam o profissional em direito como preparado para assessorar e apoiar a sociedade em suas necessidades primordiais; profissional com competência sócio-política, técnico-jurídica, prática do direito e com

forte sensibilidade social e consciência da formação para a cidadania, capaz de responder às demandas de uma sociedade dinâmica e heterogênea cada vez mais exigente.

Nosso profissional do Direito encontrará no mercado de trabalho diversas oportunidades para exercer suas habilidades e competências. Dentre elas pode-se citar a profissão de advogado nas mais diversas áreas do Direito, tanto tradicionais quanto as que vêm surgindo, podendo trabalhar como autônomo ou empregado. Têm-se também os cargos de juiz, promotor de justiça, delegado de polícia federal e civil, defensor público, procurador da república, escrivão, oficial de cartório de registros, auditor da Receita Federal e Estadual, analista judiciário, oficial de chancelaria, auditor do Ministério do Trabalho, Procurador do Trabalho. Poderá trabalhar ainda, como Policial Federal, Professor universitário, diplomata, auditor do Banco Central, analista do Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores, dentre outras.

3.3.1. Diferenciais competitivos do curso

Do ponto de vista socioeconômico, o Estado do Tocantins enfrenta dificuldades para a geração de emprego nos diversos setores produtivos. Por meio desta dificuldade, cresce a demanda por microempreendedores individuais que buscam uma alternativa à adversidade.

Do ponto de vista cultural, a diversidade que se encontra no Estado é evidenciada pelas influências indígenas e quilombolas. Estes grupos étnicos necessitam de segurança jurídica para a preservação das suas tradições, da garantia do acesso à justiça e da manutenção dos seus espaços.

Diante desse contexto o Curso de Direito do UniCatólica se diferencia: (1) na formação bacharéis aptos ao suporte jurídico para empreendedores; (2) na formação bacharéis que reconhecem a diversidade cultural e que poderão promover o suporte jurídico para a justiça social aos grupos marginalizados e minorias.

Além do mais, Curso de Direito do UniCatólica se destaca pelo:

- Corpo docente altamente qualificado, composto quase integralmente por mestres e doutores.

- Infraestrutura disponibilizada ao curso de direito que garante a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão (com destaque para o núcleo de práticas jurídicas, a sala do júri simulado, as salas multimídia e o acervo bibliográfico constantemente atualizado);

- Projetos institucionais que conjugam o aprendizado teórico e prático com a geração de produção científica vinculada ao curso e com o propósito permanente de estender o conhecimento para além do âmbito acadêmico, levando-o a agregar valor junto à comunidade e a cumprir sua função social;

- Metodologia de Ensino voltada para as abordagens de aprendizado ativo como o PBL (Metodologia baseada em Problemas), ABP (Aprendizagem baseada em Projetos) e outras abordagens que promovem a autonomia do educando;

- O intenso uso das TIC integrada ao ensino como o *Moodle* - Ambiente Virtual de Aprendizagem - e o Google Classroom - Plataforma de Interatividade Digital;

- Programa de Formação Continuada de docentes em Metodologias Ativas e TICs integradas ao ensino;

- Portal de Pesquisa Revista dos Tribunais OnLine e Biblioteca física e Virtual especializada em assuntos jurídicos;

- Revista Acadêmica do Curso de Direito - “Revista Jurídica”.

3.4. Políticas Institucionais e sua correlação com o curso

3.4.1. O ENSINO

Uma das Políticas Institucionais do UniCatólica cria condições para otimizar o Ensino. Ela oportuniza a reinvenção da prática pedagógica por meio do desenvolvimento de

competências e habilidades, da autonomia e da responsabilidade do estudante em seu processo de aprendizado.

Esta Política Institucional voltada para o ensino é identificada, dentro da Matriz Curricular do Curso de Direito, tanto nas disciplinas ofertadas na forma presencial, que integram as diversas tecnologias à dinâmica das aulas como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e o uso do celular como ferramenta de aprendizagem, quanto aquelas ofertadas na modalidade Ensino à Distância (EaD).

A Política voltada ao ensino no Curso de Direito revela-se por meio do:

- Foco na aprendizagem do estudante: promoção do estudo autônomo a partir das diversas metodologias ativas como o PBL e outras;

- Prioridade aos processos interativos: utilização de ferramentas de comunicação que garante a interação entre os estudantes, professores e aprendizagem por meio do uso do Google Classroom;

- Intenso uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para agilizar a relação ensino e aprendizagem como a produção de vídeos educacionais dos estudantes para realização de seminários, o acesso ao sistema informacional do Judiciário do Estado do Tocantins e a agilidade das práticas judiciárias realizadas pelo NPJ.

- Constante formação dos professores nas diversas Metodologias de Ensino e nos usos das TIC como recurso de sala de aula.

- As disciplinas ofertadas na modalidade EaD e as ofertadas na modalidade presencial estão vinculadas a um conjunto de competências que serão desenvolvidas ao longo da trajetória estudantil e das habilidades treinadas em cada unidade curricular. Estas implicam o perfil do egresso desejado pelo Curso.
- O que contribui para esta dinâmica é a constante formação dos docentes do Curso em oficinas que exploram a adoção diversas Metodologias Inovadoras e o uso de diferentes recursos tecnológicos e midiáticos em sala de aula.

- Além do mais, as Políticas Institucionais voltadas ao ensino proporcionam ao Curso o uso dos seguintes recursos:
- Das TIC integradas ao ensino, tais como: o Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Moodle*), Google *Classroom*, RM *Corpore*, Biblioteca Virtual *Pearson* e Portal RT Revista dos Tribunais.
- Do Núcleo de Acessibilidade: viabiliza o atendimento aos estudantes com deficiência;
- Do Núcleo Psicopedagógico: que promove o serviço de Orientação Inclusiva que se destina a encaminhar e atender as diferentes necessidades apresentadas pelos estudantes e comunidade acadêmica.

3.4.2. A PESQUISA E A INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Alinhado ao UniCatólica e preocupado com o desenvolvimento da pesquisa e iniciação científica, o Curso de Direito participa plenamente dos Editais que sistematizam a Produção Científica. Além do mais, estimula constantemente a participação de estudantes com projetos e apresentação em Congressos Científicos dentro e fora da instituição.

Programas de Pesquisa Voluntária, Jornadas de Iniciação Científica e Extensão, Encontro de Ética, Ciência e Religião, Semana do Curso são ocasiões em que o UniCatólica oferece ao Curso e aos acadêmicos oportunidades de expor os resultados de suas investigações.

O Curso entende que a elaboração do TC, embora ao nível de graduação, seja exercício pleno da atividade de pesquisa, por isso exige-se rigor metodológico e científico.

O Curso, por meio da Política Orçamentária Institucional, disponibilização de recursos financeiros previstos no seu orçamento para atividades de pesquisa fora da Instituição. Esse auxílio custeia inscrições, passagens, hospedagens e alimentações.

Para os discentes, o Curso prevê auxílio no custeio de passagens aéreas ou terrestres, de acordo com a disponibilidade financeira, para visitas técnicas, em

acordo com as propostas aprovadas na Semana de Planejamento, no início de cada semestre letivo.

3.4.3. DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

O Centro Universitário UniCatólica - UniCatólica, integrante da Amazônia Legal, marcadamente impactada pela cultura negra e indígena e em força de seu compromisso social, sente-se convocada e responsabilizada a conhecer a riqueza cultural e histórica da Região e a buscar mecanismos consistentes para o seu fomento e sua preservação. A Instituição deseja e precisa cuidar da arte e cultura tocantinense, com o intuito de dar plena visibilidade ao rosto típico do Estado.

Em virtude desta tipicidade, o Curso de Direito oferece a disciplina, optativa, “História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena” com o propósito de preservar a cultura regional e nacional. Além de, apoiar as ações promovidas pela Coordenação da Pastoralidade que exaltam a cultura regional, em especial:

- A quarta cultural: espaço de apresentação de artistas tocantinenses, estudantes e não estudantes da UniCatólica para divulgar a música regional e outras manifestações artísticas;
- O “Arraiá do UniCatólica”: evento tradicional na instituição e uma das atividades mais aguardadas por toda a comunidade acadêmica. Neste evento comemora-se o São João e o Santo Antônio com dança, a “quadrilha”, música e comidas típicas.
- O Coral Universitário: conjunto vocálico que atende os eventos especiais da instituição e que conta com a participação de acadêmicos do Direito.
- Como agentes mais próximos dos acadêmicos, Coordenação e o Corpo Docente do curso incentivam seus discentes a participarem das ações institucionais coordenadas pela Coordenação da Pastoralidade, que mantém e incentiva o Núcleo de Cultura Negra e Indígena, a religiosidade e eventos culturais e artísticos, dentre outros.

3.4.4. A EXTENSÃO

A Extensão é um espaço de aprendizagem e se concretiza em ações culturais, desportivas, sociais, religiosas comunitárias e de transferência de tecnologia e conhecimento.

O curso de Direito está envolvido com Projetos e Atividades de Extensão, sempre de forma alinhada com o PDI da Instituição. Assim, por linhas, norteia suas ações como abaixo demonstrado:

Desenvolvimento Sustentável

A extensão a ser desenvolvida a partir desta linha de pesquisa aborda os princípios da sustentabilidade com ênfase nos quatro elementos do Desenvolvimento Sustentável — sociedade, ambiente, economia e cultura. Para tanto, os projetos e atividades abordarão temas como: pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos, entre outros.

Tecnologia, comunicação e inovação

As ações extensionistas enfocam temas ligados à difusão das tecnologias de informação e comunicação, reflexão e análise dos meios de produção, competências gerenciais e organizacionais, gestão de empresas, desenvolvimento e implantação de sistemas de informações gerenciais, entre outros.

Neste sentido, o curso priorizará Projetos e ações que:

- Elevem a cidadania;
- Pacifiquem conflitos;
- Conhecimento dos Direitos Humanos;
- Reflexões sobre os direitos sociais;
- Disseminação da Constituição;
- Políticas Públicas Prisionais

3.4.5. Redes de Cooperação

A atuação em redes de cooperação se caracteriza como um importante alternativo para a sociedade contemporânea. Assim o curso de Direito, atua na composição de conflitos através do Núcleo de Mediação do Projeto Pacificar.

3.4.6. Dia de responsabilidade social

A extensão a ser desenvolvida a partir desta linha de pesquisa aborda os princípios da sustentabilidade com ênfase nos quatro elementos do Desenvolvimento Sustentável — sociedade, ambiente, economia e cultura. Para tanto, os projetos e atividades abordarão temas como: pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos, entre outros. O curso mantém projeto de extensão assistencial como o Fazendo Direitinho. Projeto Cívico como o Dever Cidadão e o Observatório de Direitos Humanos, além do Projeto Pacificar.

3.5. Organização curricular

O Curso de Direito tem seu conteúdo distribuído em 10 períodos, abrangendo em sua perspectiva formativa a formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional.

O Curso foi concebido para "*potencializar por meio da aprendizagem ativa o saber jurídico, desenvolvendo sólida formação ética, profissional e humanística", c*om a finalidade de "*promover o melhor ensino jurídico da região Norte do Brasil, sendo referência nacional na utilização de metodologias inovadoras de aprendizagens em cursos jurídicos"*, a partir dos valores: ética, responsabilidade social, inovação, excelência acadêmica e alteridade.

3.6. Matriz Curricular

A matriz curricular do Curso apresenta-se no quadro a seguir, contemplando as disciplinas de formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional e atividades complementares:

Curso: Bacharelado em Direito

Matriz: 2018

1º PERÍODO							
Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
01	Introdução ao Estudo do Direito	80	0	0	0	80	FG
02	Teoria Geral do Estado	80	0	0	0	80	FG
03	História e Filosofia do Direito	80	0	0	0	80	FG
04	Introdução à Educação Superior	0	0	0	80	80	FG
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	360	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							

2º PERÍODO							
Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
05	Direito Penal I	80	0	0	0	80	FTJ
06	Direito Civil I	80	0	0	0	80	FTJ
07	Direito Constitucional I	80	0	0	0	80	FTJ

08	Iniciação à Pesquisa Científica	0	0	0	80	80	FG
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	360	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							

3º PERÍODO							
Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
09	Direito Penal II	80	0	0	0	80	FTJ
10	Direito Civil II	80	0	0	0	80	FTJ
11	Direito Constitucional II	80	0	0	0	80	FTJ
12	Humanidade, Sociedade e Ética	0	0	0	80	80	FG
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	360	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							

4º PERÍODO							
Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
13	Direito Penal III	80	0	0	0	80	FTJ
14	Direito Civil III	80	0	0	0	80	FTJ

15	Direito Processual Civil I	80	0	0	0	80	FTJ
16	Empreendedorismo	0	0	0	80	80	FG
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	360	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							

5º PERÍODO							
Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
17	Direito Penal IV	80	0	0	0	80	FTJ
18	Direito Civil IV	80	0	0	0	FTJ	FTJ
19	Direito Processual Civil II	80	0	0	0	80	FTJ
20	Direitos Humanos, Cidadania, Heterogeneidade e Diversidade	80	0	0	0	80	FG
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	360	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							
6º PERÍODO							
Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
21	Direito Processual Civil III	80	0	0	0	80	FTJ

22	Direito Processual Penal I	80	0	0	0	80	FTJ
23	Direito Civil V	80	0	0	0	80	FTJ
24	Psicologia	80	0	0	0	80	FTJ
25	Estágio Supervisionado I	0	20	0	0	20	FTJ
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	360	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							

7º PERÍODO							
Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
26	Direito Processual Civil IV	80	0	0	0	80	FTJ
27	Direito do Trabalho I	80	0	0	0	80	FTJ
28	Direito Processual Penal II	80	0	0	0	80	FTJ
29	Estágio Supervisionado II	0	40	0		40	FTJ
30	Estágio Supervisionado III	0	40	0	0	40	FTJ
31	Optativa I	0	0	0	80	80	
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	400	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							

8º PERÍODO

Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
32	Direito Administrativo I	80	0	0	0	80	FTJ
33	Direito do Trabalho II	80	0	0	0	80	FTJ
34	Estágio Supervisionado IV	0	40	0	0	40	FTJ
35	Estágio Supervisionado V	0	40	0	0	40	FTJ
36	Optativa II	0	0	0	80	80	FTJ
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	320	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							

9º PERÍODO							
Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
37	Direito Administrativo II	80	0	0	0	80	FTJ
38	Direito Tributário	80	0	0	0	80	FTJ
39	Direito Empresarial	80	0	0	0	80	FTJ
40	Estágio Supervisionado VI	0	40	0	0	40	FTJ

41	Estágio Supervisionado VII	0	40	0	0	40	FTJ
42	Optativa III	0	0	0	80	80	FTJ
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	400	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							

10º PERÍODO							
Nº	Disciplina Obrigatória	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total	Classif.
43	Direito Ambiental e Urbanístico	80	0	0	0	80	FTJ
44	Direito Internacional	80	0	0	0	80	FTJ
45	Trabalho de Conclusão do Curso	80	0	0	0	80	FTJ
					Atividade Complementar	40	
					CH TOTAL	360	
Atividade Integradora: Problema Interdisciplinar							

Resumo					
Disciplinas	CH Teórica	CH Prática	Atividade Discente	CH EAD	CH Total
Formação Geral	0	0	0	320	320

Formação Técnica Jurídica Básica	134	0	26	160	320
Formação Técnica Jurídica Específica	2080	0	0	240	2320
Trabalho de Conclusão de Curso	80	0	0	0	80
Estágio Supervisionado	0	260	00		240
Atividades Complementares					400
Carga Horária Total					3720

Disciplinas Optativas	Classif.	Carga Horária	EAD ou Presencial
Hermeneutica e Ética Profissional	FTJ	80	EAD
Direito Previdenciário	FTJ	80	EAD
Direito Financeiro e Econômico	FTJ	80	EAD
Direito Eleitoral	FTJ	80	EAD
Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	FTJ	80	EAD
Ciência Política	FTJ	80	EAD
Economia	FG	80	EAD
Deontologia Jurídica	FTJ	80	EAD
Direito do Consumidor	FTJ	80	EAD
Responsabilidade Civil	FTJ	80	EAD

3.7. A integralização da carga horária total do Curso

O curso de Direito da UniCatólica é ofertado em regime semestral e deve ser integralizado no prazo mínimo de 5 anos (10 semestres) e no máximo de 8,5 anos (17 semestres). A carga horária total curricular corresponde a 3700 horas, dimensionada

em 200 (duzentos) dias letivos anuais de efetivo trabalho acadêmico.

A carga de atividades discente é de 1089 horas no período de formação no Curso. Sendo 369 horas corresponde aos trabalhos interdisciplinares, 400 horas de atividades complementares, 260 horas ao NPJ e 80 horas ao TCC.

3.8. Conteúdos Curriculares

As DCNs do Curso de Direito propõem a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, atendidas em nossa matriz curricular e perfeitamente alinhadas ao perfil do egresso, a saber:

Perspectivas formativas	Disciplinas previstas no PPC
Formação Geral	Introdução ao Estudo do Direito Teoria Geral do Estado História e Filosofia do Direito Introdução à Educação Superior Iniciação à Pesquisa Científica Humanidade, Sociedade e Ética Empreendedorismo Direitos Humanos, Cidadania, Heterogeneidade e Diversidade Psicologia

Contribuição para a formação do perfil do egresso	As disciplinas de introdução a Educação Superior, além das disciplinas técnico-jurídicas, contribuem para a formação da autonomia do acadêmico para o desenvolvimento de suas atividades profissionais; a disciplina de iniciação à pesquisa científica dá embasamento para que o acadêmico tenha condição de desenvolver a ciência jurídica; as disciplinas de Humanidade, Sociedade e Ética e de Direitos Humanos, Cidadania e Heterogeneidade e diversidade contribuem para a formação do cidadão esperado pelo curso, bem como promove o amparo jurídico de grupos tradicionais e minorias marginalizadas; o desenvolvimento do empreendedorismo é incentivado por meio da disciplina Empreendedorismo; As disciplinas de economia, psicologia, Humanidade, sociedade e ética contribuem para a formação de um cidadão consciente das questões econômicas, ecológicas e culturais de forma global.

Perspectivas formativas	Disciplinas previstas no PPC
Formação técnico-jurídica	Direito Penal I ao IV Direito Civil I ao V Direito Constitucional I e II Direito Processual Civil I ao IV Direito Processual Penal I e II Direito do Trabalho I e II Direito Administrativo I e II Direito Tributário Direito Empresarial Direito Ambiental e Urbanístico Direito Internacional

Contribuição para a formação do perfil do egresso	As disciplinas técnico-jurídicas embasam o acadêmico para a sua autonomia no exercício profissional. Pelo requisito obrigatório do desenvolvimento do trabalho de curso, incentiva-se a contribuição para o desenvolvimento da ciência jurídica; a competência para utilização dos meios consensuais de solução de conflitos aparece de forma transversal nas disciplinas processuais, bem como nos estágios supervisionados, viabilizando a capacidade de interpretar e aplicar as normas jurídicas é desenvolvida por meio da metodologia do PBL, no qual um problema é proposto de forma interdisciplinar e o aluno é instigado a buscar a solução jurídica adequada; a preocupação com sua formação continuada é estimulada por meio das atividades complementares, cursos livres, iniciação científica e estímulo a publicação em periódicos.

Perspectivas formativas	Disciplinas previstas no PPC
Formação Prático-profissional	Estágios Supervisionados I ao VI, além da atividade integradora que adotou a metodologia do PBL para resolução de problema interdisciplinar.
Contribuição para a formação do perfil do egresso	As disciplinas de estágio supervisionado, ao colocar o aluno para atender e acompanhar o assistido, contribuem para a formação da autonomia, da cidadania, da consciência em relação às questões econômicas e culturais, além de promover o amparo jurídico a grupos em situação de risco ou desigualdade social, garantindo proteção, assistência e acesso à justiça. Além disso, há o estímulo para o uso dos meios consensuais de solução de conflito. No Núcleo de Prática Jurídica, o acadêmico tem, ainda, a oportunidade de conhecer os sistemas eletrônicos processuais, a pesquisa em periódicos jurídicos e jurisprudência, além do direito comparado.

3.9. Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil do egresso

Ao dividir o curso em disciplinas de Formação Geral, Formação técnico jurídico e Formação Prático Profissional, pretende-se “habilitar acadêmicos ao pleno e eficaz exercício profissional, por meio do estímulo à aprendizagem autônoma e crítica, pelo domínio dos métodos consensuais de resolução de conflitos e de uma sólida formação ética e humanística para contribuir para o desenvolvimento da cidadania e de uma sociedade mais justa”.

Formação Geral

As disciplinas de introdução a Educação Superior, além das disciplinas técnico-jurídicas, contribuem para a formação da autonomia do acadêmico para o desenvolvimento de suas atividades profissionais; a disciplina de iniciação à pesquisa científica dá embasamento para que o acadêmico tenha condição de desenvolver a ciência jurídica; as disciplinas de Humanidade, Sociedade e Ética e de Direitos Humanos, Cidadania e Heterogeneidade e diversidade contribuem para a formação do cidadão esperado pelo curso, bem como promove o amparo jurídico de grupos tradicionais e minorias marginalizadas; o desenvolvimento do empreendedorismo é incentivado por meio da disciplina Empreendedorismo;

As disciplinas de economia, psicologia, Humanidade, sociedade e ética contribuem para a formação de um cidadão consciente das questões econômicas, ecológicas e culturais de forma global.

Formação técnico jurídico

As disciplinas técnico-jurídicas embasam o acadêmico para a sua autonomia no exercício profissional. Pelo requisito obrigatório do desenvolvimento do trabalho de curso, incentiva-se a contribuição para o desenvolvimento da ciência jurídica; a competência para utilização dos meios consensuais de solução de conflitos aparece de forma transversal nas disciplinas processuais, bem como nos estágios supervisionados, além do embasamento teórico desenvolvido na disciplina “Métodos adequados de Resolução de Conflitos”; a capacidade de interpretar e aplicar as normas jurídicas é desenvolvida por meio da metodologia do PBL, no qual um problema é proposto de forma interdisciplinar e o aluno é instigado a buscar a solução

jurídica adequada; a preocupação com sua formação continuada é estimulada por meio das atividades complementares, cursos livres, iniciação científica e estímulo a publicação em periódicos.

Formação Prático Profissional

As disciplinas de estágio supervisionado, ao colocar o aluno para atender e acompanhar o assistido, contribuem para a formação da autonomia, da cidadania, da consciência em relação às questões econômicas e culturais, além de promover o amparo jurídico a grupos em situação de risco ou desigualdade social, garantindo proteção, assistência e acesso à justiça. Além disso, há o estímulo para o uso dos meios consensuais de solução de conflito. No Núcleo de Prática Jurídica, o acadêmico tem, ainda, a oportunidade de conhecer os sistemas eletrônicos processuais, a pesquisa em periódicos jurídicos e jurisprudência, além do direito comparado.

3.10. Adequação dos Conteúdos Curriculares à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Em observância ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, o UniCatólica aprovou a Resolução CEPE Nº 09/2015, de 21 de setembro de 2015, incluindo algumas disciplinas com *status* de Disciplinas Optativas Institucionais. Uma das disciplinas incluídas foi Libras. As disciplinas Institucionais são ofertadas anualmente, de modo que os acadêmicos do curso de Direito têm 5 oportunidades para cursá-las.

3.11. Adequação dos conteúdos curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais

No Curso valoriza-se diversidade cultural, étnico-raciais e de gênero por meio de disciplinas obrigatórias, “Direitos humanos, cidadania, heterogeneidade e diversidade” e “Humanidade, Sociedade e Ética” e disciplinas optativas “História e cultura afro-brasileira, africana e indígena”.

3.12. Adequação dos conteúdos curriculares à Política Nacional de Educação Ambiental

Também como disciplina optativa, e na mesma condição de Disciplina Optativa Institucional, sendo ofertada anualmente, o UniCatólica oferta a disciplina “Educação Ambiental e Sustentabilidade” e a disciplina optativa “Responsabilidade Civil” com enfoque nas demandas transindividuais.

3.13. Coerência do PPC com as Diretrizes Curriculares

De acordo com a Resolução CNE/CES 2018, art. 12, os cursos de Direito deverão ter a carga horária mínima de 3.700 h. O Curso de Direito do UniCatólica corresponde a essa carga horária.

Perspectivas formativas	Disciplinas previstas no PPC
Formação Geral	Introdução ao Estudo do Direito Teoria Geral do Estado História e Filosofia do Direito Introdução à Educação Superior Iniciação à Pesquisa Científica Humanidade, Sociedade e Ética Empreendedorismo Direitos Humanos, Cidadania, Heterogeneidade e Diversidade Psicologia
Carga Horária Total da Formação Geral = 320 horas	

Perspectivas formativas	Disciplinas previstas no PPC

Formação técnico-jurídica	Direito Penal I ao IV Direito Civil I ao V Direito Constitucional I e II Direito Processual Civil I ao IV Direito Processual Penal I e II Direito do Trabalho I e II Direito Administrativo I e II Direito Tributário Direito Empresarial Direito Ambiental e Urbanístico Direito Internacional · Trabalho de Curso.
Carga Horária Total da Formação Técnico-Jurídico = 2640 horas	

Perspectivas formativas	Disciplinas previstas no PPC
Formação Prático-profissional	Estágios supervisionados I ao VI, além da atividade integradora que adotou a metodologia do PBL para resolução de problema interdisciplinar.
Carga Horária Total da Formação Prático- Profissional = 260 horas	

3.14. Ementário e Bibliografia

3.14.1. Adequação e atualização das ementas

Em consonância com os princípios orientadores das Diretrizes Curriculares Nacionais expressas na Resolução Nº 5 de 17 de dezembro 2018, a matriz curricular e o Projeto

Pedagógico do Curso, inicialmente aprovados pelo conselho institucional, o Consepe, são acompanhados e avaliados constantemente. Semestralmente são passivos de aprimoramento, proposto pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, que atua nos processos de criação, implementação, avaliação e revisão do Projeto Pedagógico do Curso.

São acompanhados pelo NDE, além da estrutura curricular, os Planos de Ensino e os conteúdos curriculares. Semestralmente o NDE valida todos os Planos de Ensino, sugerindo ao corpo docente estratégias pedagógicas para as práticas interdisciplinares e a integração entre a Graduação, Pesquisa e Extensão.

Sempre que necessário, o NDE faz proposição de ajustes das ementas, seja por implicações legais ou demandas oriundas do professor da disciplina ou mesmo do mercado. Em se tratando de atualização de Referências Bibliográficas, as solicitações são analisadas pelo NDE, e então são encaminhados à apreciação do Colegiado do Curso. No caso de alteração em Ementas ou mesmo na estrutura curricular, são também analisadas e deliberadas pelo Consepe. As alterações são sempre aprovadas para os semestres seguintes.

3.14.2. Descrição do ementário e bibliografia do curso

O curso de Direito está com duas matrizes vigentes: uma iniciada em 2009 e outra iniciada em 2018. Desse modo, o 4º período em diante encontra-se na antiga matriz, e, à medida que o curso for maturando, o NDE construirá as ementas e referências bibliográficas. O cenário de ementário e bibliografia atual, portanto, segue:

1º Período – Matriz 2018
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO
Ementa:

Epistemologia Jurídica: o problema da cientificidade do Direito e do método jurídico. Fundamentos do Direito. A noção do Direito. Fontes e meios de integração do direito. Teoria da Justiça. Técnica Jurídica. Relação Jurídica.

Bibliografia Básica:

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 36. Ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2010.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia

jurídica e à lógica jurídica, norma jurídica e aplicação do direito. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia complementar:

DIMOULIS, Dimitri. O caso dos denunciantes invejosos: introdução prática às relações entre direito, moral e justiça, com a tradução do texto de Lon L. Fuller, Editora Revista dos Tribunais, 2003.

FULLER, Lon L. O caso dos exploradores de cavernas, tradução do Prof. Dr. Pauto Faraco de Azevedo, Ed. Sérgio Antônio Fabris Editor,

1976.

DINIZ, Maria Helena, Dicionário jurídico universitário. São Paulo: Saraiva, 2010.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito: introdução à problemática científica do direito; tradução J. Cretella Jr. E Agnes Cretella. São Paulo:

Revista dos Tribunais, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TEORIA GERAL DO ESTADO

Ementa:

Estudo da Teoria do Estado - o Estado, sua formação e classificação, seus elementos, formas e regimes de governo, os Poderes estatais, bem como sua função social e a questão da soberania na ordem internacional, abarcando ainda o estudo da ciência política, sua origem, evolução histórica e clássica do pensamento político, sua relação com as demais ciências sociais e as principais correntes do pensamento político contemporâneo.

Bibliografia básica:

AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. Rio de Janeiro: Globo. 2003.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado**.** São Paulo:

Saraiva, 2013.

Bibliografia complementar:

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva, 2000.

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política. São Paulo: Globo, 2008.BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BONAVIDES, Paulo. Do estado liberal ao estado social. São Paulo: Malheiros, 2001.

KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estad**o**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HISTÓRIA E FILOSOFIA DO DIREITO

Ementa:

História e fontes da cultura jurídica ocidental. Direito primitivo: controle social e práticas punitivas. Legislação oriental. Instituições jurídicas asiáticas. O Direito na Grécia antiga. O Direito Romano: principais institutos e influência no direito brasileiro. Direito feudal e das cidades. Direito canônico. Formação do direito privado ocidental. Evolução do direito positivo moderno. Trajetória dos institutos

jurídicos fundamentais. Grandes sistemas jurídicos comparados. História do Direito brasileiro. Direções do pensamento jurídico contemporâneo. Os fins do Direito e Teoria da Justiça e tendências filosóficas atuais em Filosofia do Direito.

Bibliografia Básica:

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

PEDROSA, Ronaldo Leite. Direito em história. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010 REALE, Miguel. DISCIPLINA). Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. O Positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1999.

CASTRO, Flávia Lages de. História do direito geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2001. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2012. REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2002.

INTRODUÇÃO à EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ementa:

O estudante e o contexto acadêmico. Introdução à produção acadêmica. Processos de Aprendizagem. Formas de comunicação.

Bibliografia Básica:

KOCH, Ingedore V; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender o sentido do texto. São Paulo: Contexto. 2006. MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas. 2009.

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. [E-book]. Disponível em: Acesso em: 24 set. 2015.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. São Paulo: Record, 2001.

SEVERINO, Joaquim Antônio. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez. 2007.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Sistema de Bibliotecas. Manual para apresentação dos trabalhos acadêmicos da Universidade Católica de Brasília. 9. ed. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2016. Disponível em: Acesso em: 05 mar. 2018.

2º Período – Matriz 2018

DIREITO PENAL I

Ementa:

Estudos sobre os principais institutos da parte geral de direito penal. Fontes do direito penal. Princípio da legalidade. Vigência da lei penal. Do crime. Tipicidade. Da antijuridicidade. Da culpabilidade. Das causas excludentes da imputabilidade. Do concurso de pessoas. Da comunicabilidade.

Bibliografia básica:

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral – Volume I, 6.ed., -Niterói, RJ: Impetus, 2011.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal, 1 - Parte Geral - 8.ed., - São Paulo: Saraiva, 2011.

JESUS, Damásio E. Direito Penal Vol. 1 - Parte Geral - 30ª Ed. Saraiva, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal - Parte Geral Parte Especial - Editora Revista dos Tribunais, 2010.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. São Paulo, Saraiva, 2011. Volumes 2 e 3.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Comentários ao Código Penal. 6. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

MASSON, Cleber Rogério. Direito Penal Esquematizado – Parte Geral – 2.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011

DIREITO CIVIL I

Ementa:

Introdução aos institutos de direito civil por meio do estudo dos sujeitos de direito. Estudo dos objetos das relações jurídicas. Classificação de bens e suas peculiaridades. Introdução ao estudo dos fatos jurídicos. Elementos do negócio jurídico. Representação. Estudo dos fatos jurídicos, em especial o estudo dos negócios jurídicos e todas suas peculiaridades. Estudo dos atos jurídicos ilícitos e dos institutos da prescrição e da decadência. Introdução à teoria geral das provas.

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1

ROSENVALD, Cristiano C. Farias. Direito Civil -Teoria Geral. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2018.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2018. v.

Bibliografia complementar:

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil (*Parte Geral). São Paulo: Atlas, 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v.1

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1

TARTUCE, Flávio, Manual de Direito Civil, 7ª Ed. São Paulo, GEN, 2017

LÔBO, Paulo. Direito Civil –Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1

DIREITO CONSTITUCIONAL I

Ementa:

Direito constitucional: Objeto e Método. Evolução Histórica do Constitucionalismo. Poder Constituinte. Constituição. Classificação das Constituições. Normas Constitucionais. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais. A Hermenêutica Constitucional e o Neoconstitucionalismo. Direito Constitucional Intertemporal. Teoria da Inconstitucionalidade. História Constitucional do Brasil. A Constituição de 1988: Princípios Constitucionais Fundamentais. Organização do Estado: O Estado Federal Brasileiro na Constituição.

Bibliografia básica:

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2009.

Bibliografia complementar:

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2009.

INICIAÇÃO à PESQUISA CIENTÍFICA

Ementa:

Aspectos filosóficos e históricos da ciência: a formação do pensamento científico. Fundamentos da pesquisa científica: ciência e método. Elaboração de trabalhos acadêmicos: normatizações e autoria. Planejamento da Pesquisa.

Bibliografia básica:

KOCH, Ingedore V; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender o sentido do texto. São Paulo: Contexto. 2006.

MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas. 2009. a:

Bibliografia complementar:

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. [E-book]. Disponível em: Acesso em: 24 set. 2015.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. São Paulo: Record, 2001.

SEVERINO, Joaquim Antônio. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez. 2007.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Sistema de Bibliotecas. Manual para apresentação dos trabalhos acadêmicos da Universidade Católica de Brasília. 9. ed. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2016. Disponível em: Acesso em: 05 mar. 2018.

3º Período – Matriz 2018

DIREITO CONSTITUCIONAL II

Ementa:

Dogmática geral dos direitos fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais. Remédios constitucionais. Direitos sociais. Direitos políticos. Direito da nacionalidade. Direitos fundamentais e ordem social: seguridade social, educação, cultura e desporto, ciência e tecnologia, comunicação social, meio ambiente e família. Proteção aos índios. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Organização e funcionamento do Poder Legislativo. Organização dos Poderes. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça.

Bibliografia básica:

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2009.

Bibliografia complementar:

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2009.

DIREITO CIVIL II

Ementa:

Direito das Obrigações: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Obrigações: fontes e elementos constitutivos. Classificação: obrigações de dar, de restituir, pecuniárias, de dar coisa incerta, de fazer, de não fazer, alternativas, facultativas, divisíveis e indivisíveis, solidárias, naturais, principais e acessórias, líquidas e ilíquidas, condicionais, modais e a termo. Solidariedade ativa e passiva. Efeito das obrigações. Modos de extinção. Consequências da inexecução. Transmissão das

obrigações. Obrigações com cláusula penal. Cessão de crédito. Concurso de credores.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v.2: teoria geral das obrigações. 15.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2018.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de Direito Civil: direito das obrigações. Salvador: JusPodivm, 2014.

Bibliografia Complementar:

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: direito das obrigações 1ª parte. São Paulo: Saraiva, 2013.

MALTINTI, Eliana Raposo. Direito Civil: direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2010.

WALD, Arnoldo. Direito Civil: Direito das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2013.

NORONHA, Fernando. Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIREITO PENAL II

Ementa:

Teoria da Pena. Das penas privativas de liberdade. Das penas restritivas de direito. Da pena de multa. Das medidas de segurança. Da aplicação das penas. Do concurso de crimes. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Dos efeitos da condenação, da reabilitação e da reincidência. Da Ação Penal. Da extinção da punibilidade.

Bibliografia Básica:

MASSON, Cleber Rogério. Direito Penal Esquematizado: parte geral. 2 ed. São Paulo: Método, 2010.

GRECO, Rogério. Direito penal: Parte geral. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Niterói: Impetus, 2011.

Bibliografia Complementar:

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos E das Penas. São Paulo: Martins fontes, 2005.

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos E das Penas. 3. ed. Leme: edijur, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: Parte geral / parte especial. São Paulo: Revista dos tribunais, 2012.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal: parte geral. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2010.

HUMANIDADE, SOCIEDADE E ÉTICA

Ementa:

Os fundamentos filosóficos da ética. Moral, ética e lei. Desenvolvimento da Ética na cultura ocidental. Problemas éticos contemporâneos. Humanidades. Direitos humanos e cidadania. Cultura e sociedade. Instituições, socialização e estrutura social. Temas e tendências contemporâneos. Relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e indígena. Sustentabilidade. Bioética.

Bibliografia Básica:

PEGORAGO, Olinto. Ética dos maiores mestres através da história. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Núcleo de Formação Geral. Filosofia e Ética. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2014. Disponível em: < http://moodle2.catolicavirtual.br/course/view.php?id=21853>. Acesso em: 24 set. 2015.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Núcleo de Formação Geral. Antropologia e Religião. Brasília, DF:

Universidade Católica de Brasília, 2014.Disponível em: <http://moodle2.catolicavirtual.br/course/view.php?id=21853>. Acesso em: 24 set. 2015.

4º Período – Matriz 2018

DIREITO CIVIL III – CONTRATOS

Ementa:

Teoria Geral dos Contratos. Formação dos Contratos. Extinção dos Contratos. Contratos nominados. Contratos Inominados. Atos Unilaterais de Vontade.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012. v.3

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2012. v.3

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Contratos. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

FIÚZA. Cesar. Direito Civil - Curso completo. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso do direito civil. São Paulo: Saraiva, 2009. v.4.

MARQUES, Claudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 4.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2004. v. 4.

DIREITO PENAL III

Ementa:

Sistemas Penais. Penas. Efeito da condenação. Reabilitação. Medida de segurança. Extinção da punibilidade. Teoria geral da parte especial do código penal.

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho.

Bibliografia Básica

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral. Niteroi, RJ: Impetus, 2009. Vol. 1

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2008.

JESUS, Damásio E. De. Direito Penal - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1

Bibliografia Complementar

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2011. Volumes 2 e 3.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Comentários ao Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal. São Paulo: Atlas, 2011.

MASSON, Cleber Rogério. Direito Penal Esquematizado – Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal - Parte Geral Parte Especial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Ementa:

Sujeitos do Processo. Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros. Teoria dos Atos Processuais. Comunicação dos Atos Processuais. Tutela Antecipada. Procedimento Sumário. Formação, Suspensão e Extinção do Processo.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Marcus V. Rios. Novo curso de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 1.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006. V.1

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v.1

Bibliografia Complementar:

CARNELUTTI, Francesco. Instituições do Processo Civil. Campinas: Bookseller, 2000.

SANTOS, Ernani Fidelis dos. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, v.1

SILVA, Ovídio Araújo Batista da. Teoria Geral do Processo Civil. São Paulo: RT. v.1

MOREIRA. José Carlos Barbosa. Comentários ao código de processo civil. RJ: Forense.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. São Paulo: RT, 2011.v.1.

EMPREENDEDORISMO:

Ementa:

Natureza e importância do empreendedorismo. Criatividade, inovação e gestão. Habilidades e atitudes empreendedoras. Formação e atuação profissional diferenciada. Papel do empreendedorismo responsabilidade social. Práticas empreendedoras e inovadoras.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

DRUCKER, P. F. Inovação e Espírito Empreendedor: prática e princípios. 6. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar:

PESCE, B. A menina do vale: como o empreendedorismo pode mudar sua vida. [S.I: s.n], 2014. [E-book]. Disponível em: <http://www.fanap.br/Documentos/AMeninadoVale-BelPesce.pdf>. Acesso em: 02/08/2019. SCHNEIDER, E. I.; CASTELO BRANCO, H. J. A caminhada empreendedora: a jornada de transformação de sonhos em realidade. Curitiba, PR: Editora IBPEX, 2012.SERTEK, Paulo. Empreendedorismo. Curitiba, PR: InterSaberes, 2012. 2MB; PDF. [E-book]. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Competências Conversacionais. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, [s.d.]. Disponível em:

<https://pergamum.ucb.br:8443/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 24 set. 2015.

5º Período – Matriz 2018

DIREITO PENAL IV

Ementa:

Crimes contra O Sentimento Religioso E Contra O Respeito aos Mortos. Crime Contra Os Costumes. Crime contra A Família. Crime contra A Incolumidade Pública. Crime contra A Paz Pública. Crimes contra A Fé Pública. Crimes contra A Administração Pública. Dos crimes contra as finanças públicas.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - Parte Especial. São Paulo: Saraiva, 2009. v.III

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal - Parte Especial – São Paulo: Impetus, 2009. v.III.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. São Paulo: saraiva, 2009

Bibliografia Complementar:

ANDREUCCI. Ricardo Antônio. Direito penal-Parte especial IV. São Paulo: Saraiva, 2009, v. 11.

DELMANTO. Celso. ET AL. Código Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Dos crimes contra a dignidade sexual aos crimes contra a administração. São Paulo: Saraiva, 2010, v. 10.

JESUS, Damásio E. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2009

JESUS, Damásio E. Código Penal Anotado. São Paulo: saraiva, 2009.

DIREITO CIVIL IV

Ementa:

Direito das coisas. Posse. Direitos reais. Propriedade: conceito, função econômica e social, aquisição e perda. Direitos de vizinhança e zoneamento urbano. Condomínio. Propriedade resoluta. Propriedade fiduciária. Direito de superfície e loteamento. Propriedade intelectual. O uso ineficiente e abusivo do direito de propriedade. Servidão. Usufruto. Uso. Habitação. Penhor, hipoteca e anticrese. Concessão para uso especial de moradia e concessão de direito real de uso.

Bibliografia Básica

PEREIRA, Caio da Silva. Instituições de Direito Civil: Direitos Reais. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Forense, 2009

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2010. v.5

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009, v.4

ESPÍNOLA, Eduardo. Posse propriedade, com propriedade ou condomínio, direitos autorais. Campinas: Bookseller, 2002.

GOMES, Orlando. Direitos Reais. São Paulo: Forense, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito das Coisas. São Paulo: Saraiva, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2010. v.3.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Ementa:

Procedimento Ordinário. Petição Inicial. Resposta do Réu, Revelia, Saneamento do Processo, Teoria da Prova. Audiência. Sentença e Coisa julgada. Liquidação e Cumprimento de Sentença.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2010. v. III.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. I e III.

Bibliografia Complementar

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010. v. III

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Podivm, 2010. v. III

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2010

MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2010. v. III

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo, Atlas 2010. v. II e III.

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, HETEROGENEIDADE E DIVERSIDADE:

Ementa:

Direitos Humanos: fundamentos e construção. O Estado e os Direitos Humanos. Direitos Humanos: direitos humanos e direitos fundamentais no Brasil. Teorias e análises sobre a Cidadania e Justiça Social. Multiculturalismo. Diversidades: políticas da diferença e lutas pelo reconhecimento. Tópicos direitos humanos.

Bibliografia Básica:

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos Humanos. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito constitucional internacional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Bibliografia Complementar:

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOBBIO, Norberto. A era os Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NUNES, Rizzato. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RAMOS, André de Carvalho. Teoria Geral dos Direitos Humanos na ordem internacional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

6º Período – Matriz 2018

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Ementa:

Teoria geral do direito processual penal. Normas de direito processual penal. Persecução penal. Ação penal. Da extinção da punibilidade. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Procedimentos incidentes, medidas assecuratórias, Teoria geral da prova penal e provas específicas, Prisões e medidas cautelares, liberdade provisória.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. O Direito processual penal na visão dos Tribunais. São Paulo: Saraiva, 2007.

NICOLITT, André Luis. Manual de Processo Penal. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MANZANO, Luiz Fernando de Moraes. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2010

Bibliografia Complementar:

BONFIM, Edilson Mougenot. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAPEZ, Fernando. O Direito Processual Penal na visão dos Tribunais. São Paulo: Saraiva, 2007.

JESUS, Damásio E. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBOSA, Marcelo Fortes. Garantias Constitucionais de Direito Penal e de Processo Penal na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 1993.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIREITO CIVIL V

Ementa:

Direito de Família: fundamentos históricos e constitucionais, temas e problemáticas relevantes. A Constituição Federal/88 e o novo conceito de Família. Casamento. Relação de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Bens de família. União estável. Dissolução da sociedade conjugal e divórcio. O Estatuto da Criança e Adolescente e o Direito de Família.

Bibliografia Básica

GONÇALVES. Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 6.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2011.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Mônica. Direito à Filiação e Bioética. São Paulo: Editora Forense, 2005

CAHALI, Yussef Said. Dos Alimentos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, Maria Berenice. Conversando sobre o Direito das Famílias. São Paulo: Livraria do Advogado, 2007.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO. Rodolfo. Novo curso de direito de família: Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 6.

VENOSA, Silvio de Sálvio. Direito de Família. São Paulo: Atlas, 2009.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Ementa:

Estudo do processo cautelar (visão geral e alguns procedimentos cautelares). Processo de Execução. Natureza. Objeto. Títulos Executivos. Fraude à Execução. Fraude Contra Credores. Liquidação e Cumprimento de Sentença. Espécies de

Execução. Formação, Suspensão e Extinção do Processo de Execução, Remição. Embargos do devedor, Exceção (objeção) de Pré-executividade). Ação monitória.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de processo civil: execução e processo cautelar. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2009, v.2.

Bibliografia Complementar:

ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010

CAMPOS. Antônio Macedo de. Medidas cautelares. São Paulo: Sugestões Literárias, 2000.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 2008. v.2.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 3.

PSICOLOGIA:

Ementa:

Principais teorias. Personalidade. Psicologia forense. Psicologia e composição de conflitos.

Bibliografia Básica:

FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS Jr, Marcos Julio Olivé. Psicologia Aplicada ao Direito São Paulo: LTr, 2006

JESUS, Fernando de. Psicologia Aplicada a Justiça. Goiânia: Ab Editora, 2001.

TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia jurídica para operadores do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

Bibliografia Complementar:

TEIXEIRA, Maria de Lourdes; BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

ELUF, Luiza Nagib. A Paixão no banco dos réus.. São Paulo: Saraiva, 2007.

FIORELLI, José Osmir. Psicologia nas relações;

MALHADAS Jr, Marcos Julio Olivé de. Manual de Psicologia Jurídica do Trabalho. São Paulo: LTr, 2003.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I:

Ementa:

Aplicação prática de conceitos e métodos adequados de tratamento de conflitos e seus diferentes modelos de solução, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente, elegendo estratégias humanizadas para enfrentamento dos conflitos sociológicos e jurídicos, auxiliando os assistidos na tomada decisões no ambiente judicial e extrajudicial, em especial proporcionando prática em negociação, conciliação, mediação, práticas restaurativas, arbitragem entre outras. Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense. Levantamento de temas para elaboração do projeto na disciplina monografia.

Bibliografia Básica:

CAHALI, Francisco Jose. Curso de Arbitragem. São Paulo. RT, 2014.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo. São Paulo: Atlas, 2009

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. Manual de arbitragem. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, Luiz Olavo. Arbitragem comercial e internacional. São Paulo: Lex Magister, 2012

CÂMARA, Alexandre Freitas. Arbitragem — Lei nº 9.307/96. 5. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MARTINS, Pedro A. Batista. Apontamentos sobre a Lei da Arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2009

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. Mediação e Arbitragem: Alternativas à Jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008

SALES, Lília Maia de Moraes. Mediare: um guia prático para mediadores. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2010.

Bibliografia Básica

ASSIS, Araken de Assis. Manual dos Recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva, 2010.

THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Forense, 2010

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Gaudino de. Prática no Processo Civil. São Paulo: Atlas, 2012

JÚNIOR, Nelson Nery. Código de processo civil comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LUZ, Valdemar P. Manual do advogado. Florianópolis: OAB/SC, 2009.

MELO, Nehemias Domingos de. Manual de Prática Jurídica Civil. São Paulo. Atlas, 2008.

PALAIA, Nelson. Técnica da petição inicial. São Paulo: Saraiva, 2009.

I

7º Período – Matriz 2018

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Ementa:

Morfologia do processo penal: das formas procedimentais; procedimento comum ordinário; procedimento comum sumário; procedimento comum sumaríssimo; procedimento dos crimes da competência do tribunal do Júri Popular; procedimentos especiais; e procedimento de execução criminal. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em Espécies. Ações impugnativas (Habeas Corpus. Revisão Criminal, Mandado de segurança)

Bibliografia Básica

NICOLITT, André Luis. Manual de Processo Penal. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MANZANO, Luiz Fernando de Moraes. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Antônio Alberto. Curso de Processo Penal. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

BONFIM, Edilson Mougenot. Novo procedimento do júri. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAPEZ, Fernando. O Direito Processual Penal na Visão dos Tribunais. São Paulo: Saraiva, 2007.

JESUS, Damásio E. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRABETE, Julio Fabrini. Processo penal. São Paulo: Atlas. 2006.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIREITO DO TRABALHO I

Ementa:

Direito individual do trabalho. Histórico. Conceitos. Fontes e Princípios. Relação de emprego. Empregado e empregador. Diferentes relações de trabalho e de trabalhador. Tipos especiais de empregados. Contrato de trabalho. Formação e alteração do contrato de trabalho. Espécies, características e classificações. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Prescrição e decadência. Remuneração e salário. Duração da jornada. Períodos de descansos. Estabilidade. Fundo de garantia por tempo de serviço. Extinção da relação de emprego. Aviso Prévio.

Bibliografia Básica

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2010.

SUSSEKIND, Arnaldo. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2010.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Alice Monteiro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2006

CARRION, Valentin, CARRION, Eduardo. Comentários à consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2005.

NASCIMENTO, Amauri M. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. CLT universitária. São Paulo: Atlas, 2010.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de direito do trabalho. Curitiba: Juruá, 2004.

Estágio Supervisionado II:

EMENTA:

Aplicação prática de conceitos e institutos de direito civil, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente. Acompanhamento de processos sob a supervisão do professor, definindo estratégias processuais, elaborar argumentos e teses jurídicas,

Bibliografia Básica

ASSIS, Araken de Assis. Manual dos Recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva, 2010.

THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Forense, 2010

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Gaudino de. Prática no Processo Civil. São Paulo: Atlas, 2012

JÚNIOR, Nelson Nery. Código de processo civil comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LUZ, Valdemar P. Manual do advogado. Florianópolis: OAB/SC, 2009.

MELO, Nehemias Domingos de. Manual de Prática Jurídica Civil. São Paulo. Atlas, 2008.

PALAIA, Nelson. Técnica da petição inicial. São Paulo: Saraiva, 2009.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III:

Ementa:

Redigir peças processuais e cláusulas contratuais, além de realizar escolhas e tomar decisões no ambiente judicial e extrajudicial de solução de conflitos. Comparecimento a audiências e discussão dos trabalhos práticos. Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense. Levantamento de temas para elaboração do projeto na disciplina monografia**.**

Bibliografia Básica:

ASSIS, Araken de Assis. Manual dos Recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva, 2010.

THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Forense, 2010

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Gaudino de. Prática no Processo Civil. São Paulo: Atlas, 2012

JÚNIOR, Nelson Nery. Código de processo civil comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LUZ, Valdemar P. Manual do advogado. Florianópolis: OAB/SC, 2009.

MELO, Nehemias Domingos de. Manual de Prática Jurídica Civil. São Paulo. Atlas, 2008.

PALAIA, Nelson. Técnica da petição inicial. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Ementa:

Teoria Geral dos Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Processo nos Tribunais: Uniformização de Jurisprudência. Declaração de Inconstitucionalidade. Homologação de Sentença Estrangeira. Ação Rescisória. Ação Anulatória de Ato Jurídico. Recurso: Conceito. Princípios. Natureza Jurídica. Juízo de Admissibilidade. Efeitos do Recurso. Espécies de Recurso: Apelação, agravo (instrumento, retido e interno), embargos (declaração, divergência e infringentes), recurso ordinário, especial e extraordinário. Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa e voluntária.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2010. v. III,

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2010. v. III,

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. III.

Bibliografia Complementar

ASSIS, Araken, Manual dos Recursos. São Paulo: RT, 2009.

DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCATO, Antônio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Malheiros, 2008

MARINONI, Luiz Guilherme *et alii*, Manual do Processo de Conhecimento. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2009. v. III

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2010. v. II e III.

8º Período – Matriz 2018

DIREITO ADMINISTRATIVO I

Ementa:

Direito administrativo: conceito, fontes, fundamentos históricos e constitucionais e método. Organização dos serviços públicos e relações jurídicas com as pessoas. Sujeitos do Direito Administrativo. Pessoas administrativas. A administração pública. Serviço público. Poder de Polícia. Agentes administrativos. Responsabilidade do Estado pelos atos de seus agentes. Processo administrativo: princípios constitucionais aplicáveis; principais espécies.

Bibliografia Básica

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRUNO, Reinaldo Moreira. Direito administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2003.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo, Saraiva, 2010.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DIREITO TRABALHO II

Ementa:

Direito Coletivo do Trabalho. Origens históricas dos Sindicatos. Direito Sindical Internacional. Organização Internacional do Trabalho. Conflitos coletivos de Trabalho e suas formas de solução: Convenções, Acordos e Dissídios Coletivos do Trabalho. A greve e o *Lock-out*. Noções básicas de cálculo trabalhista. Regimes Previdenciários. Qualidade de segurados. Benefícios Previdenciários. Manutenção da qualidade de segurado e Carência.

Bibliografia Básica

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Editora Atlas, 2010

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

NASCIMENTO, Amauri M. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2007.

HUSEK, Roberto Carlos. Curso de direito internacional público. São Paulo: LTr, 2006.

CARRION, Valentin, CARRION, Eduardo. Comentários à consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2005.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de direito do trabalho. Curitiba: Juruá, 2004.

BARROS, Alice Monteiro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2006.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV:

Ementa:

Aplicação prática de conceitos e institutos de direito Penal, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente. Acompanhamento de processos sob a supervisão do professor, definindo estratégias processuais, elaborar argumentos e teses jurídicas.

Bibliografia Básica

NUCCI, Guilherme de Sousa, Código Penal comentado. São Paulo: Revistas do Tribunais, 2008.

VANZOLINI, Maria Patrícia e ESCOBAR, Fernanda Maria Zichia, Exame de Ordem 2ª Fase. São Paulo: Método, 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Recursos no processo Penal. São Paulo: RT, 2009.

Bibliografia Complementar:

PARIZZATO, João Roberto, Manual de prática do advogado. São Paulo: Editora Edipa, 2009

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAPEZ Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. Prática Forense Penal. São Paulo: Saraiva, 2004.

COSTA JR, Paulo José da. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva. (s.d)

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Comentário ao Código Penal. São Paulo: Saraiva, (s.d)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V:

Ementa:

Redigir peças processuais, além de realizar escolhas e tomar decisões no ambiente judicial e extrajudicial de solução de conflitos. Comparecimento à audiências e discussão dos trabalhos práticos. Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense. Levantamento de temas para elaboração do projeto na disciplina monografia.

Bibliografia Básica:

NUCCI, Guilherme de Sousa, Código Penal comentado. São Paulo: Revistas do Tribunais, 2008.

VANZOLINI, Maria Patrícia e ESCOBAR, Fernanda Maria Zichia, Exame de Ordem 2ª Fase. São Paulo: Método, 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Recursos no processo Penal. São Paulo: RT, 2009.

Bibliografia Complementar:

PARIZZATO, João Roberto, Manual de prática do advogado. São Paulo: Editora Edipa, 2009

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAPEZ Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. Prática Forense Penal. São Paulo: Saraiva, 2004.

COSTA JR, Paulo José da. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva. (s.d)

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Comentário ao Código Penal. São Paulo: Saraiva, (s.d)

9º Período – Matriz 2018

DIREITO TRIBUTÁRIO:

Ementa:

Direito tributário: conceito, história, fonte, método. Atividade financeira do Estado, tributos e custo - brasil. Tributos e o federalismo. Limites do poder de tributar.

Princípio do direito tributário. Interpretação e integração em matéria tributária. Fato gerador e crédito tributário. Responsabilidade tributária. Solidariedade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade por infração. Lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência em matéria tributária. Garantia preferência e privilégio em matéria tributária. Administração tributária**.**

Bibliografia Básica

BECKER, Alfredo Augusto, Teoria Geral do Direito Tributário. São Paulo. Noeses, 2007

BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

ICHIHARA, Yoshiaki. Curso de direito tributário. São Paulo: Atlas, 2011

Bibliografia Complementar:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008;

ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário esquematizado. Rio de Janeiro: Método, 2010.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Manual de direito tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

JARDIM, Eduardo M. Ferreira. Manual de direito financeiro e tributário. São Paulo: Saraiva, 2000.

SCHOUERI, Luis Eduardo. Direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIREITO ADMINISTRATIVO II

Ementa:

Da Licitação. Contrato administrativo. Do controle da administração pública: conceito, modalidade, privilégios da administração pública em juízo. Limitações da

propriedade privada. Desapropriação. Reforma agrária e desapropriação. Domínio público. Bens públicos. Recursos naturais.

Bibliografia Básica

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2008.

MUKAI, Toshio. Licitações e Contratos públicos. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.

BRUNO, Reinaldo Moreira. Direito administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2003.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo, Saraiva, 1995.

DIREITO EMPRESARIAL

Ementa:

Direito de empresa. Empresa e empresário. Atos de empresa Nome comercial. Livros comerciais. Sociedade: Conceito, constituição, personalidade, classificação jurídica, modificações (transformação, incorporação, fusão e cisão), dissolução, liquidação e extinção. Ordem Econômica. Defesa da concorrência. Defesa do Consumidor. Títulos de crédito. Contratos Mercantis. Falência e Concordata.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2008.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2010.

GUSMÃO, Mônica. Lições de direito empresarial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Fran. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2010, v. 1 e 2.

SILVA, Bruno Matos. Direito da empresa: Teoria da empresa e direitos societários. São Paulo: Atlas, 2012

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas, 2009. v.1 e 2.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI:

Ementa:

Prática de direito processual do trabalho. Justiça do Trabalho e competência. Dissídio individual – elaboração de peças: petição inicial, citação, audiência, contestação conciliação, sentença, recursos e execução. Prática no dissídio coletivo. Ações especiais na Justiça do Trabalho. Trabalhos simulados de prática jurídica. Estratégia judicial na Justiça Trabalhista.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Amador Paes. Curso prático de processo do trabalho. São Paulo: saraiva, 2010.

CARRION Valentin. Comentários à consolidação das leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu. Manual de Prática trabalhista. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

CARDONE, Marly A. Advocacia trabalhista. São Paulo: Saraiva, 2010.

ALMEIDA. André Luiz Paes de. Prática trabalhista. São Paulo: RT, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu. Prática Trabalhista e Previdenciária. São Paulo: Atlas, 2012-05-16

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.

NERY JUNIOR, Nelson. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VII:

Ementa:

Aplicação prática de conceitos e institutos de Direito Previdenciário, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente. Acompanhamento de processos sob a supervisão do professor, definindo estratégias processuais, elaborar argumentos e teses jurídicas, redigir peças processuais, além de realizar escolhas e tomar decisões no ambiente judicial e extrajudicial de solução de conflitos. Comparecimento à audiências e discussão dos trabalhos práticos. Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense. Levantamento de temas para elaboração do projeto na disciplina monografia.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Amador Paes. Curso prático de processo do trabalho. São Paulo: saraiva, 2010.

CARRION Valentin. Comentários à consolidação das leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu. Manual de Prática trabalhista. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

CARDONE, Marly A. Advocacia trabalhista. São Paulo: Saraiva, 2010.

ALMEIDA. Andre Luiz Paes de. Prática trabalhista. São Paulo: RT, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu. Prática Trabalhista e Previdenciária. São Paulo: Atlas, 2012-05-16

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.

NERY JUNIOR, Nelson. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

10º Período – Matriz 2018

DIREITO INTERNACIONAL

Ementa:

Direito Internacional Público: fontes, princípios e conceitos fundamentais; sujeitos de Direito Internacional Público; Tratados e Convenções Internacionais; solução de conflitos internacionais. Direito Internacional Privado: fontes, princípios, conceitos fundamentais e regime jurídico do estrangeiro.

Bibliografia Básica

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2010.

RESEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2002.

BASSO, Maristela. Curso de Direito Privado. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

ACCIOLY, Hildebrando. SILVA, G.E. do Nascimento. Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro, 2010.

ARAÚJO, Nádia. Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

DINIZ, Arthur J. Almeida. Novos Paradigmas em Direito Internacional. Porto Alegre: SAFE, 1995.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

VATTEL, Emer de. O Direito das Gentes. Brasília: Editora UNB.

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO:

Ementa:

Introdução ao Direito Ambiental. Princípios Ambientais. Direitos Metaindividuais e caracterização do bem ambiental. Competências ambientais: legislativas e materiais. Dano, impacto, degradação e poluição ambiental. Responsabilidade civil, administrativa e penal ambiental. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Proteção constitucional da fauna e da flora. Urbanismo e meio ambiente. Meio ambiente cultural. Meio ambiente do trabalho. Biossegurança. Meios processuais e extraprocessuais de defesa do meio ambiente.

Bibliografia Básica:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2009.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BENJAMIM, Antônio Herman V (Coord.). Dano ambiental – prevenção, reparação e repressão. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2001.

HAONAT, Angela Issa Haonat. O direito ambiental em face da qualidade de vida: em busca do trânsito e do transporte sustentáveis. São Paulo: RCS, 2007.

MELLO, Antonio Cesar. A cidadania enquanto poder na implantação dos comitês de bacia hidrográficas.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. Tutela dos interesses difusos e coletivos. São Paulo: Juarez de Freitas, 2006.

SILVA, José Afonso. Direito ambiental constitucional. São Paulo: Malheiros, 2002

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO:

Ementa:

Pesquisa orientada. Compreensão e Interpretação de dados. Forma de elaboração do relatório parcial ao professor orientador. Forma de elaboração da versão final do texto da pesquisa, Normas da ABNT. Banca Examinadora

Bibliografia Básica:

GUSTIN, Miracy B. S. e DIAS Maria Tereza Fonseca. (Re) pensando a Pesquisa Jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

OLIVEIRA, Olga Maria B. Aguiar de. Monografia Jurídica. Porto Alegre: Síntese, 1999

NUNES, Rizzatto. Manual da Monografia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica. São Paulo: Saraiva, 2012.

CONCEIÇÃO, Edilene e ROTH, Luciano (org.); TERZI Alex Mourão e CARVALHO, Luiza Teixeira (col.). Normas de Apresentação de Trabalhos Monográficos do Instituto de Ensino Superior "Presidente Tancredo de Almeida Neves". São João Del Rei: IPTAN, 2006- 2007.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Projetos de Pesquisa Científica. São Paulo: Editora Avercamp, 2006.

MESSAROBA, Orides. MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual metodologia da pesquisa no direito. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOARES, Edvaldo. Metodologia Científica. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

HERMENÊUTICA E ÉTICA PROFISSIONAL

Ementa:

Métodos de interpretação. Tipos de Interpretação. Interpretação e integração. Teoria da ética. Ética e cultura. Bioética. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito

das diversas profissões jurídicas. Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94); Regulamento Geral da OAB; e, Novo Código de Ética Profissional da OAB.

Bibliografia Básica:

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SALGADO, Ricardo Henrique Carvalho. Hermenêutica Filosófica e a aplicação do Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

STRECK, Lenio Luiz Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito. Porto Alegre Livraria do Advogado 2000.

Bibliografia Básica:NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 8 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011;

BITTAR, Eduardo C. B.. Curso de Ética Jurídica: ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva, 2011; e

CORTELLA, Mário Sérgio; BARROS FILHO, Clóves de. Ética e vergonha na cara! São Paulo: Papirus 7 Mares, 2014.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO JÚNIOR, Marco Antônio. Ética profissional. 8.ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. v.10.

MADEU, Diógenes. Ética geral e jurídica. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAMEDE. Gladston. A Advocacia e a ordem dos advogados do Brasil: comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n.º8.906/94),

DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO

Ementa:

Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito Financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.

Bibliografia Básica:

BALEEIRO, Aliomar. atualiz. DERZI, Misabel de Abreu Machado, Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BALEEIRO, Aliomar. atualiz. DERZI, Misabel de Abreu Machado. Direito Tributário

Brasileiro. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988: Sistema tributário. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MACHADO, Hugo de Brito. Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988. 5ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do. (Org.). Comentários À Lei De Responsabilidade Fiscal. 3ª ed. SÃO PAULO: SARAIVA, 2008.

NASCIMENTO, Carlos Valder do. Lei de Responsabilidade Fiscal: Teoria e Prática. Rio de Janeiro. América Jurídica. 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 2a ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2009.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 31ª ed. São Paulo.

Malheiros. 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. O Orçamento na Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

Bibliografia Complementar:

AHUMADA, G. Tratado de Finanças Públicas. Córdoba, Assandri. 1948.

ATALIBA, Geraldo. Apontamentos de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Tributário,

São Paulo, Ed. RT, 1969.

ATALIBA, GERALDO. Hipótese de Incidência Tributária, São Paulo, Malheiros Ed., 1995.

ATALIBA, Geraldo. Normas Gerais de Direito Financeiro, De Direito Tributário e Autonomia dos Estados e Municípios. In Revista de Direito Público. São Paulo. Revista dos Tribunais, nº 10.

ATALIBA, Geraldo. Normas Gerais de Direito Financeiro. In Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. Livro S/A. 1965.

CIÊNCIA POLÍTICA:

Ementa:

Grécia e Roma. Evolução histórica do pensamento político. Sociedade Civil e Sociedade Política. Poder Político. Regimes de Governo. Capitalismo, socialismo e comunismo. Partidos Políticos e Sistemas Partidários. Sistemas eleitorais e Sistema eleitoral brasileiro. Política contemporânea.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 16ª ed., São Paulo: Malheiros, 2009.

PRÉLOT, Marcel. A Ciência Política. São Paulo: Difel, 1996.

MOREIRA, Adriano. Ciência Política. Coimbra, 1984

Bibliografia Complementar:

ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 41ª ed., São Paulo: Globo, 2008.

BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ECONOMIA:

Ementa:

Questões Econômicas Fundamentais. Organização Econômica. Evolução do Pensamento Econômico: Escola Clássica, Neoclássica, Keynesiana e Marxista.

Microeconomia: Oferta e Demanda. Elasticidades. Estruturas de Mercado. Macroeconomia: Políticas Macroeconômicas. Contabilidade Social. Inflação e Desemprego. Economia Brasileira: Planos e Metas. Economia Internacional. Desenvolvimento e Crescimento Econômico.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. 5 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 838p.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20 Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 922p.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: micro e macro. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 441p.

Bibliografia Complementar:

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia Brasileira Contemporânea. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007. 638p.

HUGON, PAUL. História das Doutrinas Econômicas. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 1995. 432 p.

MONTEIRO, Maria José Cyhlar; VARIAN, Hal R.; DONINELLI, Ricardo. Microeconomia: princípios básicos. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 807p.

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio à Lula. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008. 368p.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. Introdução à Economia. 8. Ed. São Paulo: Editora frase, 2007.

DEONTOLOGIA JURÍDICA:

Ementa:

Filosofia e Ética. O Fenômeno Moral e a Filosofia Ética. Ética e Direito. A Ética e a Justiça. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Funções específicas, relações

interdisciplinares e estratégicas de ação do profissional do Direito. Estatuto da advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Procedimentos práticos da profissão. Contrato de prestação de serviços advocatícios. Honorários Advocatícios. Das Infrações e Sanções Disciplinares. Do Processo Disciplinar. O Código de Ética Profissional. O Juiz: deveres profissionais. O Ministério Público**.** Os auxiliares da justiça.

Bibliografia Básica:

BITTAR. Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica: ética geral e profissional. 3. ed. São Paulo: Saraiva,2005.

BRASIL. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil: Lei federal nº. 8.906, de 4 de julho de 1994. ROQUE, Sebastião José. Deontologia Jurídica – Ética Profissional do Advogado. São Paulo: Editora Ícone, 2009.

Bibliografia Complementar:

LOBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 8 ed. São Paulo. Saraiva, 2015.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 12.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

SANTORO, Felipe D'Amore. Curso de Ética, Deontologia e o Estatuto da Advocacia. São Paulo: Editora Pillares, 2006**.**

DIREITO DO CONSUMIDOR:

Ementa:

O Direito do Consumidor como direito fundamental. Direitos difusos, coletivos e direitos individuais homogêneos. Princípios do Direito do Consumidor. Fornecedor, consumidor, produto e serviço. Fato e vício do produto/serviço. Práticas abusivas. Publicidade. Proteção contratual. Infrações administrativas. Tutela penal do consumidor. Ações coletivas.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, Antônio Herman; MIRAGEM, Bruno; MARQUES, Claudia Lima. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini et. alli. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor - Comentado pelos autores do Anteprojeto. São Paulo: Forense Universitária, 2001.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2008.

BENJAMIN, Antonio Herman V; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BITTAR, Carlos Alberto. Direitos do consumidor. Rio de Janeiro/ São Paulo: Forense Universitária, 2003.

MARQUES, Claudia Lima. Contratos no CDC: o novo regime das relações contratuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011;

MARQUES, Claudia Lima. Diálogo das fontes: do conflito à coordenação de normas no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012**;**

RESPONSABILIDADE CIVIL

Ementa:

Responsabilidade Civil: noções gerais. Responsabilidade criminal, administrativa e civil; Responsabilidade contratual e extracontratual ou aquiliana. Pressupostos da caracterização da Responsabilidade Civil. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Dano material e dano moral. Excludentes da responsabilidade e excludentes da ilicitude. Cláusula de não indenizar. Responsabilidade por fato de terceiro. Responsabilidade Solidária e Subsidiária. Responsabilidade por fato da coisa e do animal. Responsabilidade por acidentes de trabalho. Responsabilidade automobilística. Responsabilidade do transportador. Responsabilidade nas relações

de consumo. Responsabilidade Médica. Efeitos civis da condenação criminal. Liquidação do dano. Aspectos processuais: ação de indenização; legitimidade ativa e passiva, prazo prescricional, valor da causa.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro I. São Paulo: Saraiva, 2009. v.7.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro –Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2010. v.4.

STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Bibliografia Complementar:

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo; Atlas, 2009.

GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 1996, v. II.

PERLINGIERI, Pietro. Perfis do direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

VENOSA, Sílvio de Sávio. Direito civil. São Paulo: Atlas, 2009, v. 4.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ementa:

Direito da Criança e do Adolescente: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Doutrinas jurídicas de proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente: dos Direitos Fundamentais. A Justiça da Infância e da Juventude. Perda e suspensão do Pátrio Poder. A Família substituta. Conselhos. Comunicação compulsória de maus-tratos ao Conselho Tutelar. Produtos de venda proibida a crianças e adolescentes. A criança e ao adolescente e o ato infracional. A atuação do Ministério Público.

Intervenção e prevenção. Abuso e negligência na Infância e Adolescência. A Criança e o Direito Alternativo.

Bibliografia Básica

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de direito da criança e do adolescente. São Paulo: LTr, 1997.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. O estatuto da criança e do adolescente e o trabalho infantil. Brasília: OIT, 1994.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Org.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar:

PRIORI, Mary del (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. De Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

CURY, Munir *et alii* (Coord.) Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 2002.

PEREIRA, Tânia da Silva. Direito da Criança e do Adolescente: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (Orgs.). A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Instituto Interamericana Del Niño/Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Ementa:

Introdução ao estudo da Seguridade Social. Legislação e Princípios da Seguridade Social. Fontes de custeio da Seguridade Social. Segurados e contribuintes da Previdência Social. Contribuições e responsabilidade. Beneficiários da Previdência Social. Prestações e benefícios da Previdência Social. Acidente de trabalho.

Prescrição, Decadência e Crimes contra a Seguridade Social. Previdência Complementar Privada e Pública. Regimes Próprios de Previdência Social.

Bibliografia Básica

LAZZARI, João Batista. CASTRO, Carlos A. P. de. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr. JORGE, Társis Nametala. Elementos de Direito Previdenciário - Custeio. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Editora Atlas S/A.

Bibliografia Complementar

SETTE, André Luiz Menezes Azevedo. Direito Previdenciário Avançado. Belo Horizonte: Mandamentos. MARTINEZ, Wladimir Novaes. Direito adquirido na Previdência Social. São Paulo: LTr.

DIAS, Eduardo Rocha e José Leandro Monteiro Macêdo, Curso de Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Ed. Método, 2010

KERTZMAN, Ivan, Curso prático de Direito Previdenciário. Bahia, Ed. JusPodivm, 2009.

FONTOURA, Iara Purcote e Emílio Sabatovski. Legislação Previdenciária, Paraná, Ed. Juruá, 2010.

DIREITO ELEITORAL

Ementa:

Conceito, objeto e fontes do Direito Eleitoral; Relações com outras disciplinas; Histórico do Direito Eleitoral no mundo e sua evolução no Brasil; A atual justiça eleitoral no Brasil; O Ministério Público Eleitoral; O Sufrágio; Direitos Políticos ativo e passivo: Direito Político positivo e negativo; Alistamento eleitoral; Garantias eleitorais; Escolha e registro de candidatos; Propaganda eleitoral e partidária; Medidas preparatórias à votação; Da votação; Da apuração; Diplomação dos eleitos, Recursos eleitorais; Recursos na legislação ordinária; Recursos eleitorais

na Constituição; outras formas de impugnações; Crimes Eleitorais; Processo Penal Eleitoral; Direito Partidário e Partido Político.

Bibliografia Básica

CÂNDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. São Paulo: Edipro, ano.

TITO, Costa. Recursos em Matéria Eleitoral. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano.

PINTO, Ferreira. Código Eleitoral Comentado. São Paulo: Saraiva, ano.

Bibliografia Complementar

AMARAL, Sérgio e CUNHA, Sérgio Sérvulo. Manual das eleições. São Paulo: Saraiva, 2002

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. São Paulo: Saraiva, 2002

QUEIROZ, Ari Ferreira. Direito Eleitoral. Goiânia: I.E.P.C. , ano.

RIBEIRO, Flávia. *Direito Eleitoral.* Rio de Janeiro: Forense, ano.

FLEURY FILHO, Luiz Antônio e MESSIAS, Itapuã Prestes de. *Direito Eleitoral*. São Paulo: Saraiva, 2000.

3.15. Proposta Pedagógica

3.15.1. Metodologia de Ensino

O curso de Direito do UniCatólica será alicerçado pela Metodologia Baseada em Problemas (*Problem Based learning* – PBL) adaptada às necessidades institucionais do UniCatólica e do Curso.

O PBL é uma metodologia utilizada para direcionar a organização curricular. Ela é baseada no estudo de problemas reais que surgem como fenômenos jurídicos provenientes do âmbito empresarial, das instituições, das ONGs ou da sociedade civil para provocar a pesquisa autônoma do acadêmico na busca de soluções por meio projetos em grupo, modernas tecnologias ou propostas de intervenção, com a supervisão de um professor de uma área de conhecimento. (BERBEL, 1998)

Como é uma metodologia centrada no acadêmico, o PBL tem o problema real como elemento motivador do estudo. A tentativa orientada para encontrar soluções provoca, além do desenvolvimento de competências e habilidades práticas profissionais, à tomada de consciência da realidade social; a formação de um senso crítico, de um olhar atento para as questões sociais, de uma postura ética, humanística e de responsabilidade, em outras palavras, a formação humanística do acadêmico.

3.15.2. Desenvolvimento do Processo de Ensino e Aprendizagem

O curso de Direito do UniCatólica irá adaptar o PBL da seguinte maneira:

- ***A seleção dos problemas***

Os problemas trabalhados no PBL são reais ou representativos da prática real. Os problemas que serão trabalhados pelo Curso de Direito serão questões ou fenômenos jurídicos capazes de serem compreendidos por todos os estudantes independente do período em que se encontram, portanto, serão **problemas reais jurídicos** para estimular a aquisição de novos conhecimentos por meio da pesquisa individual.

No semestre letivo será selecionado pelos professores que compõem o período **um problema** que será desenvolvido ao longo do semestre letivo de forma coletiva, colaborativa e interdisciplinar, condizente com os passos da metodologia capaz de integrar atividades com recursos digitais.

Todas as ações pedagógicas da disciplina envolvida no período caminharão para a construção de uma proposta de solução ao problema. Estas propostas de solução serão, no final do semestre, apresentadas na forma de **produtos de final**.

Obs.: em sua forma original, o PBL é caracterizado como uma abordagem metodológica educacional que valoriza o papel do tutor/professor em pequenos grupos composto por 12 estudantes. Por necessidade do Cursos de Direito, os professores estarão conduzindo os seus grupos em suas disciplinas de acordo com o número de matriculados nela. Outra adaptação está nos períodos que se iniciam o Estágio Curricular, estes estarão desenvolvendo problemas provenientes da prática do NPJ, dos órgãos e instituições em que atuam.

- ***Os produtos finais***

Os produtos finais são a forma de **evidenciar um trabalho** realizado ao longo do semestre para compor propostas de solução ao problema.

Serão escolhidos pelos professores de forma coletiva, colaborativa e interdisciplinar, juntamente com o problema, no início do semestre letivo.

Serão selecionados e orientado pelos professores, conduzidos e executados pelos acadêmicos com a finalidade de criar uma ação prática da proposta de solução do problema.

Os professores deverão escolher, de acordo com o problema selecionado, os **seguintes produtos finais**:

- Projetos de Extensão com a realização de Ações extensionistas;
- Cartilha de conscientização ou Manuais informativos (físicos ou digitais);
- Sites de divulgação;
- Aplicativos;
- Projetos de Pesquisa com elaboração de Artigos Científicos publicados em Anais[4];
- Mesas redonda, Congressos ou Jornadas ou outras atividades acadêmicas[5];
- Projetos de Lei;
- Manifestações artísticas culturais.

3.15.3. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino e Aprendizagem

A utilização das TIC no processo ensino e aprendizagem do Curso de Direito do UniCatólica pode ser evidenciada nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) - a plataforma *Moodle* - na plataforma de interatividade pedagógica - *Google Classroom*. O Ava *Moodle* é utilizado pelo professor responsável pela disciplina. O ambiente provoca no acadêmico o estudo autônomo, a resolução de problemas de forma coletiva e a pesquisa nas plataformas e repositórios de trabalhos digitais. Além disso,

---

[4] O próprio período poderá reunir os artigos para a publicação formal em apostilas, sites ou revistas digitais que possam evidenciar o trabalho do semestre.

[5] Organizados pelos acadêmicos que podem apresentar suas próprias produções combinadas com a presença de autoridades para palestras e instrutores para oficinas.

o ambiente virtual insere o aluno nas discussões mais atualizadas das práticas jurídica, da realidade social e cultural.

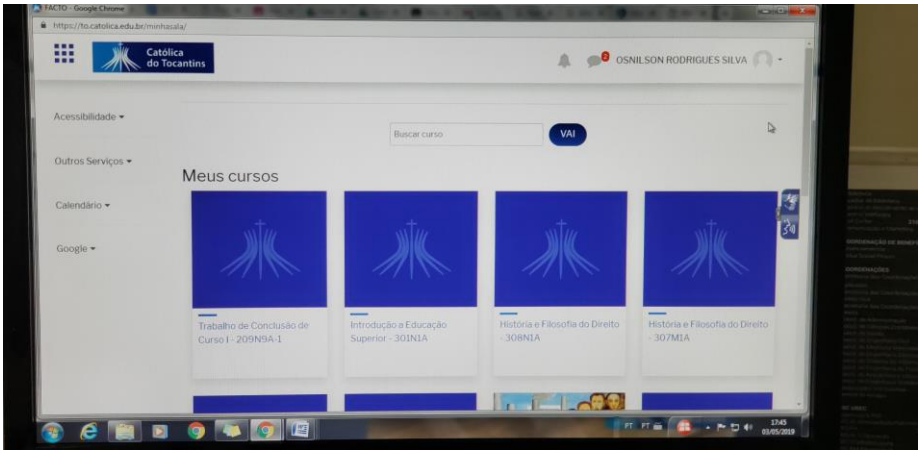


Imagem do AVA Moodle

A plataforma de interatividade pedagógica - *Google Classroom* - é utilizada por professores para provocar o estudo por meio de diferentes objetos digitais, como vídeos, artigos, livros digitais, *slides* e *podcast* e outros. Ela ainda permite o lançamento e correção de atividades, bem como a atribuição de notas, feedbacks avaliativos de forma coletiva ou individual. Além do mais, ela possibilita o aluno inserir materiais ou produzir intervenções para o professor ou para a turma. O *Google Classroom* promove, para a instituição, uma economia na utilização de papel e isto vai ao encontro de uma consciência ambiental e sustentabilidade.

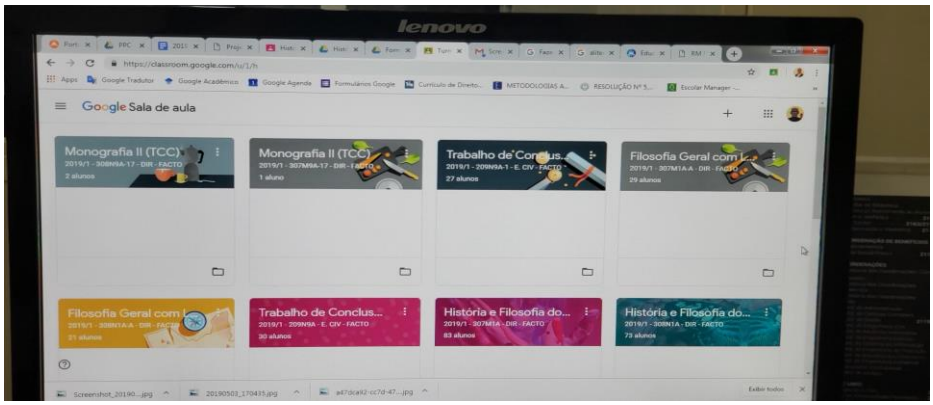


Imagem do Google Classroom

O uso das TIC no Curso permite ao professor diversificar os materiais disponibilizados para o incentivar o acadêmico no processo de produção do conhecimento. Os

materiais das aulas no Curso de Direito do UniCatólica seguirão os seguintes princípios:

- Todos os materiais educacionais utilizados pelo professor necessários ao desenvolvido das aulas e aos estudos individuais dos acadêmicos deverão ser disponibilizados nas Plataformas Digitais Institucionais - *Moodle* ou *Google Classroom* - com antecedência.

- Estes materiais devem ter formatos diferentes para atender às diversas necessidades da sala de aula e para dar condições de formação individual aos acadêmicos com deficiência. Os materiais adequados aos alunos com deficiência serão orientados pelo núcleo de Acessibilidade do UniCatólica.

- Os materiais são planejados pelo professor, selecionados com cuidado para atingir os objetivos pedagógicos e rigorosamente elencados para proporcionar uma experiência de pesquisa autônoma e de estudo individual.

Os materiais serão, preferencialmente, digitais no formato de:

- Vídeos
- Artigos acadêmicos;
- Sites
- Revistas e Jornais digitais;
- Apresentações;
- Documentos;
- Planilhas
- Podcast.

3.16. Atividades de Tutoria – Modalidade Semipresencial

O curso de Direito oferta 4 disciplinas específicas na modalidade à distância, mediados por encontro presenciais. Para tanto, o professor tem a liberdade de adoção da Plataforma *Moodle ou Classroom Google*.

Os encontros acontecem quinzenalmente, quando um professor se encontra com a turma, em horário normal de aula. O estudante tem obrigatoriedade de estar presente em todos os encontros agendados no primeiro encontro, pelo professor. Nestes

encontros prevalecem atividades de apresentação do Programa, dos atores envolvidos, e das atividades propostas para o desenvolvimento de habilidades que permitirão aos estudantes uma atuação competente no mundo do trabalho.

Cabe ao professor o acompanhamento dos estudantes, no sentido que, havendo atrasos na realização das atividades, o estudante deve ser chamado à tutoria, a fim de que as dificuldades sejam sanadas, e não haja prejuízos no processo de aprendizagem proposto pela disciplina.

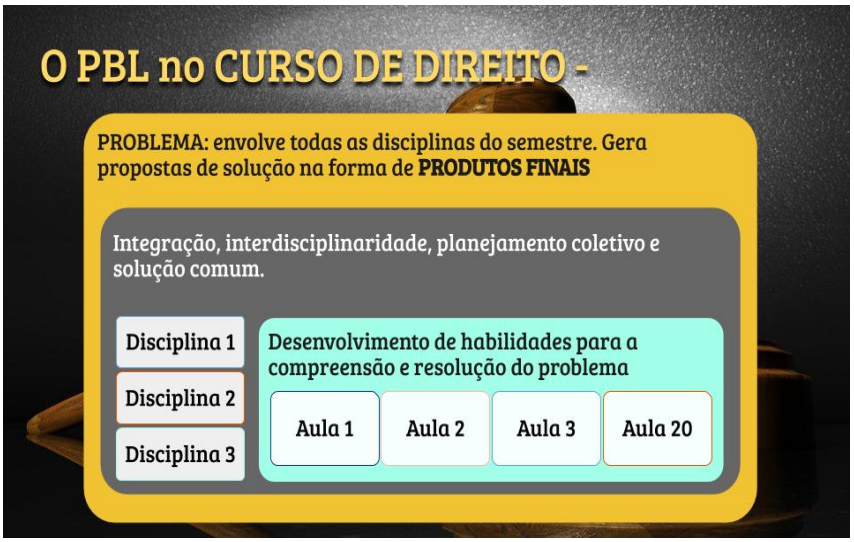
3.17. Coerência do Currículo com a Proposta Pedagógica

O Curso de Direito do UniCatólica adotará o PBL como o fundamento metodológico de seu currículo. Acredita-se que esta metodologia proporciona para o Curso uma estrutura que promover a interdisciplinaridade.

Do ponto de vista do acadêmico, o PBL implica vantagens como:

- Desenvolver habilidades e atitudes, como comunicação oral, escrita e trabalho em grupo necessário à vida profissional de forma geral;
- Estimular a realização de tarefas de forma colaborativa e o respeito a opiniões diversas;
- Desenvolver o senso crítico por meio da descoberta de novos conceitos, metodologias e teorias;
- Promover o estudo individualizado que pode potencializar para o sucesso em seleções e no Exames da Ordem;
- Permitir ao acadêmico identificar a relação entre as disciplinas;
- Provocar o olhar do acadêmico para outras possibilidades de atuação prática profissional;
- Do ponto de vista do Curso, o PBL traz as seguintes vantagens:
- Instituir uma dinâmica interdisciplinar de trabalho;
- Estimular atualização constante dos docentes em práticas educacionais inovadoras;

- Possibilitar a identificação precoce dos alunos que não têm vocação para a área profissional em questão, viabilizando a consequente orientação para o redirecionamento da carreira para a qual estão se preparando;
- Colaborar para a redução da evasão dada a natureza prática das aulas desde o início do curso.



A imagem abaixo ilustra a forma de composição do PBL no semestre:

As disciplinas que compõem o semestre estarão envolvidas por um único problema. Pretende-se atingir a interdisciplinaridade a partir da seleção do problema. No semestre letivo será selecionado pelos professores que compõem o período **um problema** que será desenvolvido ao longo do semestre letivo de forma coletiva, colaborativa e interdisciplinar, condizente com os passos da metodologia capaz de integrar atividades com recursos digitais.

As aulas no Curso de Direito do UniCatólica seguirão os seguintes princípios:

- As aulas do curso de Direito deverão combinar as necessidades específicas de cada componente curricular, recursos tecnológicos integrados à aprendizagem e a busca de solução ao problema.
- Os professores do período de forma coletiva, colaborativa e interdisciplinar planejarem as aulas, os trabalhos avaliativos e as atividades com vistas para a solução do problema procurando colocar a tecnologia à serviço da educação.

- Os conteúdos, os objetivos e as avaliações de cada componente curricular ofertado no período serão combinados com o cumprimento da Meta (a solução do problema).

3.18. Atividades Articuladas ao Ensino

Em função das demandas contemporâneas, o UniCatólica, compreende a necessidade emergente de privilegiar na formação dos estudantes, ações que tenham como foco a aprendizagem significativa, reconhecendo a capacidade de se posicionarem de maneira crítica, criativa e inovadora nas diferentes atividades da ação educativa.

Por meio do PBL, os acadêmicos do curso poderão desempenhar atividades que simulam situações práticas desde o início do curso e atividades voltadas para a prática nos estágios curriculares e outras atividades paralelas.

Desta forma, o acadêmico entende que a composição de todas as aulas é teórica e prática visando à produção de aprendizagens significativas que por meio dos Problemas, da transformação de espaços e tempos de discussão, da investigação, do aprofundamento de conceitos com o objetivo de transcender o já apreendido.

Para isto a sistematização do Trabalho Efetivo Discente – TED se dará em momento de aula, de Estágio Supervisionado Obrigatório e Estágio Não Obrigatório, de Trabalho de Conclusão de Curso e das Atividades Complementares.

Acredita-se que estas oportunidades darão subsídio para melhor operacionalização do currículo de cada acadêmico, valorizando as práticas, saberes e experiências dos sujeitos em formação.

3.19. Estágio Curricular

O Curso de Direito, de acordo com o Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) elaborado pelo UniCatólica, entende o estágio como atividade prática que se traduz em:

> Oportunidade facultada a acadêmicos em geral de atuarem no setor produtivo, vivenciando a aprendizagem obtida, ao mesmo tempo em que se iniciam nas práticas sociais, culturais, técnicas e profissionais e do mundo do trabalho. (PDI, 2018)

O Estágio é uma atividade integrante da disciplina Práticas de Estágio que, além das circunstâncias descritas no PDI, de acordo com as DCNs, Resolução CNE/CES nº 5 de 17 de dezembro 2018. Tem caráter obrigatório para efeito de integralização do curso e respectiva diplomação.

O UniCatólica acredita ser necessário o acompanhamento efetivo destas atividades realizadas pelos acadêmicos, avaliando a sua integração com o mercado de trabalho e buscando espaços condizentes com a comunidade acadêmica.

Para tanto, o Estágio Supervisionado será obrigatoriamente submetido à coordenação do Curso de Direito e realizado pelo NPJ do Curso. O acadêmico realizará o estágio tanto na instituição quanto em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais e em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas conforme a Resolução/2018.

3.20. Acompanhamento do estágio

No Curso de Direito o estágio é compreendido como uma atividade pedagógica desenvolvida em situação real que possibilita ao estudante consolidar sua formação pessoal, profissional e cidadã, além de desenvolver competências, habilidades e atitudes específicas, requeridas pelo mercado de trabalho.

Na Instituição os Estágios são classificados em: Supervisionado Obrigatório e Estágio Supervisionado não-Obrigatório, conforme a legislação em vigor.

O Estágio Supervisionado Obrigatório constitui-se em uma atividade curricular, com carga horária de 360 horas, cujo cumprimento é requisito para integralização da carga horária e conclusão do curso. Está modalidade está condicionado à matrícula no componente curricular, nos períodos indicados na matriz curricular do curso e ao atendimento dos requisitos definidos no PPC e no Manual de Estágio Supervisionado. O desempenho do estagiário será avaliado por meio de critérios definidos pela

legislação em vigor, previstos nos Planos de Ensino e no Manual de Estágio Supervisionado do curso, cujos instrumentos de avaliação são desenvolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso, de acordo com o regulamento aprovado pelo CEPE e com as normas do MEC.

O Estágio Supervisionado Obrigatório poderá ser realizado por meio de atividades em programas e projetos de extensão e de pesquisa ou em empreendimentos de interesse social e comunitário, de natureza urbana ou rural. Detalhamentos são apresentados no Manual de Estágio do curso, inclusive no que compete à avaliação do discente, uma vez que este será avaliado pelo Supervisor da instituição concedente de Estágio e pelo Professor Orientador.

O curso de Direito incentiva a prática do Estágio Supervisionado não-Obrigatório, a fim de que o estudante vivencie a relação entre teoria e prática, pois o estágio é uma rica oportunidade onde se faz a ligação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

No Curso de Direito, o Estágio Supervisionado não-Obrigatório poderá ser aproveitado como Atividade Complementar ou outras atividades acadêmicas, como projeto de pesquisa e extensão, desde que comprovada sua efetivação pelo Termo de Compromisso de Estágio – TCE e a entrega do relatório final de estágio, certificada pelo Central de Estágio, com a devida observância das normas e regulamento de atividades complementares aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

3.21. Relevância do estágio e da prática profissional

O Estágio é uma forma de inserção do estudante em um ambiente real de trabalho mantém sintonia com as exigências do mercado, familiarizando-o com o contexto profissional. Ele possibilita o desenvolvimento de competências individuais, colocando o estudante frente a uma realidade diversa ao âmbito acadêmico, ampliando seu senso de responsabilidade e compromisso com a cidadania.

O Curso de Direito propicia o desenvolvimento de atividades práticas no Núcleo de Prática Jurídicas, sob a supervisão de um Coordenador de Núcleo, de Professores Supervisores da área do direito correspondente às disciplinas de Prática de Estágio, mediante a prestação de servidos direta à comunidade por meio de atendimento

consultas, conciliação, mediação e arbitragem, formalização e acompanhamento de processos, além de atividades simuladas e Estudos de Casos.

O Núcleo de Mediação do Projeto Pacificar agregado ao Núcleo de Prática Jurídica do UniCatólica foi implantado para levar a mediação às pessoas e comunidades que se interessarem em resolver seus problemas e conflitos de forma amigável, através do diálogo e do entendimento.

Para o desenvolvimento das aulas práticas e pesquisas, o curso de Direito possui os seguintes Laboratórios Temáticos:

Tribunal do Júri: nele são realizadas as simulações de júri, estimuladas desde os primeiros períodos da trajetória do acadêmico. Também neste ambiente são criadas as condições para o aprendizado fora da sala de aula convencional para turmas pequenas, tais como, palestras de profissionais do Direito, oficinas temáticas e discussões jurídicas;

Laboratório de Informática: o objetivo é proporcionar ao aluno o contato com aplicativos básicos e softwares de informática reforçando os ensinamentos através da aplicação prática, além de possibilitar a pesquisa de jurisprudências e doutrinas, bem como, consulta a casos e processos diretamente dos portais do sistema judiciário.

3.22. Trabalho de Conclusão do Curso

A Resolução 2018 trata o Trabalho de Curso (TC ou TCC) como parte integrante do corpo da Formação prático-profissional que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos.

No Curso de Direito o TC é um componente curricular realizado pelo estudante, de caráter obrigatório, sob orientação docente centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de integração e síntese de conhecimentos construídos ao longo do curso, bem como em apropriação de metodologias e técnicas de pesquisa.

O desenvolvimento do TC possibilita o aprofundamento dos conhecimentos inerentes à área de formação, o exercício das competências adquiridas ao longo do curso. São objetivos do TC do Curso de Direito:

- Despertar a vocação científica;
- Dominar técnicas e metodologias de pesquisa;
- Aprimorar a capacidade de interpretação e crítica;
- Articular conhecimentos teórico-práticos.
- Estimular a produção científica em coautoria docente/discente;
- Desenvolver a capacidade de correlação entre conhecimento científico e social;
- Desenvolver nos estudantes a capacidade de síntese e integração de conhecimentos construídos.
- Reforçar a integração entre a graduação e a pós-graduação.

3.22.1. Acompanhamento do trabalho de curso

O curso considera como modalidades de TC, apresentadas na forma escrita padrão monografia, projetos de lei, relatórios técnicos, artigos científicos, entre outros, desenvolvido de forma individual. O TC do Curso de Direito seguirá a seguinte mecânica:

A avaliação do TC será também por meio de banca examinadora, que utilizará formulário próprio, proposto pelo NDE ou por avaliadores externos para o caso de artigos com a intenção de serem publicados em revistas acadêmicas com Qualis.

A banca examinadora será composta por, pelo menos, um professor do UniCatólica, com reconhecida qualificação, além do professor orientador. O orientado e o orientador poderão sugerir o (s) membro (s) para constituir a banca examinadora, com aceite do professor supervisor e do coordenador. A banca examinadora será, preferencialmente, presidida pelo professor orientador. Todos da banca serão certificados pelo UniCatólica.

Os componentes que participarão da banca examinadora deverão receber, com prazo mínimo de 15 dias de antecedência, um exemplar do TCC, para a devida leitura e apreciação.

A avaliação da banca examinadora para o TCC deverá ser lavrada em ata de defesa de TCC, com os registros de dia, horário, local, aprovação ou reprovação do estudante, além de observações pertinentes ao ato da defesa. As atas, com o registro da defesa do TCC, assinaturas dos membros e eventual indicação para publicação, devem ser encaminhadas à Secretaria Acadêmica para o devido registro e arquivamento.

O professor orientador poderá pleitear a dispensa de apresentação à banca examinadora, caso o TC seja aceito para publicação em periódico de reconhecida relevância acadêmica ou selecionado para apresentação em evento científico.

A apresentação em defesa oral do TC deverá constituir-se em uma sessão pública, em que o estudante fará uma exposição do conteúdo de seu trabalho, que será seguida de respostas aos questionamentos da banca examinadora e de suas considerações finais. Para isto ele terá 45 minutos para apresentar seu trabalho e a banca terá 30 minutos para argui-lo.

A banca examinadora poderá sugerir ao estudante alterações no TC, que deverão ser realizadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cuja aprovação estará condicionada ao cumprimento do prazo, ao atendimento às sugestões da banca, sem necessidade de nova defesa.

Caberá ao professor orientador a atribuição da nota final deste trabalho. Esta nota será aferida por média de duas notas, uma do orientador, que considerará todo o processo de orientação e elaboração do TC, e outra que é a nota atribuída pela Banca.

O TC aprovado e recomendado para publicação deverá ser encaminhado pelo Coordenador do curso para Biblioteca, em arquivo eletrônico, e, nenhum TCC deverá ser publicado antes de sua defesa.

3.22.2. Relevância do trabalho de curso

Obrigatoriamente, a orientação será realizada por um professor pertencente ao quadro de docentes da Instituição, preferencialmente que esteja em Regime de Tempo Parcial ou Integral.

O TC consiste em uma pesquisa ou atividade investigativa orientada que aborda uma temática específica da formação do estudante ou que tenha interface com a área de inserção do curso.

Deve ser expressamente elaborado na sua estrutura formal, considerando as disposições estabelecidas pela Instituição em documento próprio, e no estrito cumprimento das normas da ABNT.

O TCC no curso de Direito, como componente curricular, dar-se-á em dois semestres, sendo que o acompanhamento no TCC I e no TCC II deverá, preferivelmente, ser realizado pelo mesmo professor orientador. As atividades nestes períodos se resumem em:

TCC I: Elaboração e aprovação de um projeto de trabalho técnico-científico (40 horas).

TCC II: Execução do trabalho e apresentação para avaliação. (40 horas).

O estudante só poderá ser considerado orientado de TC quando estiver regularmente matriculado no respectivo componente curricular, e cabe a ele, de acordo com o calendário acadêmico, inscrever-se junto à Coordenação do Curso para definição da temática e de seu professor orientador.

O estudante que não entregar o TC até a data, horário e local especificados pelo curso, estará reprovado nesse componente curricular, devendo se matricular e cursá-lo novamente na íntegra.

3.23. Atividades Complementares

O Curso de Direito segue os Regulamentos Institucionais e as orientações para cumprimento das Atividades Complementares como sendo componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores do perfil do estudante, que possibilitam ampliar habilidades, competências e conhecimentos do estudante que são adquiridas em ações de ensino, pesquisa e extensão.

Como componente curricular flexível e relevante para o delineamento do perfil do egresso a ser formado, as Atividades Complementares permitem o aproveitamento

dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades de ensino, pesquisa, iniciação científica, extensão, monitoria, eventos científicos, culturais, programas e cursos oferecidos por organizações. E ainda, as experiências e vivências acadêmicas internas e externas com a finalidade de enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem, disseminar conhecimentos, favorecer a prestação de serviços, promover a pesquisa tecnológica e a difusão cultural.

Essas atividades acontecem, inclusive, fora do ambiente escolar, por meio da prática de estudos e de atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, especialmente nas relações com o mundo do trabalho.

3.23.1. Acompanhamento das atividades complementares

As Atividades Complementares compõem o currículo do curso, com carga horária 400 horas, conforme definido na estrutura curricular, e estão divididas em três eixos, a saber: ensino, pesquisa e extensão que busquem o aprofundamento temático e interdisciplinar, o aprimoramento profissional, a interação com a comunidade e com o mercado, e ampliem os horizontes da formação profissional, social, cultural e cidadã do estudante.

O acompanhamento será realizado pela coordenação em campanhas para a participação de eventos que correspondem aos três eixos. Além do mais, serão divulgados, por anúncios tradicionais ou digitais, as datas para a entrega dos certificados de comprovação para a Centro Integrado de Atendimento (CIA).

A coordenação do Curso será responsável por receber da CIA os protocolos de abertura dos processos de Atividades Complementares e a conferência dos mesmos.

Serão consideradas atividades de ensino a serem validadas como atividades complementares:

- Monitoria em disciplinas dos cursos ofertados pela instituição.
- Estágio Supervisionado não-Obrigatório desenvolvido com base nos convênios firmados com a instituição;
- Disciplinas pertencentes a outros cursos superiores da instituição ou de outras instituições de ensino superior, devidamente comprovadas quanto à frequência

e aprovação, desde que não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos;

- Cursos livres de idiomas, comunicação e expressão e de informática, com frequência e aprovação, cujas cargas horárias não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos;
- Visitas técnicas monitoradas por docentes da instituição;
- Programas de intercâmbios nacional ou internacional, realizados em outras instituições de ensino superior;
- Atividades complementares realizadas na modalidade virtual.
- Como atividades de pesquisa poderão ser validadas como atividades complementares:
- Trabalhos de iniciação científica;
- Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados na instituição e em eventos científicos;
- Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos científicos específicos ou seminários e publicados em anais, mencionando o nome da instituição;
- Trabalhos científicos publicados em revista de circulação nacional, registrando o nome da instituição;
- Trabalhos científicos publicados em periódicos científicos, registrando o nome da instituição;
- Livros ou capítulos de livros publicados, registrando o nome da instituição, quando for o caso;
- Assistir apresentação de TCC, dissertações e teses, em que o estudante participa como ouvinte, na Instituição ou em outras Instituições de Ensino Superior;
- Eventos científicos, internos e externos (semana acadêmica, jornada, congresso, simpósio, fórum, entre outros) nos quais o estudante participa como apresentador ou ouvinte;

- Eventos científicos ou culturais promovidos pela instituição, nos quais o estudante participa de sua organização;
- Atividades de iniciação científica (estudante bolsista ou voluntário).
- Serão consideradas atividades de extensão a serem validadas como atividades complementares:
- Eventos de extensão promovidos pela instituição e por outras instituições de ensino superior;
- Cursos e/ou eventos internos ou externos à instituição, de interesse da comunidade, nos quais o estudante participa como coordenador ou como componente da comissão organizadora;
- Ligas acadêmicas, atlética, jornal do curso e/ou da instituição, diretório acadêmico, entre outros, em que o estudante participa de sua organização;
- Programas sociais, voluntários, tais como: Comunidade Solidária, Escola Solidária, Projeto Amigos da Escola, Projeto Rondon, ou afins, em que o estudante participa, em suas diversas ações;
- Eventos culturais promovidos pela instituição ou organizações afins.

O anexo VII apresenta o Regulamento Institucional de atividades complementares do Centro Universitário UniCatólica.

3.23.2. Relevância das atividades complementares

Para a integralização curricular faz-se necessário que o acadêmico desenvolva atividades complementares, obedecendo os eixos de ensino, pesquisa e extensão.

Elas são componentes curriculares obrigatórios e provocam no acadêmico: (1) Enriquecimento do perfil do estudante; (2) Ampliação das habilidades, competências e conhecimentos; (3) Articulação ações de ensino, pesquisa e extensão; (40 Estimulam, a percepção de problemas sociais e o envolvimento para atuar como agente transformador de uma realidade;

Essas atividades acontecem, inclusive, fora do ambiente escolar, por meio da prática de estudos e de atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, especialmente nas relações com o mundo do trabalho.

Oportuniza, portanto, a ampliação dos horizontes da formação profissional, social, cultural e cidadã do estudante, resultando num componente curricular flexível e relevante para o delineamento do perfil do egresso.

3.24. Programas ou projetos de pesquisa (iniciação científica)

A política de pesquisa do Curso de Direito do UniCatólica se constitui no elemento fundamental da atividade de investigação para a produção de conhecimento que se orienta por duas diretrizes: contextualizar, aprimorar o saber acumulado e a construção de novos saberes.

As linhas de pesquisa definidas pelo Curso, descritas em ata de reunião de NDE do dia 26 de setembro de 2018, São:

Linha 1 - **Direitos Sociais, cidadania e justiça: reflexo nas relações público-privadas**

Linha 2 - Estado**, responsabilidade e desenvolvimento sustentável**.

No atual estágio de desenvolvimento, o foco das atividades deve ser como mecanismo de indução a iniciação científica dos acadêmicos da Instituição.

A pesquisa deverá aprimorar a qualidade do ensino de graduação promovendo a integração dos acadêmicos num processo educacional que propicie a oportunidade de formação de novos pesquisadores.

O desenvolvimento de pesquisa levará em conta a ética e os princípios humanitários que são valores Institucionais insuperáveis. Neste aspecto são princípios fundamentais da pesquisa na Instituição o rigor metodológico e, consequentemente, científico dos programas de pesquisa.

A produção científica do Curso é registrada nos anais de pesquisa do NUPE e na “Revista Jurídica”, revista do Curso de Direito do UniCatólica editada exclusivamente para promover e divulgar a produção científica do Curso.

Os projetos desenvolvidos em 2018/2 e 2019/1 estão abaixo listados:

PROFESSOR ORIENTADOR	PROJETO	ORIENTANDO	MODALIDADE	CURSO
FÁBIO BARBOSA CHAVES	ANÁLISE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA COMUNIDADE DA CAPADÓCIA EM PALMAS-TO	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	PESQUISA (UniCatólica)	DIREITO
KARINE ALVES GONÇALVES MOTA	LEI FEDERAL DE COMBATE À INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA (BULLYING): DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PLANEJADAS E IMPLANTADAS NO MUNICÍPIO DE PALMAS - TO	VITÓRIA VIEIRA DOS SANTOS	PESQUISA (UniCatólica)	DIREITO
VINICIUS PINHEIRO MARQUES	PRECEDENTES JUDICIAIS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DEMANDAS DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UniCatólica	MARIA VICTÓRIA NUNES SILVA	EXTENSÃO	DIREITO
	OS REFLEXOS DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ESTADUAL	SARAH ARAÚJO FERREIRA	PESQUISA (UniCatólica)	DIREITO
	OS REFLEXOS DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO	JÉSSYKA DE SOUSA MOURA	PIBIC_CNPq	DIREITO

3.25. Programas ou projetos de Extensão

A Extensão, para o UniCatólica, é um espaço de aprendizagem e se concretiza em ações culturais, desportivas, sociais, religiosas comunitárias e de transferência de tecnologia e conhecimento, numa articulação permanente com o ensino e com a pesquisa. Configura-se, portanto, como atividade que integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se, prioritariamente como, processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a academia e a sociedade.

Nesta perspectiva, o curso de Direito oferta cursos de extensão, alinhados ao PDI, nas áreas de Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos, voltados para público

Kids e *Master*. Estes cursos compõem, com os demais cursos da Instituição, o *Catálogo Institucional de Extensão*. Todos os cursos propostos são analisados e referendado pelo NDE e aprovados pelo colegiado antes de serem submetidos à Pró Reitoria Acadêmica.

Além dos cursos de extensão, o curso mantém uma agenda própria com atividades de extensão inseridas em todas as disciplinas presenciais, conforme previsão na estrutura curricular. E ainda, a proposição de projetos de extensão, devidamente apreciados pelo NDE e aprovados pelo Colegiado do Curso. Estes Projetos de Extensão são então institucionalizados pelo NUPPE.

Visando inserir o estudante em processos seletivos do mundo acadêmico, o UniCatólica mantém anualmente o Edital de Projetos de Extensão, no qual o curso empreende esforços, estimulando docentes e discentes à proposição de projetos, no intuito de ocupar todas as vagas oferecidas.

Os esforços do curso de Direito estão para desenvolvimentos de Projetos e Atividades como:

Ano	**Título do Projeto**	**Professor Orientador**	**Alunos (as) bolsistas**
2015	ALIENAÇÃO PARENTAL: UM ATO DE VIOLÊNCIA MAQUIADO DE AMOR	Eliene Gomes	Kássio Henrique dos Santos Aires
2016	CONHECENDO OS DIREITOS HUMANOS	ANDREA CARDINALE URANI OLIVEIRA DE MORAIS	ROSIVÂNIA FONSECA ZOTTIS
2016	A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE PALMAS: POSSIBILIDADES GERADAS A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI 11.977/09	FÁBIO BARBOSA CHAVES	DAGALBERTO LEOPOLDO PAES ANDRADE
2016	PODERES DA UNIÃO – UMA VISÃO CRÍTICA CIDADÃ	LARA LÍVIA CARDOSO COSTA BRINGEL	THAÍS ROSENDO PASSOS

2016	POLÍTICA PÚBLICA PRISIONAL: A INVERSÃO DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM BUSCA DA EFICIÊNCIA	MAURÍCIO KRAEMER UGHINI	JOÃO PAULO MARIANO XAVIER
2017	TRIBUNAL DO JÚRI E SOCIEDADE	ANDREA CARDINALE URANI OLIVEIRA DE MORAIS	RAYSSA MICAELLE DA SILVA HAWERROTH
2017	DIREITO CONSTITUCIONAL NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS DA CIDADE PALMAS – TO	FÁBIO BARBOSA CHAVES	LUCAS AIRES ARAÚJO
2018	PRECEDENTES JUDICIAIS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DEMANDAS DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICAS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICATÓLICA	VINICIUS PINHEIRO MARQUES	MARIA VITORIA NUNES SILVA
2019	VADEMACUM DE DIREITO EMPRESARIAL COM NOMEN JURIS	ERIC JOSÉ MIGANI	Em seleção

3.26. Sistema de Avaliação do Curso

O Sistema de Avaliação da Aprendizagem, nos cursos de graduação é composto por testes, provas, trabalhos individuais e em grupos, projetos, observações e outras estratégias que permitam avaliar o rendimento do acadêmico no processo de aprendizagem.

Para avaliação do rendimento do acadêmico no processo de aprendizagem é considerada a soma dos esforços e o progresso do acadêmico em seu processo de formação, considerando avanços nas habilidades cognitivas, operacionais e atitudinais.

O Sistema de Avaliação da Aprendizagem promove um processo contínuo e abrangente, priorizando a utilização de instrumentos diversificados, onde o docente da disciplina é responsável por definir os instrumentos para o processo de avaliação (testes, trabalhos individuais e em grupos, projetos e outros meios), bem como o valor de cada um deles e, explicitando todo o processo em seu Plano de Ensino. Cabe também ao docente responsável pela disciplina, programar o Sistema para os registros das notas, sendo no mínimo três e no máximo 10 atividades avaliativas.

Para fins de resultado final com status de aprovado o estudante deve ter garantido pelo menos 75% de frequência nos encontros presenciais previstos no calendário acadêmico. No que tange a nota, considera-se aprovado o acadêmico que obtiver Nota Semestral (NS) igual ou superior a 7,0 (sete), e quando não obtiver pelo menos nota quatro está automaticamente reprovado. Aqueles que com frequência igual ou superior a 75%, mas nota entre 3,9 (três inteiros e nove décimos) e 6,9 (seis inteiros e nove décimos) há garantia da oportunidade de realizar Exame Final (EF).

3.26.1. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

3.26.1.1. As atividades avaliativas Curso de Direito da UniCatólica

Cada componente curricular terá como diretriz a realização de avaliações de tipo formativas, diversificadas, múltiplas e que explorem o desenvolvimento de habilidades e competências;

As avaliações individuais ou em grupos verificarão o desenvolvimento de habilidades e competências previstas no Plano de Ensino do componente Curricular, o cumprimento de tarefas na PBL por meio de Barema de produtividade e com o uso de recursos digitais.

São formas de avaliação individuais ou em grupo

- Provas ou testes;
- Trabalhos ou tarefas;
- Fichamentos ou resenhas;
- Relatórios técnicos de visita;
- Participação em Eventos Institucionais;

- Participação em atividades Interinstitucionais;
- Organização e Execução de Eventos;
- Apresentações Orais em atividades acadêmicas;
- Barema de acompanhamento de produtividade.

3.27. Sistema de autoavaliação do curso

Alinhado à Política de Avaliação Institucional, o Curso de Direito promove condições para que todos conheçam e participem ativamente de todas as etapas dos seus ciclos auto avaliativos. Para tanto, o Curso:

● realiza uma (1) mobilização sensibilizadora semestral da sua comunidade acadêmica, garantindo o acesso dos seus docentes e discentes nas pesquisas de autoavaliação institucional;

● disponibiliza semestralmente informações relativas ao Curso à CPA, de acordo com o solicitado;

● realiza uma (1) análise semestral do processo de Avaliação de Desempenho Didático do Docente pelo Discente, com registro entregue à CPA, monitorando-o constantemente e utilizando-o como instrumento de gestão para a Autoavaliação do Curso.

● garante a realização semestral da divulgação dos resultados e das melhorias decorrentes do processo de Autoavaliação Institucional sistematizado CPA, na data pré-determinada.

● analisa semestralmente as fragilidades do Curso que podem ser saneadas e traça um Plano de Melhorias a curto, médio e longo prazos;

● realiza a cada triênio, a autoavaliação do Curso, valendo-se dos indicadores de desempenho oficiais e seu comparativo em termos regionais e nacionais; bem como da análise criteriosa das competências e habilidades, tanto de formação geral quanto específicas, das últimas provas do ENADE;

A cada três anos, quando divulgados os resultados do desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), o curso promove outra etapa de autoavaliação, procedendo a uma análise minuciosa do Relatório divulgado pelo MEC e ainda de cada item da Prova. Este trabalho é coordenado pelo NDE do curso.

3.28. Avaliações oficiais do curso

A partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), em 2004, todas as instituições de ensino superior passaram a contar com uma Comissão Própria de Avaliação (CPA). Um dos objetivos da CPA é conduzir o processo de Autoavaliação Institucional, um dos três pilares do SINAES, juntamente com a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE).

3.29. Autoavaliação institucional

A Autoavaliação Institucional é coordenada pela CPA, de composição paritária, com oito membros: dois docentes; dois discentes; dois colaboradores do administrativo e dois representantes da sociedade civil, tendo entre eles, um presidente e, para cada segmento, um suplente.

A presidência da CPA registra e arquiva todos os relatórios e demais documentos que comprovam suas ações no processo de avaliação institucional a fim de haver ampla disponibilização de dados em ocasiões em que ocorrem reconhecimentos e autorizações para funcionamento de cursos por meio de visitas de avaliadores do MEC no UniCatólica do Tocantins e ainda sempre que a Coordenação do Curso necessitar.

3.30. Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)

A Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG é realizada pelo Ministério da Educação – MEC, com base nos instrumentos de avaliação indicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Tem por objetivo avaliar indicadores de qualidade relativos à organização didático-pedagógica, ao corpo docente e às instalações físicas dos cursos de graduação, complementando o conjunto de modalidades de avaliação instituídas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

No âmbito do SINAES e da regulação do curso, o MEC prevê que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, o Curso de Direito foi avaliado quando de sua autorização, em 30/11/2005. Em 19/07/2011 foi avaliado para seu primeiro reconhecimento. Nesta avaliação o curso obteve nota 4.

3.30.1. Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE).

A CPA sistematiza o ENADE na Instituição em três vertentes básicas. A primeira é operacional e envolve a inscrição dos estudantes em situação irregular, bem como dos ingressantes e concluintes relativos anos respectivos de abrangência da referida avaliação.

Durante essa etapa ocorre a participação da Comissão pró-ENADE nos seminários anuais realizados pelo INEP para a divulgação de ajustes ou alterações na portaria regulamentadora do processo. Depois a referida coordenação realiza uma reunião e acompanhamento sistemático para cumprimento de cronograma anual previsto pelo INEP com os coordenadores dos cursos de abrangência do ano e socialização das experiências de coordenadores dos anos de abrangência anteriores; bem como para o cadastro dos mesmos junto ao Procurador Institucional (PI).

A segunda, contempla a promoção da motivação dos agentes envolvidos, sobretudo dos estudantes concluintes habilitados ao ENADE. Já a terceira parte é mais pedagógica, sendo sistematizada pela comissão Pró-ENADE. Consiste em garantir o alinhamento pedagógico entre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), o Projeto Pedagógico dos Curso (PPC), os Planos de Ensino de todos os componentes curriculares, das aulas realizadas, bem como das suas respectivas avaliações. Tal alinhamento perpassa pela formação continuada dos docentes em relação à Teoria de Resposta ao Item (TRI) e à Taxonomia de Bloom, ambas utilizadas nos instrumentos de avaliação do MEC.

4. CORPO SOCIAL DO CURSO

4.1. Corpo discente – Forma de acesso ao curso

O curso de Direito será ofertado em regime seriado semestral para ser integralizado no prazo mínimo de 5 anos (10 semestres) e no tempo máximo de 8,5 anos (17semestres). A carga horária total curricular corresponde a 3720 horas, dimensionada em 200 (duzentos) dias letivos anuais de efetivo trabalho acadêmico. A carga horária mínima dos cursos é mensurada em horas de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, de acordo com os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CNS Nº 02, de 02 de julho de 2007.

Foi autorizada oferta de 200 (duzentas) vagas anuais nos turnos matutino e noturno. O curso segue os mesmos critérios estabelecidos para admissão nos demais cursos superiores da Instituição, podendo ocorrer por:

4.1.1. Ingresso por Processo Seletivo para Acesso ao Ensino Superior

A admissão aos cursos de graduação faz-se mediante processo seletivo, realizado nos termos da legislação vigente (Lei 9394/96) e obedece a edital específico.

4.1.2. Ingresso mediante o Programa Universidade para Todos – Prouni (Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005)

O estudante beneficiado pelo Prouni é pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

4.1.3. Ingresso por Transferência Externa Facultativa

A Instituição aceita transferência de alunos regulares de outras instituições de ensino superior, para preenchimento de vagas existentes, observadas a legislação em vigor e as suas próprias normas. A transferência externa facultativa somente é permitida

para prosseguimento de estudos, para curso afim, integrante da área de conhecimento.

A solicitação de transferência é regida por edital específico, amplamente divulgado e publicitado no site da Instituição.

4.1.4. Ingresso por Transferência Externa *Ex-Officio*

Os processos de Transferências Externa *Ex-Offício*, de alunos regulares de outras instituições de ensino superior, observam o disposto na Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.

A transferência externa *ex-officio* somente é permitida para prosseguimento de estudos, para curso afim integrante da área de conhecimento.

A solicitação de transferência externa *ex-officio*, protocolada pelo interessado ou seu representante legal, é instruída por cópia dos documentos. Decorridos 25% do período letivo do curso pretendido, a transferência será efetivada no semestre subsequente.

Os candidatos oriundos de instituições estrangeiras de ensino superior apresentam documentos equivalentes aos exigidos, autenticados pelas autoridades consulares competentes e acompanhados de tradução pública juramentada.

4.1.5. Ingresso de Portador de Diploma de Graduação

A Instituição aceita a matrícula de candidatos portadores de diploma de Curso de Graduação ou Sequenciais, para preenchimento de vagas existentes nos seus cursos. O processo é amplamente divulgado e se dá por meio de Edital próprio. O resultado também é publicado no site institucional.

4.1.6. Outras Formas de Ingresso

A partir do Processo Seletivo de 2013/1, a Instituição optou por incluir na sua seleção o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, obedecendo aos critérios de seleção conforme legislação em vigor. Posteriormente, incluiu em seu processo Seletivo a Modalidade Análise de Currículo.

4.2. Atenção aos discentes –

A Instituição realiza a partir da sua missão, uma política de bom atendimento e acolhida a todos os discentes. Para tanto são núcleos e departamentos responsáveis pelo desenvolvimento de ações e atividades para garantir um trabalho efetivo de apoio direto ao discente.

O acadêmico é o foco de todas as atividades realizadas pela/na Instituição. Isto significa que desde as atividades dos serviços gerais até a direção da IES o trabalho é focado para criar condições de atendimento propícias ao desenvolvimento e apreensão de conhecimentos.

No que concerne ao apoio à realização de eventos Acadêmicos, estes são realizados através das coordenações de cursos e da Coordenação de Pastoralidade. Estas ações fazem parte dos planos de ação de cada um dos cursos de graduação. Em todos os eventos Institucionais os acadêmicos são instados a participar desde a concepção do programa até sua efetiva realização.

Nas áreas de desenvolvimento de atividades de caráter científico educacional o estímulo é feito através dos Programas de Iniciação Científica – PIBIC e também da participação de acadêmicos em projetos promovidos pelo curso e seu corpo docente.

A divulgação e socialização das atividades de caráter científico educacional são realizadas em Semanas Acadêmicas, Semanas de Cursos, e utiliza-se o sítio Institucional e a Revista de Integralização Universitária (RIU) como veículo de comunicação e informação.

Os setores Institucionais que possuem relacionamento direto de apoio às iniciativas discentes são: Coordenações de Cursos, Central Integrada de Atendimento (CIA), a Ouvidoria, a Secretaria Acadêmica e a Coordenação de Pastoralidade.

4.2.1. Apoio psicopedagógico ao discente

O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP) visa oferecer um serviço de orientação psicopedagógico e acadêmica prestado gratuitamente aos alunos do Tem por objetivo acompanhar os alunos nas dificuldades relacionada ao processo de

aprendizagem e adaptação à vida acadêmica e tem como meta transformar queixas em pensamentos transformadores e reconstrutivo.

Objetiva ainda desenvolver ações de orientação psicopedagógico e de acolhimento das demandas suscitadas, visando orientações e intervenções junto à comunidade acadêmica, compreendendo o corpo discente, docente e técnico administrativo da Instituição. O Núcleo fomenta iniciativas interdisciplinares na busca de apoio a discentes que apresentam necessidades especiais, fazendo intervenções também com os familiares, com os docentes e com a Assessoria Pedagógica, no intuito do fortalecimento da aprendizagem.

O apoio psicopedagógico busca prevenir e orientar os possíveis problemas e dificuldades que acomete o estudante, tanto a nível acadêmico, quanto social e pessoal. Em consequência deste acolhimento o demandante poderá obter maior facilidade de relacionamento; reinserção em sua vida estudantil e/ou profissional;

Atuar com mais autonomia emocional; auxiliar a melhoria do processo de ensino aprendizagem, assim como estimular o descobrimento de novas habilidades e competências em torno do processo de aprendizagem.

4.2.2. Mecanismos de nivelamento

O UniCatólica adotará como uma de suas Políticas Institucionais o Programa de Nivelamento com vistas a auxiliar seus discentes na sua formação integral.

O Programa de Nivelamento do UniCatólica (PNC) adotará atividades específicas para o atendimento dos acadêmicos iniciantes nos cursos da Instituição e, tem como estratégia de ação, uma programação diferenciada na qual serão desenvolvidas atividades de apoio para:

demanda de nivelamento do conteúdo programático do Ensino Médio/Ensino Superior;

redução da ansiedade e da desmotivação diante da nova situação pessoal de estar no ensino superior frente aos desafios diante das dificuldades de aprendizado.

O Programa será adotado nas turmas de primeiro período e o acadêmico será avaliado durante o processo. Adotar-se-á a metodologia ativa de projetos e serão

atendidas prioritariamente as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Química e Biologia, nos cursos de graduação da Escola de Agrárias.

4.2.3. Apoio às atividades acadêmicas

4.2.3.1. *Mecanismos de Monitoria*

O Programa de Monitoria tem como objetivo proporcionar ao estudante mais um espaço de aprendizagem que traduza uma atividade de preparação do aluno para o desenvolvimento de habilidades relacionadas às atividades de ensino, tendo como objetivo intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da vida acadêmica.

Conforme Regulamento Institucional, a monitoria terá vigência semestral e deverá ser solicitada nos meses de novembro e junho. Dessa forma, os processos seletivos ocorrem antes desses períodos, por meio de Editais específicos.

A coordenação do curso e seu colegiado mantém um calendário com os congressos e feiras, regionais e nacionais e constantemente fomenta a participação dos discentes nos mesmos.

4.2.4. Ouvidoria

A ouvidoria é um componente organizacional que se torna efetivamente um elo entre a comunidade externa e as instâncias gestoras do UniCatólica do Tocantins, visando agilizar a administração e oportunizar o exercício para plena democracia.

São objetivos da Ouvidoria:

I – Assegurar a participação da comunidade na Instituição, para promover a melhoria das atividades desenvolvidas;

II – Reunir informações sobre diversos aspectos do UniCatólica, com o fim de contribuir para a gestão e avaliação institucional.

4.2.5. Acompanhamento de egressos

A Instituição tem como objetivo uma política efetiva de acompanhamento de egressos que possibilite a avaliar a recepção destes profissionais no mercado de trabalho e também o desenvolvimento individual por meio de educação continuada.

Este acompanhamento do egresso do UniCatólica do Tocantins foi planejado para ser realizado pelas Coordenações de Cursos com a seguinte sistemática:

Acompanhar por meio de um banco de dados e via internet o egresso no sentido de subsidiar serviços e apoio e monitorar sua atividade profissional; buscar a reintegração do egresso em cursos de pós-graduação lato sensu visando sua formação permanente; promover encontros com os egressos para fomentar a formação continuada. Esta sistemática, prevendo-se o incremento de egressos ao longo dos anos, foi redimensionada com a utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação.

Para tal propósito, o curso de Sistemas de Informação através do Núcleo de Desenvolvimento de Software (NDS) desenvolveu uma ferramenta especifica denominada PORTAL DO EGRESSO, onde são inseridas informações pertinentes a cada área de formação. A responsabilidade de acompanhamento passou a ser dos Coordenadores de Curso junto com a Secretaria Acadêmica e o setor de Marketing da Instituição. O Portal de Egresso foi disponibilizado para a comunidade acadêmica a partir do ano de 2012.

Desde 2013/1 realiza-se encontro semestral do egresso. O encontro permite, aos egressos trocar experiências profissionais e se encontrar. Institucionalmente o encontro tem por objetivo ouvir a opinião dos profissionais acerca da formação recebida, para avaliar as políticas de ensino praticadas pela instituição, para, quando necessário, adequá-las a realidade do mercado de trabalho e da comunidade.

4.3. Registros acadêmicos

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável pelo controle e registros dos acadêmicos, emissão de documentos, diplomas e certificados.

Cada acadêmico possui um dossiê, em arquivo físico, que está sendo digitalizado conforme prevê a legislação do Ministério da Educação e Cultura. Todas as informações pessoais e acadêmicas são registradas através do sistema RM (TOTVS), que é integrado ao portal acadêmico institucional. Docentes e discentes tem acesso às informações armazenadas por meio de *login* e senha.

No portal acadêmico o docente tem acesso ao diário eletrônico, onde se registra frequência, notas de avaliações e plano de aula ministrado. Ao discente é disponibilizado acompanhamento de frequência, notas e plano de aula do período letivo atual, declaração de escolaridade, histórico escolar, relatório de acompanhamento atividades complementares, aproveitamento de estudos, matrícula, alteração de disciplinas, relatórios referentes ao financeiro além de acesso ao sistema interno de abertura de protocolos, onde ele pode realizar diversas solicitações de documentos entre outras.

Além do Sistema RM o discente tem acesso via celular ao aplicativo eduCONNECT, onde o mesmo consegue emitir vários documentos como histórico e declaração.

A atualização de dados e eficiência nas atividades desempenhadas pela equipe da Secretaria são prioridades para o gerenciamento dos processos internos. Assim, as informações prestadas à comunidade acadêmica e aos órgãos oficiais de avaliação e controle são de inteira veracidade e confiabilidade.

4.4. Gestão do Curso

4.4.1. Formação acadêmica da coordenação do curso

A coordenação do Curso de Direito é exercida pela professora Alana Carlech Correia, que é doutoranda em Direitos Humanos, Processo de Integração e Constitucionalização do Direito Internacional, na PUC-MG; é mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia, no ramo Direito Público, pela Universidade Fumec (2015); possui graduação em Direito pela Universidade FUMEC (2005) e é especialista em Direito Público (2007).

A coordenação adjunta do Curso de Direito é exercida, desde janeiro de 2019, pelo professor Osnilson Rodrigues Silva, mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos

Humanos pela Universidade Federal do Tocantins (2017), especialista em Filosofia pela Universidade católica de Brasília (2008) e graduado em Filosofia pela UNESP-Marília (2000).

4.4.1.1. Experiência

A professora Alana Carlech Correia é coordenadora do curso de Direito do Centro Universitário UniCatólica e professora de Teoria Geral do Estado nessa Instituição. Foi coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte, campus Prado, entre agosto de 2015 e dezembro de 2018; foi coordenadora da pós-graduação de Direito Público de janeiro de 2016 a dezembro de 2018 e professora de História do Direito e Direito Constitucional na mesma instituição, desde fevereiro de 2015. Foi professora de Direito Econômico, Direito Empresarial e Direito Internacional na Faculdade de Santa Luzia - FACSAL, de setembro de 2012 a dezembro de 2014 e professora contratada de Hermenêutica, Responsabilidade Civil, Direito Internacional e Ética na graduação da PUC-MG durante o ano de 2014 e de Processo Constitucional na pós-graduação da PUC-MG, em 2017.

O professor Osnilson Rodrigues Silva tem experiência como docente do ensino médio com as disciplinas de Filosofia e Sociologia desde 2001. No ensino superior, sua experiência é de 14 anos como professor do Curso de Direito no Centro Universitário UniCatólica com as disciplinas de Filosofia do Direito, Sociologia Jurídica e História e Filosofia do Direito. Possui também experiência como Formador de professores no Núcleo de Apoio Didático Metodológico (NADIME) há 5 anos.

4.4.1.2. Regime de trabalho e carga horária dedicada ao curso

A coordenação de curso é de tempo integral, 40h semanais, sendo que dessas, 8 horas semanais são em sala de aula, ministrando a disciplina Teoria Geral do Estado. As demais 32 horas semanais são dedicadas a gestão do curso, que hoje tem 200 vagas autorizadas por ano, distribuídas em dois semestres e em dois turnos.

A coordenação adjunta divide a carga horária integral com 20 horas de coordenação, 4 horas de NADIME e 16 horas de sala de aula nas disciplinas Filosofia Geral com

Lógica Menor (4 horas), Trabalho de Conclusão de Curso (4 horas) e História e Filosofia do Direito (8 horas).

4.4.1.3. Atuação da coordenação

As coordenações do Curso desempenham papel junto ao Núcleo Docente Estruturante na função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matérias de natureza acadêmica e é corresponsável pela elaboração, implementação, acompanhamento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico dos Curso. Além disso, é responsável pelo planejamento de eventos que promovam atividades complementares atinentes ao período em que se encontra o discente.

Atua, ainda, no atendimento presencial do acadêmico, para orientar e esclarecer dúvidas no que diz respeito a sua formação.

Na parte administrativa, cuida da sustentabilidade do curso, analisando os relatórios de matrícula, frequência, notas, evasão, a fim de elaborar planos de ação capazes de melhor desenvolver o curso.

4.5. Composição e Funcionamento Colegiado de Curso

O colegiado do curso é composto por todos os seus docentes. E este é o espaço para se socializar as vivencias da sala de aula e demais momentos que promovam ensino e aprendizagem. Em reuniões mensais o Colegiado toma decisões que garantem a execução do PPC e ainda delibera sobre solicitações, de aspectos acadêmicos, dos discentes do curso.

4.5.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE

4.5.1.1. Composição

Conforme a Resolução CONAES Nº 01/2010, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. O NDE é um órgão

representativo de caráter consultivo no que se refere aos aspectos acadêmicos do curso.

O NDE é constituído pelo coordenador do curso, (atuando também como professor do curso) e por mais 06 membros do corpo docente da Instituição, que exerçam liderança acadêmica percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões, entendidas como importantes pela instituição.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE				
Docente	**Graduado em**	**Titulação**	**Experiência Profissional ***	**Regime de Trabalho**
Fábio Barbosa Chaves	Direito	Doutor	10 anos de Experiência	Regime Integral
Karine Alves Gonçalves Mota	Direito	Doutora	14 anos	Regime Integral
Igor de Andrade Barbosa	Direito	Mestre	9 anos	Regime Integral
Sibéria Sales Queiroz de Lima	Letras e Direito	Mestre	15	Parcial

Obs.: O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.
*Somente para os Custos.

4.5.1.2. Atuação

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito do Centro Universitário UniCatólica, conforme prevista na CEPE nº6/2016, tem as seguintes atribuições:

Cuidar da qualidade pedagógica do curso, por meio da discussão e revisão periódica da proposta formativa do curso e de seu PPC; do acompanhamento e da discussão de estratégias de atenção e orientação à aprendizagem dos alunos; da análise dos instrumentos de avaliação interna e externa; do apoio aos processos de avaliação institucional; do acompanhamento, da sensibilização e da mobilização para o ENADE; da análise das avaliações realizadas e, consequentemente, da elaboração do relatório e do plano de ação do curso; do acompanhamento e intervenção nos processos

relacionados à evasão, ao baixo rendimento e a repetência; de outros procedimentos que se reconheçam necessários para melhoria da qualidade do curso.

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração entre os componentes curriculares previstos no PPC do curso;
- Zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de pesquisa; iniciação científica e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

As reuniões serão regulares e terão o objetivo de consolidar a troca de experiências vividas em sala de aula por seus componentes, visando o contínuo aprimoramento das bases pedagógicas do curso, abordando também assuntos como soluções de conflitos, estratégias de melhorias do corpo docente e gestor e planejamento de eventos.

4.6. Plano de Carreira e Incentivos ao Corpo Docente

O Plano de Carreira do corpo Docente do UniCatólica do Tocantins - PCD, homologado junto ao Ministério do Trabalho na data de 11 de agosto de 2017, regula as condições de promoção e ascensão funcionais dos professores do UniCatólica do Tocantins e abrange exclusivamente os professores regidos pelo regime jurídico da CLT que integram o Quadro Regular de Docentes (Permanente) da Instituição, devidamente habilitados para o exercício das atividades acadêmicas.

Os seus principais objetivos são:

- Valorizar o Corpo Docente da Instituição, reconhecendo a sua contribuição, seu comprometimento e a sua dedicação para a qualidade do ensino.
- Estimular o desenvolvimento das atividades docentes e o aprimoramento profissional dos professores, de modo a assegurar um Corpo Docente altamente

capacitado e em constante atualização, com vistas a atingir o mais alto nível de desenvolvimento profissional e pessoal.

- Assegurar um Corpo Docente alinhado e comprometido com os objetivos acadêmicos da Instituição e com a qualidade do ensino.

- Atrair, reter e desenvolver o corpo docente, atrelando a sua remuneração ao seu nível de desenvolvimento e ao bom desempenho na função.

- Possibilitar condições para progressão e ascensão funcionais do professor na carreira, em bases sustentáveis, através da meritocracia, reconhecendo o seu desenvolvimento e desempenho na função docente.

O Plano contempla apenas uma função, a de professor, com três categorias funcionais, que correspondem aos Níveis de Desenvolvimento na Carreira (ND I, II e III). Para fins de progressão dos docentes à categoria mais elevada, a Direção Geral nomeará um Comitê de Enquadramento e Avaliação Docente que será composto por membros representantes das áreas: Acadêmica, Comissão Própria de Avaliação e Gestão de Pessoas, que coordenará os processos de avaliação e progressão, segundo os parâmetros previstos no PCD, em consonância com as diretrizes da mantenedora.

O PCD tem como finalidade:

- Assegurar a formação de um quadro de professores altamente qualificados e integrados;

- Contribuir para o aprimoramento profissional dos professores;

- Estimular o professor para a excelência no exercício das funções docentes;

- Promover a gestão da qualidade do ensino ofertado aos seus discentes matriculados nos cursos;

- Fortalecer a relação de compromissos com os objetivos acadêmicos da Instituição e com a qualidade do ensino superior.

A movimentação funcional na carreira prevê os seguintes tipos de progressão:

Promoção Horizontal: são as promoções por mérito que caracterizam as Movimentações Horizontais dentro da respectiva faixa salarial da Categoria Funcional

da carreira docente ao qual o professor está enquadrado e de acordo com os critérios definidos no PCD.

Promoção Vertical: caracteriza-se pela movimentação dos professores elegíveis, promovidos para as Categorias Funcionais superiores, de acordo com os critérios definidos no presente PCD, condicionada à existência de vaga no quadro de professores, decorrente de reposição e / ou aumento de quadro do pessoal docente.

Dessa forma, Plano de Carreira do corpo Docente do UniCatólica do Tocantins tem como foco principal, promover e assegurar a qualidade contínua do ensino de nível superior, por meio de incentivos aos professores, reconhecendo e valorizando o seu nível de formação, seu desenvolvimento profissional, sua dedicação à instituição e o seu desempenho na função de docência, revertendo o ensino de qualidade em benefício de toda a comunidade acadêmica (alunos, dos próprios professores e da Instituição).

4.7. Corpo de Tutores

As disciplinas de formação geral do curso são ofertadas na modalidade à distância, com adoção da Plataforma *Moodle*. As disciplinas são ofertadas em rede pelo Grupo UBEC que, tem em Brasília um grupo de professores mestres e doutores com *know how* em ensino à distância, responsáveis pelas disciplinas institucionais UBEC.

O estudante tem obrigatoriedade de estar presente para as avaliações presenciais. Para estes encontros o estudante agenda seu horário com a equipe técnica do UniCatólica nos termos do Projeto de EaD da UBEC, mantenedora do UniCatólica.

5. INFRAESTRUTURA

5.1. Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso

INFRAESTRUTURA UNIDADE SEDE
Terreno: 103.808,37m²
Área Construída: 7.639,55m²

Área Livre: 96.168,82m²			
Qt.	**Tipo/Uso**	**Capacidade**	**Área (m²)**
2	Auditório	200	125,6
43	Salas de aula	50	62,8
1	Biblioteca		251,2
1	Cantina		321,5
2	Copiadora		62,8
1	Bloco de banheiros		22,5
1	Coordenações		100,3
1	Sala de professores		62,8
2	Bloco de banheiros		57,3
4	Bloco de banheiros		32,8
1	Tribunal do júri		72,8
4	Laboratórios de informática		62,8
1	Capela		117,6
1	Área de Conv/Circulação		2.288,2

INFRAESTRUTURA DE TERCEIROS (LOCAÇÃO) NPJ		
Terreno: 587,5m²		
Área Construída: 275m²		
Área Livre: 312,5m²		
Qt.	**Tipo/Uso**	**Área (m2)**

1	Secretaria	6,7
1	Sala de conciliações	17,8
1	Sala de digitalização de processos	10,1
1	Coordenação NPJ	10,7
1	Coordenação pacificar	10,6
1	Circulação	27,9
1	Recepção	22,0
1	Sala de reuniões	12,3
1	Sala de estudos	6,7
1	Sala de estudos	4,7
1	Sala de estágios I	14,5
1	Sala de estágios II	63,8
1	Sala de estágio III	17,4

5.2. Sala de professores e sala de reuniões

O UniCatólica conta com uma sala de professores para o curso de Direito, compartilhada pelos demais cursos da instituição. Ela é localizada no Bloco I da Unidade I. A sala é equipada com microcomputadores, cafeteira e bebedouro. Na sala há espaços de convivência com sofá, televisão, mesa de centro e armários para utilização dos docentes para guardar materiais de uso didático. A sala também conta com mesas de trabalho coletivo, estações de trabalho individual, mesa de reuniões e espaço de atendimento individual.

Há sala dos professores há banheiros compartilhados para acessibilidade masculino e feminino com dispositivos de segurança acionados pelo toque e sirene de alerta.

A sala de reuniões para docentes é localizada dentro da sala dos professores em ao lado da sala de convivência e separada por uma parede que permite a manutenção da reserva das reuniões. Ela contém uma mesa de reuniões para 24 cadeiras.

5.3. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos.

O UniCatólica conta com uma sala para a coordenação do curso e uma sala para a coordenação adjunta compartilhadas com coordenação de outros cursos da IES. Ela é localizada no Bloco I da Unidade I. A sala é equipada com microcomputadores, mesas de trabalho, espaço de atendimento individual e coletivo. A sala também conta com mesas de trabalho coletivo, estações de trabalho individual, mesa de reuniões e espaço de atendimento individual.

5.4. Salas de aula

No período matutino, o curso de Direito ocupa 10 salas de aula no Bloco II da Unidade I. Além do NPJ e uma sala de atendimento no Fórum de Palmas.

No período Noturno, o curso de Direito ocupa 10 salas de aula no Bloco I da Unidade I.

O Curso conta ainda com um Laboratórios de Aprendizagem e uma sala para atividades inovadoras, a sala Google

DESCRIÇÃO	LOCALI-ZAÇÃO	ÁREA (M^2)	CAPACI-DADE	APNE	UTILIZAÇÃO		
					M	T	N
Salas de aula							
10	Unidade I	62,8	50		X		X
Salas especiais							
Sala Google	Unidade I	62,8	50		X		X
Laboratório de aprendizagem	Unidade I	188,4	150		X		X

5.5. Laboratórios e Equipamentos

Para o desenvolvimento das aulas práticas e pesquisas, o curso de Direito possui os seguintes Laboratórios Temáticos:

- Tribunal do Júri
- *Laboratório de Informática*

O objetivo do laboratório de informática é proporcionar ao aluno o contato com aplicativos básicos e softwares de informática (Sistemas Operacionais, Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas, Gerenciadores de Bancos de Dados, Linguagem de Programação), reforçando os ensinamentos através da aplicação prática. Todos os laboratórios possuem infraestrutura necessária para acesso aos principais serviços disponíveis na INTERNET (www, FTP, Telnet, E-Mail,), possibilitando a pesquisa através da INTERNET e facilitando a obtenção de material de forma atualizada e dinâmica.

São disponibilizados 08 laboratórios de Informática, totalizando 224 computadores disponíveis para o uso dos acadêmicos.

FICHA DE LABORATÓRIO			
LABORATÓRIO DE:	Informática		
Área (m^2):	80	**Capacidade:**	32
EQUIPAMENTOS (essenciais para o funcionamento)			
Descrição			**Qtde.**
Computadores			32
AutoCAD			01
ArcGis			
RevitArchitecture			01
AutoCAD Civil 3D			01
Inventor Professional			01

AutoCAD Map 3D – Maquete digital	01

O Laboratório favorece um ambiente favorável para realização de trabalhos e pesquisas acadêmicas. Além de atender as disciplinas de Informática Aplicada, Desenho Técnico, Geoprocessamento e Topografia.

5.6. Acesso a equipamentos de informática pelos alunos

Os discentes possuem total acesso aos computadores nos laboratórios de informática e biblioteca. A coordenação do curso de Direito avalia que há uma correlação positiva entre o tempo de estudo nas dependências da instituição com a utilização de recursos de informática e o progresso dos alunos no curso.

Faculdade Católica do Tocantins, o uso intensivo dos recursos ajuda a criar um bom clima universitário entre os alunos e os ajuda a ter um bom desempenho em seus estudos. Há somente o registro dos alunos que usam a infraestrutura a fim de resguardar o patrimônio da instituição para os atuais e futuros usuários.

6. BIBLIOTECA

6.1. Apresentação

A missão da biblioteca Prof. Luiz Antônio Damas possui o acervo impresso e informatizado, através de obras atualizadas semestralmente, na quantidade e na qualidade exigidas pela proposta dos cursos, de acordo com a análise da comissão do Núcleo Docente Estruturante (NDE), evidenciado por relatórios.

A biblioteca dispõe de um aplicativo para dispositivos móveis “Pergamum Mobile” que permite, dentre outras funções, a renovação automática dos empréstimos de qualquer equipamento, ainda possui equipamento de **auto empréstimo,** onde o usuário pode efetuar seus empréstimos através do catálogo on-line da Instituição, com uma tela de interface amigável.

Ainda dispõe de acervo da biblioteca do Polo de Apoio ao Ensino a Distância, sendo que a infraestrutura e serviços compreendem computadores para consulta do acervo,

acesso à internet (físico ou wireless), acervo referente à bibliografia básica e complementar dos cursos ofertados.

6.2. Espaço físico

Biblioteca central

Possui área construída com 1.165,84 m², 38 postos individuais de consulta, 43 mesas de estudo, com 4 lugares cada, 6 salas de estudo em grupo com 4, 6 e 10 lugares, com 293 cadeiras no total, sala de periódicos, processamento técnico, coordenação, espaço cultural. Ambiente climatizado, área adequada para armazenamento do acervo, sala para periódicos e multimeios, equipamento de sistema antifurto.

Biblioteca setorial

Com área de 126 m², 8 estações de trabalho de estudo para consulta individual, 9 mesas, e 3 salas de pesquisa em grupo, total de 62 cadeiras, sala de coordenação. Para a Biblioteca Setorial, projeta-se ampliação condicionada ao desenvolvimento moderado e sujeito a estudo de demanda, do Centro Superior de Ciências Agrárias e Ambientais.

BIBLIOTECA CENTRAL (UNIDADE I)

INFRAESTRUTURA	N°	Área	Capacidade	
Disponibilização do acervo		34,84 X 8,84 m	(1)	80.000
Sala de estudo /Leitura	1 sala	34,84 X 5,74 m	(2)	176
Estudo individual		26,00 X 4,20 m	(2)	46
Estudo em grupo	3 salas	1,83 x 2,73 m cada	(2)	4 pessoas cada
Estudo em grupo	1	4,9 x 2,71 m	(2)	10
Estudo em grupo	1	3,60 x 2,71 m	(2)	6
Estudo em grupo	1	3,85 x 2,72 m	(2)	6

Sala de Periódico	1	8,84 X 6, 12 m		
Canto da leitura	1	3,00m X 3,05		
Administração	1	4,90 X 3,05 m		4 lugares
Processamento técnico / restauração		6,88 X3,05 m		
Recepção e atendimento ao usuário	1	4,20 X 6,12 m		5 guichês
Acesso à internet (possui wireless)	40 pontos		(3)	40 pontos de rede
Acesso à base de dados	sim		(3)	
Consulta ao acervo	sim		(3)	
TOTAL		1.165,84 m²		

Legenda:

N° é o número de locais existentes;

Área é a área total em m²;

Capacidade: **(1)** em número de volumes que podem ser disponibilizados; **(2)** em número de assentos; **(3)** em número de pontos de acesso.

BIBLIOTECA SETORIAL (UNIDADE II)

INFRAESTRUTURA	N°	Área	Capacidade	
Disponibilização do acervo		8,80 X 6,90 m	(1)	
Sala de estudo / Leitura	1	5,75 x 8,80 m	(2)	34
Estudo individual	12		(2)	12
Estudo em grupo	3	3,30 X 2,15 m cada	(2)	20

Administração e processamento técnico do acervo	1	3,30 X 2,15 m		
Recepção e atendimento ao usuário	1	5,15 X 1,90 m		3 guichês
Outras: (especificar)	-			
Acesso à internet (possui wireless)	sim		(3)	20 pontos
Acesso à base de dados TOTAL	sim	 126 m²	(3)	

6.3. Instalações para o acervo

As instalações para o acervo são adequadas, inclusive com ambientes climatizados. O armazenamento do acervo é em espaço com iluminação adequada e conta com todo equipamento de segurança necessário, como extintores de incêndio localizados estrategicamente nos locais estipulados pela fiscalização do corpo de bombeiros.

Nas duas unidades, as Bibliotecas oferecem condições de acessibilidade, com profissionais treinados em linguagem de sinais (Libras), e software para pessoas de baixa visão

6.4. Instalações para estudos individuais

Na biblioteca central são disponibilizadas 38 cabines para estudos individuais, com 21 computadores disponíveis, mais 8 cabines na seção de periódicos e um computador, para alunos, professores, colaboradores. As cabines possuem sistema de pontos de rede para acesso à internet e mobiliário adequado.

Na biblioteca setorial são disponibilizadas 12 cabines, com 8 computadores. Todas as cabines possuem pontos de redes com acesso à internet, mobiliário satisfatório.

6.5. Instalações para estudos em grupos

Na biblioteca central as instalações para estudos em grupo são adequadas, com mobiliários e ambientes adequados. São instalações bem iluminadas e com suporte de rede para acesso à internet. Disponibiliza 1 sala para 10 usuários, 3 salas para 4 usuários cada, 2 salas para 6 usuários cada.

Na biblioteca setorial são disponibilizadas 4 cabines, sendo distribuídas da seguinte forma: 2 cabines para 6 lugares cada, e 2 para 4 lugares. Possui iluminação adequada, todas com pontos de rede para internet.

7. REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina**: Ciências Sociais e Humanas. Londrina, v. 32, n. 1, 2011.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou iferentes caminhos? **Interface** – Comunic, Saúde, Educ 2, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, nº 242, Brasília, DF, p. 122, 18 dezembro 2018.

FREZATTI, Fábio. [et al]. **Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL): uma solução para aprendizagem na área de negócios**.1. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Edição do Kindle.